

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio-Econômico
Departamento de Economia e Relações Internacionais

GABRIELA BOHRER SCHMIDT

**PROJEÇÃO CHINESA NA AGRICULTURA AFRICANA: EM BUSCA DA
SEGURANÇA ALIMENTAR?**

Florianópolis, 2017

GABRIELA BOHRER SCHMIDT

**PROJEÇÃO CHINESA NA AGRICULTURA AFRICANA: EM BUSCA DA
SEGURANÇA ALIMENTAR?**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da
Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para
a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Helton Ricardo Ouriques

Florianópolis, 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 10 à aluna Gabriela Bohrer Schmidt na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques

Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins

Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Fonseca Ferreira Arienti

À minha mãe, Jane;
À minhas irmãs, Cristiane e Andressa;
Ao meu pai, Airton;
E à minha avó, Ady.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço imensamente à minha família. Sem o apoio e carinho de minha mãe, Jane, e irmã, Cristiane, nada do que alcancei seria possível. O amor e apoio, mesmo de longe, de minha irmã, Andressa, e de minhas tias, tios e avós, tornou possível viver tantos anos longe de casa. Agradeço, em especial, ao meu pai, Airton, e minha avó, Ady, que me ensinaram a lutar e aproveitar ao máximo o tempo que temos com quem nos ama.

Agradeço ainda aos meus amigos, que tanto me apoiaram e ensinaram ao longo dos anos, em especial à Rafaela, Thais, Lucas, Wallentina, Felipe, Mayza e Thomas.

Também agradeço à equipe e amigos da Valor & Foco, pelos ensinamentos e apoio diários.

Ao meu orientador, Helton Ricardo Ouriques, pelo suporte, ensinamentos e oportunidades ao longo dos anos de pesquisa. Agradeço à paciência e pela busca constante em auxiliar no meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Ao professor Pedro Vieira, pelo carinho e atenção ao longo da minha trajetória acadêmica.

Finalmente, agradeço ao professor Hoyêdo Lins pelo tempo e dedicação destinados à minha pesquisa ao longo da graduação. Seu apoio, críticas e ensinamentos foram pontos determinantes do sucesso do meu trabalho.

RESUMO

O processo de reforma e abertura do final da década de 1980 alavancou uma expansão econômica jamais vista na China. A expansão da atividade industrial, da urbanização, do comércio internacional e do consumo interno foram alguns dos fatores que colocaram a China no centro das relações internacionais. Esta expansão econômica veio acompanhada de um aumento massivo no consumo de diversos recursos e, assim, de uma preocupação internacional sobre como a China obterá estes recursos para garantir seu contínuo crescimento e estabilidade política e social. No que tange à recursos agrícolas, a China está no centro da discussão internacional em grande parte devido à suas relações no setor agrícola africano. Neste continente, é acusada de realizar investimentos massivos para produzir alimentos e exportar a produção de volta para a China, buscando garantir sua própria segurança alimentar. Entretanto, autores que realizam pesquisas de campo e entrevistas, tanto na China quanto na África, evidenciam que esta tese não se sustenta. As relações sino-africanas na agricultura são, por outro lado, marcadas por diversos programas de cooperação, com grande foco em transferência de tecnologia; investimentos muito menores do que pregados pelos defensores do *land grabbing*; e pela produção destinada, em maior parte, para o mercado interno africano.

PALAVRAS-CHAVE: China; África; Agricultura; land grabbing

ABSTRACT

The process of reform and opening of the late 1980s leveraged an economic expansion never seen before in China. The expansion of industrial activity, urbanization, international trade and domestic consumption are some of the factors that placed China at the center of international relations. This economic expansion has been accompanied by a massive increase in the consumption of various resources and thus an international concern about how China will obtain these resources to ensure its continued growth and political and social stability. With regard to agricultural resources, China is at the center of international discussion largely because of its relations in the African agricultural sector. On this continent, the country is accused of making massive investments to produce and export food back to China, seeking to ensure her own food security. However, authors who carry out field surveys and interviews, both in China and in Africa, show that this thesis does not hold. Sino-African relations in agriculture are, on the other hand, marked by various cooperation programs, with a major focus on technology transfer; investments are far less than accused by the author that believe in the land grabbing; and a big percentage of the production is destined for the African domestic market.

KEY-WORDS: China; Africa; Agriculture; Land Grabbing.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	9
LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	11
1 INTRODUÇÃO	13
1.1. PROBLEMA	17
1.2. OBJETIVOS.....	17
1.2.1. Objetivo geral	17
1.2.2. Objetivos Específicos	17
1.3. JUSTIFICATIVA.....	18
1.4. METODOLOGIA	19
2 O PROCESSO DE REFORMA E ABERTURA COMO PROPULSOR DO CRESCIMENTO ECONÔMICO CHINÊS	21
2.1. O PAPEL DO SETOR AGRÍCOLA NO CRESCIMENTO ECONÔMICO CHINÊS: SURGIMENTO DE UM GRANDE PLAYER MUNDIAL.....	22
2.2. A CHINA COMO A “FÁBRICA DO MUNDO”: O PAPEL DO COMÉRCIO EXTERIOR, DOS INVESTIMENTOS EXTERNOS E DAS ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS NA EXPANSÃO ECONÔMICA CHINESA.....	26
3 A CHINA NO SÉCULO XXI: BUSCA INCANSÁVEL POR RECURSOS?	33
3.1. ATUALIDADES E DESAFIOS DO SETOR AGRÍCOLA CHINÊS	34
3.2. PROJEÇÃO CHINESA NA AGRICULTURA AFRICANA: EM BUSCA DA SEGURANÇA ALIMENTAR?	45
4 DESVENDANDO O RELACIONAMENTO SINO-AFRICANO NO SETOR AGRÍCOLA: HISTÓRICO, CARÁTER E OBJETIVOS	54
4.1. <i>GOING GLOBAL</i> : A CONSOLIDAÇÃO DA CHINA COMO GRANDE PLAYER NA AGRICULTURA AFRICANA.....	57
4.2. PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO: DA CONSTRUÇÃO DE GRANDES FAZENDAS AO TREINAMENTO AGRÍCOLA	62
4.2.1 Foco na tecnologia: os Centros de Demonstração de Tecnologia Agrícola	69
3.3. INVESTIMENTOS CHINESES NA AGRICULTURA AFRICANA.....	79
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Resumo das ações chinesas voltadas ao engajamento em agricultura no exterior, em geral, e na África, em particular.....	52
Tabela 2. Maiores projetos de ajuda do governo chinês na agricultura africana (1961-1999)	55
Tabela 3. Maiores investimentos chineses no setor agrícola africano (1987-2003).....	61
Tabela 4. Centros de Demonstração de Tecnologias Agrícolas na África.....	70
Tabela 5. Foco de atuação de diferentes ATDCs na África.....	71

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Evolução da produção agrícola da China, 1991-2014 (em 10.000 toneladas).....	24
Figura 2. Exportações e importações totais da China, 1980-2015 (em US\$ milhões).....	27
Figura 3. Consumo de carne per capita na China e nos EUA, 1975-2013 (em kg).....	37
Figura 4. Evolução das importações e exportações de produtos agrícolas da China, 1980-2014 (em milhões de dólares).....	38
Figura 5. Importações e Exportações de arroz da China, 1996-2015 (em mil kg).....	40
Figura 6. Importações e exportações de trigo da China, 1997-2015 (em mil kg)	41
Figura 7. Importações e Exportações de milho, 1996-2015 (em mil kg)	42
Figura 8. Evolução das importações e exportações de carnes e miudezas da China, 1996-2015 (em mil dólares).....	43
Figura 9. Investimentos chineses em agricultura no mundo e na África até 2012, em milhões de hectares	48
Figura 10. Projetos chineses em agricultura: destino da produção dos projetos em operação até 2012, em milhões de hectares	49
Figura 11. Principais atores envolvidos no engajamento chinês na agricultura africana	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ATDC - *Agricultural Technology Demonstration Centers* (Centros de Demonstração de Tecnologia Agrícola)
- CAAS - *Chinese Academy of Agricultural Sciences* (Academia Chinesa de Ciências Agrícolas)
- CAC - *China-Africa Cotton Company*
- CAD Fund - *China Africa Development Fund*
- CDB - *China Development Bank*
- CGCOC - *China Geo-engineering Construction Overseas Corporation*
- CLETC - *China Light Industrial Corporation for Foreign and Technical Cooperation*
- CNTC - *China National Tobacco Corporation*
- CSFAC - *China State Farm Agribusiness Corporation*
- CIWEC - *China International Water and Electricity Corporation*
- GAWA - *Green Agricultural West Africa Ltd.*
- EIA - *U.S. Energy Information Administration*
- EUA – Estados Unidos da América
- EVC - Empresas rurais, de vilas e pequenas cidades
- FAO – *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação)
- FOCAC – *Forum on China-Africa Cooperation* (Fórum de Cooperação China-África)
- IED – Investimento Externo Direto
- ILC - *International Land Coalition*
- IISD - *International Institute for Sustainable Development*
- JSFAC - *Jiangsu State Farm Agribusiness Corporation*
- MOA - *Ministry of Agriculture of People's Republic of China* (Ministério da Agricultura da China)
- MOFCOM - *Ministry of Commerce of the People's Republic of China* (Ministério do Comércio da China)
- MOST - *Ministry of Science and Technology of People's Republic of China* (Ministério de Ciência e Tecnologia da China)
- NBS – *National Bureau of Statistics of China*
- NIC - *New Industrialized Countries* (Novos países industrializados)
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- OMC – Organização Mundial do Comércio
- ONG – Organização Não-Governamental
- ONU - Organização das Nações Unidas
- P&D – Pesquisa & Desenvolvimento
- PCC – Partido Comunista Chinês
- PIB – Produto Interno Bruto
- RDC - República Democrática do Congo
- SPE – Setor Produtivo Estatal
- SUCOMA - *Complant Sugar Complexo of Madagascar*

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
USDA - *United States Department of Agriculture* (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos)
ZEE - Zonas Econômica Especial

1 INTRODUÇÃO

Marcada pela pobreza, baixa urbanização e atividade industrial e pelo grande crescimento econômico de seus vizinhos asiáticos, a China da década de 1970 reconheceu que imobilidade não era mais uma alternativa. Assim, a reforma do sistema econômico empreendida no final da década de 1970 dirigiu-se à incorporação gradual de mecanismos de mercado e de abertura econômica, sem, entretanto, abdicar da propriedade e dos mecanismos de planejamento estatais (Oliveira, 2008, p. 2). Grandes mudanças nos quatro setores priorizados para modernização (agricultura, indústria, ciência e tecnologia e forças armadas) levaram à um crescimento econômico explosivo por décadas.

Neste cenário, o aumento da produção agrícola foi essencial para desencadear outras mudanças cruciais no sistema econômico chinês. Graças à grandes investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) na área agrícola, a China modernizou e mecanizou o setor e teve sucesso em aumentar sua produção doméstica. A liberalização empreendida pela reforma abriu a economia para a cooperação internacional, através de investimento, ajuda, comércio e empréstimos, o que foi essencial para modernizar a agricultura. O investimento externo no setor agrícola chinês foi crucial para a disseminação de conhecimento, tecnologia e experiência - que foram modificados para adaptarem-se ao contexto de um país em desenvolvimento. Foram criadas, assim, grandes empresas estatais e privadas dedicadas à atividade agrícola, colocando a China no caminho para se transformar em um grande *player* na agricultura mundial.

Os outros fatores que merecem destaque como propulsores do crescimento econômico chinês são a liberalização do comércio exterior, a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) e os crescentes investimentos externos diretos (IED). Estes três fatores estão intimamente ligados e levaram ao aumento da produção industrial, da inserção externa chinesa na economia mundial, à disseminação de conhecimentos e tecnologias em diferentes setores da economia chinesa, ao aumento da renda e diminuição da pobreza do país.

O processo de reforma e abertura levou à uma expansão da urbanização e da indústria inédita no país e, com isso, ao aumento exponencial da demanda por recursos para atender ao novo padrão de consumo chinês. Em 2013, o país foi o maior produtor e consumidor de carvão do mundo, o segundo maior consumidor de petróleo e o terceiro maior de gás natural (EIA, 2016). A China também é a maior consumidora mundial de vários minérios, como cobre e alumínio (RIBEIRO, 2013). O aumento da urbanização e das zonas industriais levou à uma

diminuição da área destinada à produção de alimentos: segundo Moyo (2013, p. 37), entre 1997 e 2008 houve uma diminuição de 12,3 milhões de hectares destinados à produção agrícola na China - mais de um milhão de hectares por ano. Isto, somado com o aumento da poluição do solo, ar e recursos hídricos, do aumento populacional e da mudança na dieta dos habitantes, trouxe preocupações aos governantes quanto à segurança alimentar.

Este cenário provocou um alerta global sobre a “corrida chinesa por recursos” ao redor do mundo: notícias midiáticas, ONGs, acadêmicos e políticos ocidentais passam a destacar a agressiva investida chinesa ao redor do mundo em busca de recursos essenciais ao seu crescimento econômico e, logo, estabilidade política. No que tange ao setor agrícola, Moyo (2013) destaca o aumento das importações chinesas de alimentos e que, buscando evitar a dependência do mercado internacional, há uma estratégia governamental que visa a compra de terras no exterior para garantir a segurança alimentar chinesa no futuro. Grain (2008), na mesma direção, afirma que o crescimento chinês se deu às custas da base agrícola do país; logo, há uma grande estratégia nacional, liderada pelo governo chinês, de expandir a atuação das empresas agrícolas chinesas no exterior, através da compra de terras e futura exportação dos produtos de volta para a China.

Os defensores da tese de que a China está ativamente comprando terras no exterior para garantir sua própria segurança alimentar apresentam exemplos de investimentos chineses que cobrem milhões de hectares ao redor do mundo. Reportagens e bases de dados analisadas por Bräutigam (2015) afirmam que os vinte maiores investimentos chineses na África de 2000 a 2014 cobrem 5.566.960 milhões de hectares. Uma reportagem do *The Guardian* (VIDAL, 2008) alertou para a compra de 2,8 milhões de hectares pela China para cultivar palmeiras para a produção de biocombustível na República Democrática do Congo. Outros autores inclusive destacam que a China está enviando camponeses para a África para solucionar seus problemas populacionais e de desemprego (MALONE, 2008) e que o país planeja repovoar o continente africano com chineses (INSAIDOO, 2016).

Entretanto, esta visão é rigorosamente contestada por autores que realizaram pesquisas de campo e entrevistas na África e na China, como Smaller et al (2012), Bräutigam e Ekman (2012), Bräutigam (2015), Cotula (2012), Cook et al (2016) e Buckley (2013a). Segundo os autores estudados, os investimentos são muito menores do que o apresentado pelos defensores do *land grabbing*, grande número dos projetos nunca entrou em operação e há casos de investimentos de outros países divulgados como realizados por empresas chinesas. Buckley

(2012) e Smaller et al (2012) afirmam que os projetos chineses confirmados na África cobrem apenas 463.792 hectares; sendo que 3 são considerados grandes, ou seja, com mais de 100.000 hectares. Este total (463.792 hectares) não inclui apenas investimentos, mas também projetos de cooperação do governo chinês, como fazendas de demonstração agrícola; destina-se à produção tanto de produtos não alimentícios, como biocombustíveis, quanto de produtos alimentícios; tem como foco o mercado local e internacional; e inclui inclusive projetos que são propriedade de empresas e governos de outros países, mas que contam com a participação de chineses. Assim, Cotula et al (2009) destacam que os investimentos são guiados por oportunidades atrativas de negócios e lucros, e não por estratégias governamentais ligadas à garantia da segurança alimentar.

Os autores analisados também destacam que a projeção chinesa na agricultura africana não é recente, como pregado pelos defensores do *land grabbing*, e que a mesma não se resume a investimentos. Bräutigam e Zhang (2013) evidenciam que a presença chinesa no setor agrícola africano se iniciou na década de 1950 como um instrumento de diplomacia, através da construção de grandes fazendas estatais em países socialistas. Além disso, em 1971 a China enviou especialistas agrícolas para 18 países africanos, com o objetivo de ajudar os países a alcançar autossuficiência e resolver problemas de insegurança alimentar. Os projetos de ajuda e cooperação técnica evoluem ao longo dos anos e adquirem novos e mais sustentáveis modelos (BRÄUTIGAM E ZHANG, 2013).

A forma como se dá o engajamento sino-africano na agricultura sofre várias modificações ao longo dos anos. Devido às dificuldades enfrentadas nas grandes fazendas que foram construídas pelo governo chinês na África e às mudanças internas ocorridas na China após a reforma e abertura, novos modelos de engajamento foram criados. A permissão de investimentos externos na década de 80, por exemplo, levou empresas chinesas tanto a financiar antigos projetos de ajuda do governo chinês, quanto a explorar novas oportunidades de investimento em agricultura, recursos florestais e pesca no exterior. Além disso, durante as décadas de 1980 e 90, o governo chinês passou a priorizar dimensões técnicas e econômicas dos seus projetos na África, promovendo a introdução de estudos de viabilidade e de metodologias de gerenciamento, a participação de empresas africanas e de instituições financeiras chinesas no apoio aos programas e a realização de projetos tripartites com as Nações Unidas. Essas iniciativas e programas priorizaram transferência tecnológica e a reabilitação de dúzias de antigos projetos de ajuda através de *joint-ventures* e contratos (XU et al, 2016).

Já no início dos anos 2000, a introdução da política *Going Global*, cujo objetivo é encorajar e auxiliar empresas chinesas a investirem no exterior, promove a expansão de empresas para diversos setores da economia mundial, entre eles o setor agrícola africano. São vários os autores que se destacam na promoção desses investimentos, como o Ministério da Agricultura da China (*Ministry of Agriculture of People's Republic of China*, MOA, em inglês), Ministério do Comércio da China (*Ministry of Commerce of the People's Republic of China*, Mofcom, em inglês), o Ministério da Ciência e Tecnologia da China (*Ministry of Science and Technology of People's Republic of China*, MOST, em inglês) e bancos estatais chineses, como o *China Development Bank* (CDB) e o *China EximBank*. Como exemplo da atuação destes autores na promoção de investimentos externos em agricultura, destaca-se a criação do *Foreign Agricultural Cooperation Loan Program* pelo *Eximbank*, em 2008, que inicialmente contou com US\$8 bilhões para a auxiliar a globalização de empresas agrícolas chinesas.

Além dos investimentos, há uma expansão dos programas de cooperação do governo chinês para países africanos na área agrícola. Entre eles, destaca-se o programa voltado à treinamentos de servidores públicos de diversos países, entre eles africanos, realizados na China. Em 2014, por exemplo, foram oferecidos 494 cursos pelo Mofcom, dos quais 84 foram relacionados à agricultura, 7 à pesca, 8 à silvicultura e 5 à criação animal - e desse total (101), 73 envolveram servidores públicos africanos (TUGENDHAT E ALEMU, 2016). Estes treinamentos estão alinhados com o enfoque no treinamento de recursos humanos na área agrícola apontado em relatórios do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) (TUGENDHAT, 2014).

Outro programa de cooperação foi anunciado na reunião da FOCAC de 2006. Neste encontro, o então presidente chinês divulgou um novo envio de técnicos para a África e a construção de dez Centros de Demonstração de Tecnologias Agrícolas no continente. A transferência tecnológica e de conhecimentos, assim, passa a ser priorizada, refletindo a própria experiência chinesa. O grande foco na transferência de tecnologias para a África, segundo os governantes chineses, ocorre graças à característica particular do continente, que é abundância de terras aráveis convivendo com nível grave de insegurança alimentar. Os programas do governo chinês buscam ajudar na solução dos problemas africanos na área agrícola por meio da transferência de tecnologia, e têm como base a participação de empresas para garantir a sustentabilidade dos projetos no longo prazo. O modelo é visto como inovador, diferenciando-se de modelos de cooperação que acreditam na doação de alimentos como forma de diminuir

os níveis de insegurança alimentar (XU et al, 2016).

Tendo isto em mente, o presente trabalho se propõe a analisar a evolução econômica chinesa após o processo de reforma e abertura empreendido no fim da década de 1970 e as suas consequências para o setor agrícola do país. Com isto, teremos base para entender e, posteriormente, criticar, a tese de que o país asiático está investindo arduamente no setor do continente para garantir a sua segurança alimentar.

1.1. PROBLEMA

Partindo das informações anteriores, destaca-se como problema de pesquisa neste trabalho: “As crescentes necessidades de recursos chineses estão impulsionando uma atuação do país no continente africano em prol de sua segurança alimentar”?

1.2. OBJETIVOS

Os objetivos deste trabalho podem ser divididos em Gerais e Específicos.

1.2.1. Objetivo geral

Analisar a crescente projeção chinesa na agricultura africana, buscando identificar os objetivos norteadores e as diferentes formas com que se dá este engajamento.

1.2.2. Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever a evolução econômica chinesa após o processo de reforma e abertura empreendido no final de década de 1970;
- b) Analisar o aumento da demanda da China por recursos após o crescimento econômico das últimas décadas, expondo com destaque o impacto das transformações no setor agrícola do país;

- c) Apresentar e criticar a tese de que a China está empreendendo uma corrida por terras na África para garantir sua própria segurança alimentar;
- d) Descrever as diferentes formas de atuação chinesa no setor agrícola africano, com destaque para os investimentos e programas de cooperação e transferência de tecnologias agrícolas;
- e) Analisar os benefícios e os problemas relacionados à atuação chinesa na agricultura africana.

1.3. JUSTIFICATIVA

De acordo com Almeida (2011), a justificativa de um trabalho deve ser apresentada com base em quatro argumentos: quanto à importância, originalidade, oportunidade e viabilidade.

Quanto à importância, é essencial entender a atuação chinesa na agricultura africana, devido às consequências que estes investimentos podem ter na oferta de alimentos tanto para o mercado africano quanto para o mundial. O bom entendimento do caráter, condicionantes, oportunidades e desafios deste engajamento é essencial para minimizar futuros problemas econômicos, ambientais e sociais.

Quanto à originalidade, o estudo da projeção da China no continente africano ainda é escasso no Brasil, apesar do peso crescente que o tema está ganhando em escala internacional. Assim, é de suma importância que se traga o debate para a academia brasileira.

Quanto à oportunidade, o momento do estudo não poderia ser melhor, pois desde a crise de 2007 os investimentos em terras não param de crescer. Estes investimentos não são realizados apenas pela China, mas também por diferentes países e atores financeiros. O estudo, assim, destaca-se pela atualidade e pertinência.

Finalmente, a pesquisa faz-se viável por um grande número de livros e artigos internacionais que se dedicam ao debate. Instituições supranacionais, como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), e autores americanos, chineses e de diferentes países africanos dedicam-se exaustivamente no estudo do tema e serão de grande contribuição para o desenvolvimento do trabalho.

1.4. METODOLOGIA

Segundo Gil (2002), pode-se classificar as pesquisas com base em seus objetivos gerais em: (i) exploratória; (ii) descritiva; e (iii) explicativa. O presente trabalho se enquadra como uma pesquisa exploratória, pois tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o tema da projeção chinesa na agricultura africana.

A classificação da pesquisa com base nos objetivos gerais é muito útil para o estabelecimento de seu marco teórico. Entretanto, “para analisar os fatos do ponto de vista empírico, para confrontar a visão teórica com os dados da realidade, torna-se necessário traçar um modelo conceitual operativo da pesquisa” (GIL, 2002, p. 43). Esse modelo, chamado de delineamento, refere-se ao planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, ou seja, considera o ambiente em que são coletados os dados e a forma dessa coleta e controle das variáveis envolvidas. Assim, pode-se classificar a pesquisa também de acordo com seu delineamento, tendo como base o procedimento adotado para a coleta de dados. Tendo isso em mente, classifica-se o presente trabalho como pesquisa bibliográfica, pois é desenvolvido com base em material já elaborado. Dessa forma, visando alcançar os objetivos propostos no trabalho, será realizado o levantamento bibliográfico através de livros, artigos publicados em revistas, publicações de órgãos e ONG’s internacionais e matérias midiáticas.

Os dados utilizados no trabalho serão secundários, ou seja, aqueles já disponíveis ao público, e coletados de bases de dados de instituições governamentais, como o Ministério do Comércio da China (MOFCOM); de órgãos internacionais, como a FAO; e de autores que realizaram pesquisa de campo em diferentes países africanos, como Smaller et al (2012) e Bräutigam (2015). Serão buscados, por exemplo, dados relativos ao comércio exterior chinês no setor agrícola; às crescentes necessidade chineses de recursos como minérios e petróleo; aos investimentos chineses em terras na África; e aos diferentes programas de cooperação empreendidos pela China na África.

As limitações do trabalho referem-se, principalmente, à disponibilidade e confiabilidade de dados sobre o tema. Muitas das informações utilizadas quando se trata de investimentos chineses na África são coletadas de notícias midiáticas, sem verificação da veracidade do que é exposto. Assim, apesar de haver bases de dados específicas sobre o tema, como o Land Matrix, vários autores, como Cotula (2012), Bräutigam; Zhang (2013), Buckley (2013b) e Bräutigam; Xiaoyang (2009), ressaltam essa falta de confiança nos dados relacionados a esses

investimentos e um certo grau de exagero nas notícias midiáticas. Dessa forma, serão utilizados como fonte apenas autores que realizaram pesquisa de campo e entrevistas tanto na China quanto na África, com o objetivo de aumentar a veracidade das informações expostas no trabalho.

A divisão do trabalho se dará visando proporcionar clareza e coesão na pesquisa para, assim, atingir a todos os objetivos propostos. A seguir será apresentada a estrutura do trabalho.

O primeiro capítulo, onde constará a introdução, apresentará o tema da pesquisa, o problema, os objetivos (geral e específicos), a justificativa e a metodologia empregada no trabalho.

O segundo capítulo compreenderá uma análise das transformações econômicas ocorridas na China após o processo de reforma e abertura do final da década de 1970.

O terceiro capítulo terá como enfoque uma análise geral das crescentes necessidades chinesas por recursos, como minério, petróleo e água, resultantes do seu processo de expansão econômica; uma análise aprofundada da situação agrícola do país e seus futuros desafios; e do debate referente à atuação chinesa na agricultura africana.

O quarto capítulo apresentará a crescente projeção chinesa na agricultura africana, analisando seu caráter e objetivos. Serão analisados tanto os investimentos por empresas estatais e privadas, quanto programas de cooperação e migração de chineses para o setor agrícola da África. Na última seção deste capítulo, serão debatidos os benefícios e problemas das diferentes formas de atuação chinesa no setor agrícola do continente.

Finalmente, o quinto capítulo será constituído pelas considerações finais.

2 O PROCESSO DE REFORMA E ABERTURA COMO PROPULSOR DO CRESCIMENTO ECONÔMICO CHINÊS

A década de 1970 testemunhou uma grande pobreza na China. Altas taxas de fertilidade levaram a uma população de 962 milhões de pessoas já em 1978, ameaçando a segurança alimentar do país. Nas áreas rurais, o consumo médio diário de calorias ficava logo acima do mínimo necessário para subsistência, e cerca de 250 milhões de pessoas viviam abaixo da linha da pobreza. Apesar do crescimento econômico entre 4-5% durante o governo de Mao Tse-Tung (1949-1976), o percentual de urbanização no país em 1978 era de apenas 18% (YERGIN, 2014), a rede de transporte e a infraestrutura do país continuavam primitivos; e a produção de aço permanecia baixa (FENBY, 2009).

Por outro lado, seus vizinhos asiáticos apresentavam taxas de crescimento invejáveis: Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong transformaram e dinamizaram a região, evidenciando as possibilidades de desenvolvimento que a crescente globalização oferecia. A ajuda dos Estados Unidos (EUA) nesse processo não pode ser negligenciada: a Coreia do Sul, Taiwan e Japão tornaram-se protetorados militares dos EUA, recebendo apoio financeiro, militar e tecnológico (ARRIGHI, 1996). O Japão, por exemplo, ao livrar-se dos gastos com defesa, canalizou seus recursos e energias para um expansionismo econômico que lhe trouxe riqueza e expandiu seus negócios globalmente (SCHURMANN, 1974 apud ARRIGHI, 1996, p. 9). Nesse cenário de *boom* asiático, era difícil imaginar que um país grande e diverso como a China, com seu legado de guerra civil, ocupação e recebimento de embargos comerciais, pudesse alcançar um crescimento estrondoso como o que se seguiu nas décadas seguintes, ainda mais sem ajuda americana no contexto da Guerra Fria (JACQUES, 2009; FENBY, 2009).

O crescimento econômico dos vizinhos mostrou à China que a imobilidade não era mais uma alternativa: o sistema econômico deveria ser reorganizado. Entretanto, apesar de grandes problemas na política econômica do período maoísta - um exemplo é o fracasso da política do Grande Salto à Frente (1958-61) -, ela fundou as bases para que as reformas de 1978 tivessem sucesso. Desde a Revolução de 1949, quando Mao fundou a República Popular da China, criou-se no país uma sociedade mais igualitária, na qual predominavam os camponeses, dirigida por um governo com alto grau de popularidade e legitimidade. A revolução ainda extinguiu as forças responsáveis pelo atraso e as tendências desagregadoras da China (OLIVEIRA, 2005; HUCHET, 2006). Além disso, foi criada uma burocracia formada a partir de critérios

meritocráticos, composta por elementos cultos da sociedade; e houve sensível melhora na infraestrutura urbana e rural (OLIVEIRA, 2008; OLIVEIRA, 2005).

Nesse contexto, as reformas empreendidas a partir de 1978, segundo Oliveira (2008, p. 2), pretendiam “(...) superar a organização econômica centralizada de planejamento econômico, incorporando gradualmente os mecanismos de mercado e empenhando uma política de abertura, sem a abdicação da propriedade e dos mecanismos de planejamento do Estado”. Foram contemplados 4 setores principais para modernização: (i) agricultura; (ii) indústria; (iii) ciência e tecnologia; e (iv) forças armadas. Analisaremos brevemente as principais causas que, de acordo com Medeiros (1998), Oliveira (2008) e Nonnenberg (2010), levaram à expansão econômica chinesa após o fim da década de 1970, iniciando pelas transformações ocorridas no setor agrícola do país.

2.1. O PAPEL DO SETOR AGRÍCOLA NO CRESCIMENTO ECONÔMICO CHINÊS: SURGIMENTO DE UM GRANDE PLAYER MUNDIAL

O crescimento da produção agrícola e do consumo tiveram um papel essencial no crescimento econômico da China. Em 1976, a distribuição média anual de renda para cada membro das comunas agrícolas era 12% menor do que foi em 1973 (FENBY, 2009, p. 553) e, em 1978, a disponibilidade de grãos por habitante era inferior à existente em 1952 (MEDEIROS, 1998, p. 4). Em 1980, a média de tratores utilizados na produção agrícola na China era de 77 por 100 quilômetros quadrados de terra arável; enquanto no Japão essa média era de 3.019; e, na Suíça, de 2.458 (BRÄUTIGAM, 2015). Ainda segundo essa autora, 80% da terra arável na China naquela época era plantada e colhida manualmente.

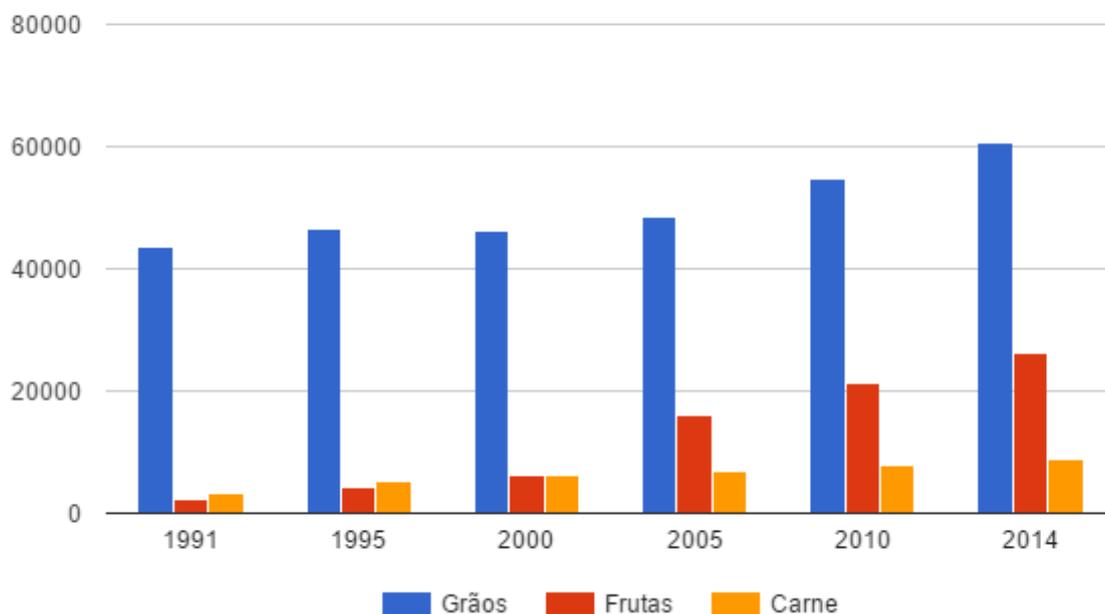
Buscando aumentar a produção e a produtividade do campo, foi introduzido o sistema de responsabilidade ou de contrato familiar, em substituição da organização coletiva da produção que prevalecia no período do Grande Salto à Frente. Nesse sistema, o Estado cedia a terra para as famílias, que deveriam alcançar certo nível de produção. Quando excediam o nível acordado, ou eram recompensados monetariamente ou tinham a permissão de vender o excedente em mercados locais (MOISES, 2013). Aqui se dá o início do processo de liberalização do sistema de formação de preços no meio rural: esses, que até então eram fixados pelo governo central (como os demais preços da economia), passaram a abrigar um sistema duplo, no qual a quota entregue ao governo era paga a um preço fixo, e o restante da produção

poderia ser negociado a preços de mercado (NONNENBERG, 2010). Esse sistema se expandiu rapidamente, alcançando 93% das terras rurais em 1983, e implicou um forte ganho de produtividade no campo, aumentando a produção de alimentos e gerando emprego e renda (OLIVEIRA, 2008).

Também foram crescentes os investimentos em P&D para aumentar a produtividade do campo. Deng, em 1982, enfatizou: “(...) *the development of agriculture relies firstly on policy, and secondly on S&T..., but the solutions ultimately rely on science*” (DENG, 1982, p. 17 apud XU et al, 2016, p. 2). Estudos da Academia Chinesa de Ciências Agrícolas (*Chinese Academy of Agricultural Sciences - CAAS*, em inglês), mostraram que, nos últimos anos, a tecnologia contribuiu com mais de 40% para o crescimento da produção agrícola na China (XU et al, 2016).

Como resultado das novas políticas para o campo, a renda rural cresceu uma média de quase 18% por ano entre 1978 e 1984. O rendimento da produção de grãos cresceu de 2,5 toneladas por hectare em 1978 para 3,5 toneladas por hectare na metade da década de 1980 (Fenby, 2009). Nas últimas três décadas, segundo Bräutigam (2015), o setor agrícola cresceu a uma média de 5% ao ano e atualmente mais de 50% da terra arável chinesa é irrigada e quase 50% das atividades de arado, semeadura e colheita são feitas por máquinas. O progresso no campo trouxe novas redes de transporte: rotas de ônibus acabaram com o antigo isolamento de vilas e comunidades, enquanto linhas férreas transportam produtos aos mercados (FENBY, 2009). Um relatório do Banco Mundial de 2008 evidencia o peso do progresso alcançado neste setor na China, afirmando que o crescimento agrícola foi 3,5 vezes mais efetivo no alívio da pobreza quando comparado com outros setores da economia (WORLD BANK, 2008). A figura a seguir apresenta a produção de grãos, frutas e carne entre 1991 e 2014.

Figura 1. Evolução da produção agrícola da China, 1991-2014 (em 10.000 toneladas)



Fonte: National Bureau of Statistics of China

Tanto as produções de grãos, como de frutas e carne, apresentaram crescimento desde 1991. As frutas, entretanto, são o grande destaque: entre 1991 e 2014, a produção cresceu 1.101%; enquanto a produção de carne cresceu 176% e a de grãos 39%. Entre os fatores que levaram a esse aumento, destacam-se a utilização de variedades de grãos de alto rendimento na produção, a utilização de sementes híbridas, a utilização de modernas máquinas agrícolas e fertilizantes e o avanço do sistema de irrigação (FUNG et al, 2013).

Além dos fatores citados acima, Bräutigam (2015) destaca o papel essencial do investimento externo na agricultura chinesa para o desenvolvimento do setor. Após a reforma, o mercado para frutas e vegetais foi liberalizado, aumentando a inserção externa chinesa no setor agrícola. Entretanto, o governo priorizou a cooperação internacional, na forma de investimento e ajuda financeira para modernizar a agricultura do país. Em 1984, o Ministro da Agricultura da China convidou investidores externos, incluindo a diáspora chinesa em Hong Kong, Macau e outras localidades, para investirem em 303 fazendas, plantações de borracha, fazendas de leite e fábricas processadoras de alimentos do governo. Por outro lado, as

províncias tinham liberdade para conceder benefícios a empresas estrangeiras. A província de Xinjiang, por exemplo, concedeu aluguel de terras com prazo de 50 anos para empresas estrangeiras em 1997; já outras províncias concediam diminuição de impostos para IED em agricultura. Assim, as fazendas chinesas foram abertas ao capital externo e, entre 1979 e 1998, o investimento externo na agricultura chinesa alcançou US\$ 9 bilhões e dirigiu-se para diversas culturas e formas de investimento - apesar disso, em nenhum ano o investimento externo em agricultura excedeu 2% do total.

O IED em agricultura era visto pelo governo chinês como uma forma de trazer tecnologia para o país, treinamento para seus trabalhadores e, assim, um meio para modernizar seu setor agrícola. Assim, a transferência de tecnologia e conhecimento era priorizada pelo governo. A empresa *Pepsi Company*, produtora das batatas *Lays*, por exemplo, construiu oito fazendas de demonstração de produção de batatas em parceria com o Ministério da Agricultura da China, para ensinar aos fazendeiros chineses técnicas mais rentáveis e modernas para produzir essa cultura. Outro exemplo é o de uma empresa de Israel, que construiu fazendas de demonstração de métodos de produção e processamento de frutas, vegetais e flores na província de Shandong (BRÄUTIGAM, 2015). Esses investimentos transformaram o setor agrícola chinês ao longo das décadas e, em 2001, quando a China entrou na Organização Mundial do Comércio (OMC),

[o] McDonalds estava servindo batatas-fritas em cidades chinesas, usando batatas produzidas por fazendeiros chineses. Fazendas avícolas chinesas competiam com o *CP Group* [da Tailândia] para vender seus produtos para o KFC. No Japão, as donas de casa comparavam vegetais tradicionais japoneses que eram cultivados na China e transportados via modal aéreo através do Mar Amarelo. Ainda mais impressionante era o fato de que o setor de soja da China estava dominado por empresas estrangeiras. Um grupo de 64 empresas estrangeiras controlavam 60% da capacidade de trituração de grãos de soja, enquanto quatro gigantes *commodity traders* multinacionais - *Archer Daniels Midland*, *Bunge*, *Cargill* e *Louis Dreyfus* - ofertavam 80% das importações de soja da China. O medo de que a liberalização iria destruir o setor agrícola chinês provou-se infundado. A liberalização nos seus próprios termos e a criação de relacionamentos com as maiores fontes de conhecimento e experiência agrícola, colocaram a China no caminho de se tornar uma potência mundial agrícola (BRÄUTIGAM, 2015, p. 48, *tradução nossa*)

Segundo Medeiros (1998), o crescimento do excedente agrícola viabilizou e, por sua vez, foi viabilizado por uma ampla expansão de empresas rurais, de vilas e pequenas cidades (EVC). A maior parte dessas empresas pertencia aos governos municipais, e sua produção incluía equipamentos elétricos, produtos têxteis, implementos agrícolas e equipamentos domésticos voltados essencialmente ao mercado interno. Essas empresas, por um lado

(...) concorreram para acomodar a demanda suplementar por bens de consumo criada pelos vultosos investimentos estatais no setor de bens de produção, bem como para viabilizar o processo de substituição de importações a partir da segunda metade dos anos 1980, e, por outro, para estimular a demanda por manufaturas e, ao cabo, o desenvolvimento industrial, a partir da geração de renda no meio rural (Medeiros, 1999a; Wolff e Soto, 2005 apud Oliveira, 2008, p. 65).

Como consequência do crescente papel das EVCs, entre 1978 e 1984, a contribuição do consumo para o crescimento da renda nacional passa de 65%, em 1979, para 70%, em 1984, excedendo em muito a contribuição dos demais componentes da demanda (MEDEIROS, 1998).

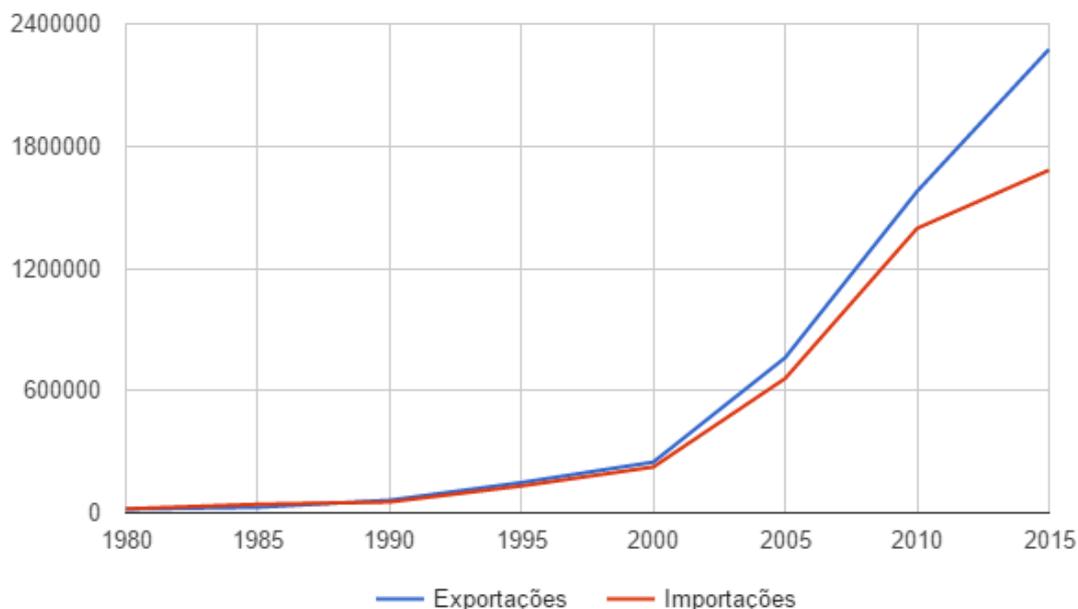
Além do papel da agricultura e do consumo, outros três fatores foram essenciais para a evolução econômica da China nas últimas décadas: a liberalização do comércio exterior, a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) e os IEDs. Nos voltaremos a estes fatores na próxima seção.

2.2. A CHINA COMO A “FÁBRICA DO MUNDO”: O PAPEL DO COMÉRCIO EXTERIOR, DOS INVESTIMENTOS EXTERNOS E DAS ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS NA EXPANSÃO ECONÔMICA CHINESA

A liberalização do comércio exterior foi uma das principais medidas tomadas na reforma do final da década de 1970. Antes da reforma, o governo central controlava o comércio exterior e apenas as empresas públicas tinham permissão para exportar. Após a liberalização, os controles sobre as importações foram substituídos por elevadas tarifas aduaneiras e o sistema de planejamento das importações deu espaço a barreiras não tarifárias tradicionais a partir do início da década de 1980. Tanto as tarifas aduaneiras quanto as barreiras não tarifárias foram diminuindo gradualmente ao longo dos anos. A partir do final da década de 1990, as medidas de liberalização do comércio exterior foram aceleradas com vistas ao seu ingresso na OMC, efetivada em dezembro de 2001 (NONNENBERG, 2010).

Com a liberalização do comércio exterior chinês, as exportações foram o componente da demanda efetiva que possuíram maior dinamismo nos últimos anos. A figura a seguir apresenta a evolução das exportações e importações totais chinesas.

Figura 2. Exportações e importações totais da China, 1980-2015 (em US\$ milhões)



Fonte: World Trade Organization

Tanto as importações quanto as exportações apresentaram grande aumento desde a reforma e abertura. Já na primeira década, de 1980 a 1990, as exportações cresceram 343% e as importações, 267%. O crescimento continua ao longo de todo o período analisado, e entre 2000 e 2010 as exportações cresceram 633%, passando de US\$ 249,203 milhões para US\$ 1,577,754 milhões; e as importações cresceram 620%, aumentando de US\$ 225,094 milhões para US\$ 1,396, 247 milhões.

O crescimento das exportações está intimamente ligado ao terceiro fator de crescimento chinês, a criação das ZEEs. Inspirado nos modelos de Taiwan, Coreia do Sul e Irlanda, foram criadas para captar tecnologia e investimentos externos e para acessar o mercado mundial de manufaturas (FENBY, 2009). As ZEEs caracterizam-se como zonas econômicas abertas ao capital estrangeiro, sendo que as empresas nelas instaladas contam com benefícios fiscais e liberdade cambial, facilidades logísticas e portuárias, além de autonomia administrativa e financiamentos concedidos pelo Estado chinês. As fábricas instaladas nas ZEEs recebem terrenos e edificações; localizam-se ao lado de fornecedores e de outras indústrias semelhantes, além de centros de pesquisa, incubadoras de empresas, laboratórios de ponta, infraestrutura de energia e transporte (NONNENBERG et al, 2008; OLIVEIRA, 2008). Essa forma de agrupamento regional das indústrias, especialmente daquelas mais intensivas em conhecimento,

facilita o surgimento de transbordamentos tecnológicos, a internalização de *know-how* produtivo, organizacional e gerencial e a criação de contatos comerciais com o resto do mundo, condições que

conjugada[s] a uma política industrial ativa que buscou potencializar os encadeamentos interindustriais para frente e para trás a partir das empresas ingressantes, permiti[ram] à China alçar degraus cada vez maiores em termos de processamento de bens com maior densidade tecnológica e com maior geração de valor adicionado (OLIVEIRA, 2008, p. 66).

As primeiras ZEEs foram criadas a partir de 1980 nas regiões costeiras próximas aos mercados asiáticos mais dinâmicos - Japão, Hong Kong e Taiwan -, para, segundo Oliveira (2008, p. 65), “potencializar os impulsos favoráveis provenientes da ofensiva comercial americana levada a cabo nos anos 1980 contra o Japão, da qual resultou a ‘endaka’ (1985-95)”, ou seja, a valorização do iene. A “endaka” provocou um forte deslocamento do capital japonês para os Novos Países Industrializados (*New Industrialized Countries*, NIC, em inglês), para a China e os países da ASIAN-4 (Hong Kong, Cingapura, Coreia do Sul e Taiwan). Assim, as quatro primeiras ZEEs foram instaladas em Shenzhen, vila de pescadores próxima a Hong Kong; Zhuhai, próxima de Macau; Shantou, antiga cidade portuária; e Xiamen, próxima a Taiwan, que se provou uma grande fonte de investimento e comércio. O sucesso dessas quatro primeiras ZEEs levou o governo a criar outras 14 zonas em 1984 ao longo do litoral chinês. As áreas disponíveis para investimentos estrangeiros expandiram-se rapidamente, atingindo todo o litoral, no final da década de 1980, e alcançando o interior do país na década seguinte (FENBY, 2009). Graças à popularidade e sucesso das ZEEs, governos locais passaram a atrair investimentos externos e a construir indústrias voltadas à exportação, mesmo sem aprovação do governo central. No fim da década de 1980, aproximadamente 50.000 empresários chineses estavam gerenciando fábricas para investidores estrangeiros, adquirindo conhecimento e tecnologia que, em alguns casos, levaram à criação de empresas próprias (FENBY, 2009; NONNENBERG et al, 2008).

A criação das ZEEs provocou o deslocamento da produção dos países asiáticos mais avançados para a China, que se torna responsável pelas etapas de produção com maiores vantagens competitivas e pelo processamento e escoamento de parcela importante da produção voltada ao mercado externo de diversos países do sudeste asiático (OLIVEIRA, 2008). A China, assim, ingressa no mercado mundial como uma espécie de “intermediário” entre Ásia e Estados Unidos, importando partes, peças e componentes dos primeiros, montando e vendendo os

produtos finais para o segundo (NONNENBERG et al, 2008). Nesse processo, o papel IED, quarta causa do crescimento econômico chinês, é essencial.

O investimento externo direto na China foi permitido em 1979, com o objetivo de acelerar a modernização do país através do acesso a fontes externas de capital e tecnologia. Inicialmente, a política para captação de IED era seletiva, incluindo, por um lado, tratamento preferencial em áreas nas quais o IED era encorajado, como as ZEEs e os setores selecionados para políticas de substituição de importações, e, por outro lado, restrições severas em outros setores, limitando o acesso ao mercado doméstico. Assim, inicialmente, os IEDs dirigiam-se quase que exclusivamente para as ZEEs e vinham principalmente da volumosa diáspora chinesa no Sudeste Asiático, com destaque para Hong Kong e Taiwan. Entre 1992 e 1998, países asiáticos foram responsáveis por 80% do total do IED na China, sendo que Hong Kong representou 52,3% desses investimentos e Taiwan, em segundo lugar, representou 9%. A estratégia de situar as ZEEs próximas aos centros mais dinâmicos da Ásia foi um sucesso e grande parte da indústria de Hong Kong foi realocada em Shenzhen e nos arredores do *Pearl River* (LEMOINE, 2000).

As restrições aos IEDs foram gradualmente relaxadas, e já nos anos 1990 a China tornou-se a segunda maior receptora de investimentos externos, atrás apenas dos Estados Unidos. Em 1990, segundo dados da UNCTAD, o fluxo de IED para a China foi de US\$ 3,5 bilhões; em 2000, alcançou US\$ 40 bilhões e, em 2014, US\$ 128,5 bilhões. O crescimento foi de 3.685% em 24 anos (1990-2014). Segundo Lemoine (2000), entre os fatores que contribuíram para esse sucesso estão: (i) a liberalização gradual do sistema econômico doméstico chinês, que tornou o ambiente econômico para firmas estrangeiras mais favorável; (ii) as altas taxas de crescimento econômico, responsáveis por expandir o mercado doméstico; e (iii) a aceleração da integração da China na economia mundial graças à globalização, que acelerou os investimentos externos após 1992. O gráfico a seguir apresenta o crescimento do IED na China de 1980 a 2014.

A distribuição setorial dos IEDs é analisada por Acioly (2005). Segundo a autora, nos primeiros anos da reforma (1979-1986), os IEDs concentraram-se nas atividades de prospecção geológica, na indústria manufatureira trabalho-intensiva (indústria tradicional, especialmente têxtil e confecções de roupas) e no setor de serviços (atividades imobiliárias). Já após 1986, o governo chinês toma uma série de medidas com o objetivo de mudar a estrutura setorial dos IEDs recebidos, dirigindo-os para a indústria de transformação e para os setores *export-oriented* e de mais alta tecnologia. Desse modo, o IED no setor primário caiu de 40,9% em 1988 para

3,1% em 1993, e o setor manufatureiro passou a ser o principal setor de destino dos investimentos diretos externos. Nos anos 1990, o governo chinês busca aumentar a atratividade do país para investidores internos. Nessa década, a prioridade passa a ser o desenvolvimento e fortalecimento da indústria química, de máquinas e equipamentos de transporte, eletrônicos e comunicações. Recentemente, foram abertas ao investimento direto externo novas atividades no setor de serviços e dados maiores estímulos ao surgimento de setores de tecnologia de ponta e ao estabelecimento de centros de pesquisa e desenvolvimento no país.

Assim, já no fim dos anos 1980 há uma mudança no centro de gravidade da economia chinesa, e a indústria passa a ganhar peso crescente na produção e nos investimentos. Tanto os investimentos do setor produtivo estatal (SPE) e das EVCS, quanto os individuais e externos, fizeram com que a indústria ganhasse cada vez mais espaço no Produto Interno Bruto (PIB) chinês. Entre 1983 e 1998, a indústria leve e voltada à produção de bens de consumo lidera o crescimento econômico e, a partir daí, a produção de bens de capital detém as taxas mais elevadas. O avanço da industrialização contou com ampla mão de obra egressa do campo, barata e qualificada, graças ao aumento da produtividade no campo após as reformas, que criou um excedente gigantesco de força de trabalho rural (MEDEIROS, 1998).

A distribuição da produção industrial também mudou substancialmente. Segundo Medeiros (1998), em 1978, 78% do valor adicionado na indústria estavam no SPE contra 8,7% nas EVCs. Em 1995, as participações foram 31% e 20% respectivamente. O SPE concentrou-se crescentemente nas atividades de extração (petróleo, carvão), utilidades públicas e indústria pesada em particular na siderurgia e química. Em 1994, contra 39% do valor adicionado industrial no SPE, e 37,5% nas EVC, o valor adicionado gerado pelo setor privado foi de 14,9% e o valor adicionado pelas empresas privadas com investimento estrangeiro foi de 8,6%.

Entretanto, esses dados são contestados por autores como Szamoszegi e Kyle (2011) e Moyo (2013), que afirmam que, apesar do aumento do peso das empresas privadas na economia chinesa, seria um erro afirmar que as empresas estatais estão desaparecendo ou minimizar o papel atual do Estado e do Partido Comunista Chinês (PCC) no plano econômico. Szamoszegi e Kyle (2011) apontam que tanto o governo chinês quanto as empresas estatais continuam potências econômicas, sendo que as últimas estão entre as maiores empresas da China e do mundo, atuando ativamente não só na China, mas também em países estrangeiros. Essas empresas se envolvem nas maiores ofertas públicas iniciais de ações nos últimos anos e são proprietárias controladoras de muitas grandes firmas listadas nas bolsas chinesas e mundiais.

É importante, assim, destacar que, além das empresas 100% estatais, há inúmeros casos de empresas na China que tem propriedade mista - pública e privada. Como exemplo, Moyo (2013) afirma que o governo chinês conserva significativas participações acionárias em muitas empresas de capital aberto (em alguns casos, acima de 70% dessas empresas são de propriedade do governo), e que todas as trinta principais multinacionais chinesas são de propriedade do Estado. Assim, mesmo em empresas consideradas não-estatais, o governo tem papel essencial na condução das atividades e há uma subestimação do papel do governo na economia.

É comum que as empresas chinesas que investem em setores estratégicos sejam propriedade do Estado ou que o mesmo seja sócio majoritário delas, fazendo com que essas empresas ajam como um prolongamento do Estado. Os setores estratégicos, de acordo com documentos estatais coletados por Szamosszegi e Kyle (2011), são defesa, petróleo e indústria petroquímica, telecomunicações, aviação civil, navegação, energia elétrica e termelétrica. Como exemplo, no setor petrolífero e da indústria petroquímica, as estatais foram responsáveis por 45% da renda e três quartos da produção, em 2010. Em 2009, o setor estatal foi responsável por 78% dos investimentos em ativos fixos neste setor (MOYO, 2013; SZAMOSSZEGI E KYLE, 2011).

Para ajudar a tocar a agenda de desenvolvimento da China, o governo chinês provê à rede empresarial chinesa, entre outros, acesso à dinheiro barato, benefícios fiscais e acesso preferencial a contatos com governos estrangeiros. Este último ponto ganha força após o início do século XXI, com a estratégia *Going Global*, que tem como objetivo encorajar e apoiar firmas a investir no exterior, apresentando uma série de medidas para promover a saída das empresas chinesas, como suporte financeiro e divulgação de informação. O governo concede benefícios para as empresas, como incentivos fiscais, crédito e empréstimos, e um regime favorável para importação e exportação (GU et al, 2016). Em 2013, a posição do PCC era de que “a China deve encorajar empresas e indivíduos a investir no exterior, os quais devem fazer o seu melhor para buscar cooperação internacional (...). Nós também encorajamos investimento em terras, fusões, investimentos em *securities* e *joint-investment* no exterior” (XINHUA, 2013a apud GU et al, 2016, p. 26, tradução nossa).

A partir dos anos 2000, a China entra em um novo ciclo de crescimento, caracterizado não só pela expansão da inserção externa, mas também pela tomada de “medidas de redução da desigualdade, expansão da capacidade de inovação, [e de] um esforço de ampliação da indústria pesada, da urbanização e consumo de bens duráveis, como o automóvel” (RIBEIRO, 2013, p.

80). Os planos quinquenais a partir do início do século XXI propõem que o crescimento seja impulsionado pelos investimentos em infraestrutura, principalmente em rodovias e construção residencial, associados ao processo de urbanização, o que leva, conseqüentemente, ao aumento no investimento na indústria pesada. Como resultado desse novo ciclo de crescimento, há um aumento muito grande da demanda da economia chinesa por recursos primários essenciais, como petróleo, minério, aço e terras aráveis, aumentando também a dependência do país de fontes externas destes recursos (RIBEIRO, 2013). A China, então, passa a projetar-se em um grande número de países em busca desses recursos vitais para seu crescimento e estabilidade política, e os países africanos são um dos destinos de destaque. É instaurado, então, um alerta global, principalmente por parte dos países ocidentais, que veem essa atuação chinesa como uma ameaça à garantia de oferta desses recursos para seus próprios países e empresas. No próximo capítulo analisaremos a crescente necessidade chinesa de recursos. Trataremos brevemente do aumento da demanda por petróleo e gás, minérios e água, para, posteriormente, analisarmos mais detalhadamente a situação agrícola atual do país. Em seguida, analisaremos o debate do *land grabbing*, apresentando alguns autores que acreditam que, devido a esse aumento da demanda chinesa por recursos, o país está lançando-se à África para produzir alimentos em busca de sua própria segurança alimentar.

3 A CHINA NO SÉCULO XXI: BUSCA INCANSÁVEL POR RECURSOS?

O capítulo anterior buscou expor, brevemente, o intenso crescimento econômico chinês nas últimas décadas. A atividade industrial, urbanização e o consumo cresceram rapidamente: se em 1978 o percentual de urbanização chinesa era de 18%, hoje já passa dos 50% (YERGIN, 2011) e, em 2025, chegará a 64% (MOYO, 2013). Existem mais de 170 cidades com mais de um milhão de habitantes e várias cidades mastodônticas, com mais de cem milhões de habitantes. Todos os anos, cerca de vinte milhões de chineses migram para as cidades em busca de trabalho e melhores condições de vida (YERGIN, 2011). A China tornou-se o maior mercado automobilístico do mundo e, nos cinco primeiros meses de 2015, foram vendidos 9,2 milhões de carros no país - total comercializado em três anos no Brasil (VALOR, 2015).

Tudo isso levou para que, já em 2013, o país fosse o maior consumidor de energia primária do mundo, segundo a *U.S. Energy Information Administration* (EIA), consumindo 116.718 quadrilhões de BTUs. Os EUA, nesse mesmo ano, consumiram 97.241 quadrilhões de BTUs. A base energética chinesa é composta principalmente por carvão, petróleo e gás natural, os quais corresponderam, em 2010, respectivamente a 69%, 19% e 4% do total de consumo de energia da China (RIBEIRO, 2013). Em 2013, segundo dados da EIA, a China foi a maior produtora e consumidora de carvão do mundo; a segunda maior consumidora de petróleo, atrás apenas dos EUA; e a terceira maior consumidora de gás natural. Em 2014, a importação de combustíveis e minérios correspondeu à 26,9% do total das importações chinesas, de acordo com a Organização Mundial do Comércio (OMC). É importante destacar que esta crescente utilização de energia está ligada à baixa eficiência da indústria chinesa. Segundo um deputado da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China em entrevista para Jiang (2009), para produzir 10.000 yuan de PIB, a China utiliza três vezes a média global de energia.

Apesar de ser grande produtora de petróleo, em 1993 a China deixa de ser autossuficiente nesta fonte energética e torna-se a segunda maior importadora do mundo. Além disso, o modelo de expansão chinês também impulsiona a demanda por minérios, e hoje a China é a maior consumidora do mundo de alumínio, cobre, níquel, zinco e minério de ferro e, apesar da grande produção interna, as taxas de importações de minério aumentam nos últimos anos. Como exemplo, Ribeiro (2013) destaca que em 2010 a China foi responsável por 40% das importações mundiais de cobre e que as importações de minério de ferro do país cresceram 700% de 2000 a 2010.

A grande população chinesa e a grande expansão econômica também tiveram e terão efeitos grandes sobre a disponibilidade de água potável para seus habitantes. Em 2030, espera-se que a demanda por água na China chegue a 817 trilhões e 600 bilhões de litros, mas o atual suprimento não passa de 617 trilhões. Para agravar a situação, desde o início do século XXI, o total de recursos hídricos chinês encolheu 13%, e a excessiva retirada ou o uso excessivo de água subterrânea é superior a 25% no país e continua a crescer (MOYO, 2013). A poluição das fontes hídricas também é um agravante. Graças ao aumento do descarregamento de resíduos industriais e municipais, 78% dos cursos d'água que cruzam regiões industriais estão tão poluídos que não podem ser consumidos. Entretanto, a falta de água, principalmente no Norte da China, faz com que essas fontes sejam usadas para irrigação da produção agrícola (CHEN, 2007). Além disso, a ineficiência na utilização desse recurso na indústria piora as perspectivas futuras - a quantidade de água usada para gerar uma unidade do PIB na China é cinco vezes o nível médio mundial e oito vezes o nível norte-americano. Como reflexo, já em 2005, 60% das 669 cidades chinesas sofreram escassez de água (MOYO, 2013).

Não é o escopo do presente trabalho fazer uma análise aprofundada do crescimento da demanda chinesa por energia, minérios, água, entre outros, nem da crescente investida externa do país em busca desses recursos e da busca chinesa por fontes alternativas para suprir esta necessidade crescente. Através dos dados apresentados, buscamos apenas contextualizar que a expansão chinesa das últimas décadas levou à crescente pressão por estes recursos para manter o crescimento e a estabilidade política chinesas e que esta pressão continuará. Segundo Moyo (2013, p. 93), recursos suficientes para garantir uma melhora no padrão de vida das classes mais pobres evitará que o governo sofra no futuro - “é uma corrida contra uma revolução”. O nosso foco, e é para onde nos voltamos agora, são as consequências da expansão chinesa para a agricultura do país e a chamada “corrida por terras” empreendida em vários países para, de acordo com autores como Klare (2013) e Moyo (2013), garantir a segurança alimentar chinesa.

3.1. ATUALIDADES E DESAFIOS DO SETOR AGRÍCOLA CHINÊS

A agricultura e segurança alimentar sempre foram pontos de preocupação para o governo chinês. Desde a Dinastia Han (202-220 a.C.) até Mao, houve consenso de que um dos grandes problemas da China é uma grande população com relativamente pouca terra arável, e que fome é uma importante causa de turbulência política (XU et al, 2016). Durante a história

chinesa, episódios de fomes coletivas foram recorrentes e contribuíram, por exemplo, para que os invasores de Manchúria derrotassem a Dinastia Ming, em 1644. A fome também foi uma das causas das rebeliões de Taiping e Boxers no século XIX, levando ao fim da dinastia imperial em 1911 e à formação da República. No entanto, a última grande fome que ocorreu no país sucedeu-se há mais de meio século, em decorrência da desastrosa política do Grande Salto à Frente que, combinada com períodos de secas e de enchentes, levou mais de 30 milhões à morte (BRÄUTIGAM, 2015).

Desde o governo de Mao, o país mantém um olho ainda mais atento à questão de segurança alimentar e, assim, consegue evitar novos casos de fomes coletivas. Atualmente, o sucesso é evidenciado na capacidade do país de alimentar 22% da população mundial com menos de 12% da terra arável e 6% da água doce disponíveis no mundo (MOYO, 2013). O foco, como exposto anteriormente, foi no desenvolvimento da economia rural através de grandes investimentos em tecnologia e inovação, que modernizaram e mecanizaram a agricultura chinesa, contribuindo para grande aumento na produção doméstica.

A grande evolução da agricultura chinesa, entretanto, não diminui os grandes desafios que seguem a expansão econômica do país. O aumento da urbanização e da população, a crescente poluição das terras e recursos hídricos e a mudança de dieta, vinculada ao aumento da renda, voltam a inquietar os governantes chineses sobre a segurança alimentar do país. Já em 1995, o lançamento do livro *Who will feed China?*, de Lester Brown, lançou um alerta ao governo da China e ao mundo sobre os perigos da expansão mundial chinesa para a oferta mundial de alimentos. Em 1996, buscando solucionar o problema, os líderes chineses definiram que 95% da demanda do país por grãos deveria ser garantida internamente. Além disso, não poderia cair abaixo de 120 milhões de hectares a quantidade de terra arável no país. A China tem as maiores reservas mundiais de grãos e uma reserva estratégica de carne de porco. Apesar disso, já em 2004, o país se tornou importador líquido de alimentos. Em 2012, exportou US\$ 63,2 bilhões em produtos agrícolas e importou US\$ 112,4 bilhões - um déficit de quase US\$ 50 bilhões que está aumentando as tensões mundiais (BRÄUTIGAM, 2015; JIXIA et al, 2015).

Há várias causas do aumento do *gap* entre oferta e demanda do país no setor agrícola. Primeiramente, destacamos o aumento da urbanização. Conforme exposto acima, mais de 50% da população chinesa atual vive nas cidades. O aumento do uso da terra para o estabelecimento de cidades compete, logicamente, com o uso da terra para a produção agrícola. Consequentemente, entre 1978 e 1995, a área de terra cultivada para a produção de alimentos

caiu 4,42 milhões de hectares (CHEN, 2007, p. 3), e entre 1997 e 2008, caiu 12,3 milhões de hectares - mais de um milhão de hectares por ano (MOYO, 2013, p. 37). As duas principais causas dessa diminuição são o cultivo de culturas não destinadas à alimentação, como o algodão, e a construção de casas, indústrias e infraestrutura. Um agravante ainda maior é que apenas 40% das terras aráveis chinesas são consideradas de alta qualidade, as quais estão localizadas principalmente em três planícies aluviais: no Nordeste, no Norte (região de Pequim, Tianjin e Hebei) e na planície do Rio Yangtze - exatamente as faixas com urbanização mais intensiva. Enquanto isso, no extremo Norte, onde a qualidade da terra também é superior, as baixas temperaturas incapacitam a produção de várias culturas, fazendo com que a região contribua minimamente para a produção agrícola do país (CHEN, 2007; FUNG et al, 2013)

Em segundo lugar, a poluição. Vários autores, entre eles Moyo (2013), Chen (2007) e Fung et al (2013) apresentam estudos referentes à poluição dos solos na China e seu impacto na produção e na saúde da população. Segundo Fung et al (2013),

(...) A poluição química é uma das maiores ameaças [na China], tanto para agricultura quanto para as reservas de água doce. O rápido desenvolvimento de indústrias em áreas rurais, normalmente adjacentes a terras destinadas à produção agrícola, é um problema crescente para a segurança alimentar, pois as terras estão sendo contaminadas por despejos industriais e, logo, por metais pesados. A contaminação do solo e da água por metais pesados, como o cádmio, pode ter como consequência a intoxicação dos produtos agrícolas que, quando consumidos, causam grandes riscos à saúde, de falência renal e osteoporose, até aumento do risco de câncer (FUNG et al, 2013. p. 2048, *tradução nossa*)

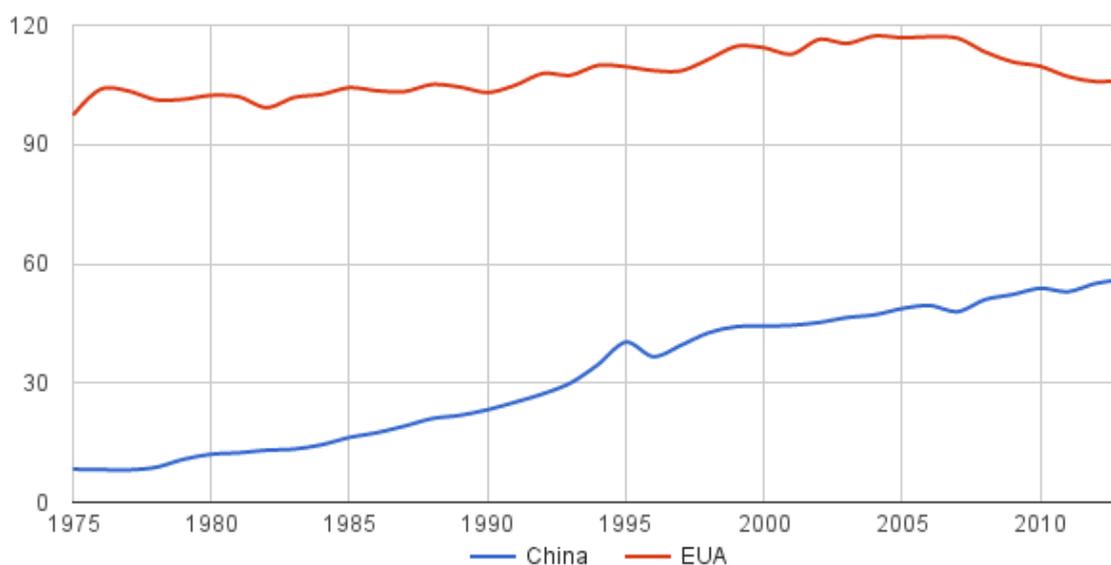
De acordo com Moyo (2013), até um sexto da terra arável da China está poluída por metais pesados e erosão, ao passo que a desertificação deixou mais de 40% da terra do país sem qualidade para o plantio. Chen (2007) apresenta estatísticas similares à de Moyo (2013), e acrescenta que a poluição causa uma perda anual de 10 milhões de toneladas de grãos. Ainda segundo o autor, descargas não tratadas de lixo industrial e municipal, uso inapropriado de agrotóxicos e descarga inapropriada de esgoto e água poluídos são as principais causas da crescente poluição no país. Um dos estudos analisados por Fung et al (2013) destaca que, em 2008, amostras de arroz coletadas no sul da China apresentaram um nível de cádmio que excedia em 70% o padrão de segurança alimentar do governo. Esses dados mostram que, além de comprometer a produção agrícola, a poluição ameaça à saúde e a qualidade de vida da população.

Além disso, a China é a maior produtora e exportadora de pesticidas do mundo, e a excessiva utilização desses produtos pode deixar resíduos tóxicos nos alimentos. A grande

utilização de drogas como antibióticos na produção animal também causa preocupação e comprometimento da qualidade dos produtos produzidos no país que, quando exportados, comprometem a qualidade de vida das pessoas de outras regiões (FUNG et al, 2013).

Em terceiro lugar, destaca-se a mudança de hábitos alimentares que acompanhou a urbanização e o aumento da renda da população nas últimas décadas. As pessoas passaram a prestar mais atenção à qualidade da alimentação e houve um aumento no consumo de produtos de origem animal, como carne, leite e ovos, e de frutas e vegetais. Houve uma diminuição de 17,4% na contribuição de cereais na ingestão diária de calorias per capita entre 1980 e 2002; e de 13,5% na de tubérculos para o mesmo período. Enquanto isso, a contribuição dos vegetais na ingestão diária de calorias por pessoa cresceu 2,6 vezes, e a de frutas, 5 vezes, quando é analisado o mesmo período (CHEN, 2007). A figura a seguir apresenta a evolução do consumo de carne na China, comparando-a com o consumo dos EUA.

Figura 3. Consumo de carne per capita na China e nos EUA, 1975-2013 (em kg)



Fonte: Brown (2014)

O consumo anual per capita chinês de carne, que corresponde ao consumo de gado, porco e frango, aumentou de 8,3kg, em 1975, para 56kg, em 2013. No último ano analisado, foram consumidos 107 milhões de toneladas de carne de porco no mundo, sendo que metade foi consumida apenas na China. Com relação a esse tipo de carne, o consumo do país é seis vezes maior do que o dos EUA. Apesar disso, o consumo chinês de carne em geral ainda

corresponde apenas à metade do consumo norte-americano, que foi 106kg em 2013 (BROWN, 2014).

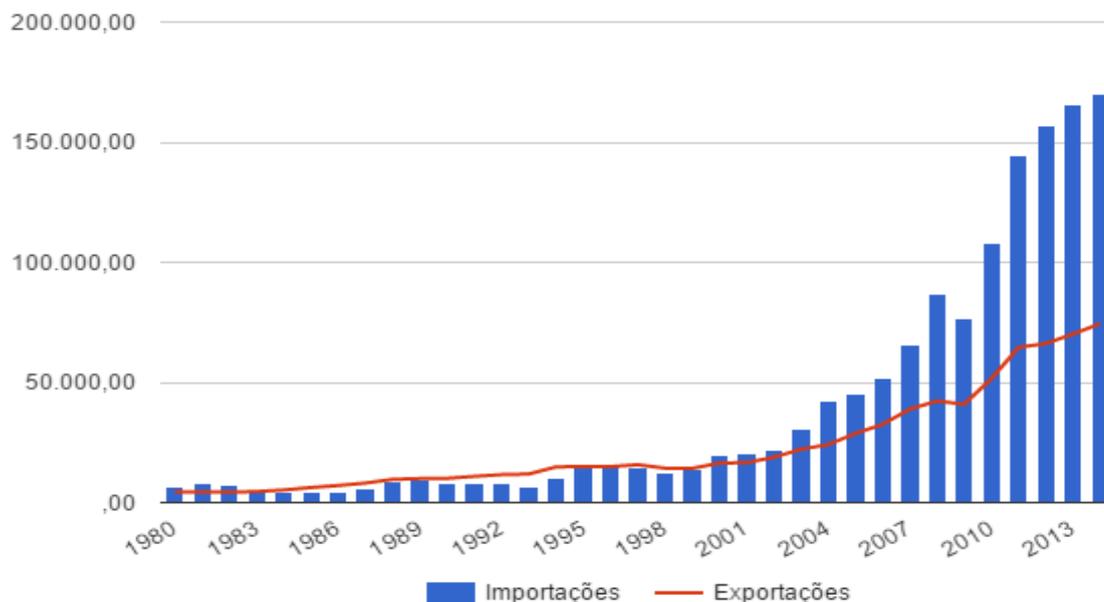
Esse crescimento impacta diretamente no consumo de grãos, utilizado como alimento para os animais: segundo Bräutigam (2015), para produzir um quilo de frango, são necessários dois quilos de grãos; no caso do porco, necessita-se 4 quilos de grãos; e para gado, um quilo de carne demanda mais de sete quilos de grãos. O impacto do aumento do consumo de carne já é visível na área cultivada de trigo, arroz e milho. De acordo com Fung et al (2013), há uma diminuição na área cultivadas das duas primeiras culturas e um aumento considerável da última entre 1965 e 2010. Em 2010, a área cultivada de milho era de aproximadamente 35 milhões de hectares; a de arroz, 30 milhões; e a de trigo, 24 milhões. Além disso, para garantir a oferta de milho para a alimentação dos animais, o governo chinês adota medidas para restringir a utilização dessa cultura na indústria, como na produção de amido, adoçantes e álcool etílico (ibidem).

Os pontos analisados são os principais determinantes das preocupações com a capacidade da China de sustentar sua própria segurança alimentar nos próximos anos. Apesar dos grandes avanços no setor agrícola desde a reforma e abertura, a diminuição da quantidade e da qualidade das terras aráveis, a mudança de cultivo para culturas não dirigidas ao consumo humano e o aumento populacional pressionam a oferta interna de alimentos, fazendo com que o país se direcione ao mercado internacional para suprir sua demanda. E uma das formas dessa projeção é a maior atuação no mercado mundial de *commodities* agrícolas.

Em 2014, segundo a OMC, a China era o quarto maior exportador de produtos agrícolas do mundo, com 4% do valor total mundial, e o segundo maior importador (atrás apenas da União Europeia), com 9% do valor importado mundial. A figura a seguir apresenta a evolução das importações e exportações da China no setor agrícola.

Figura 4. Evolução das importações e exportações de produtos agrícolas da China, 1980-2014 (em

milhões de dólares)

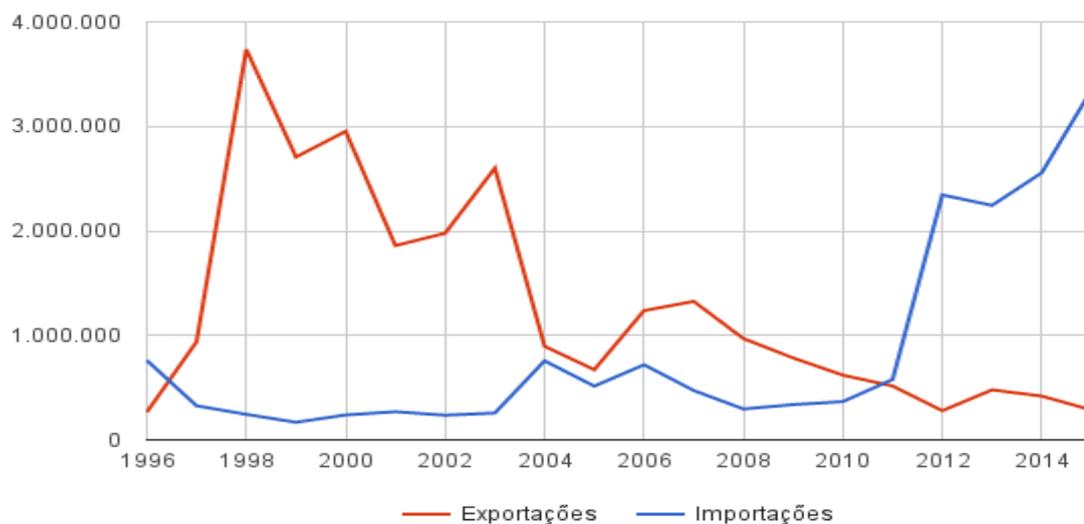


Fonte: Organização Mundial do Comércio

Até o fim da década de 1990, havia certo equilíbrio na balança comercial chinesa de produtos agrícolas, inclusive apresentando superávits em alguns anos. Entretanto, após a entrada do país na OMC, em 2001, graças à liberalização do mercado, houve uma explosão no valor das importações. A importação de grãos, principalmente de soja, cresce rapidamente. Após a Segunda Guerra Mundial, o país era o quarto maior exportador de soja do mundo, atrás apenas dos EUA, Brasil e Argentina. Já na década de 1990, as importações passam a crescer e, em 1996, superam as exportações. Em 2000, as importações chegam a 10 milhões de toneladas, excedendo a produção doméstica pela primeira vez; em 2003, alcançaram 20,74 milhões de toneladas; e, em 2010, 80% da demanda chinesa de soja foi coberta por importações (JIXIA et al, 2015). Nos últimos 17 anos, as importações de soja pela China corresponderam a 60% do comércio internacional total da *commodity* (BROWN, 2012 apud JIXIA et al, 2015).

No caso do trigo, milho e arroz, grãos que são a base da dieta chinesa, as importações também aumentaram nos últimos anos, tornando o país um importador líquido dessas culturas. Nas figuras a seguir analisamos esses grãos separadamente.

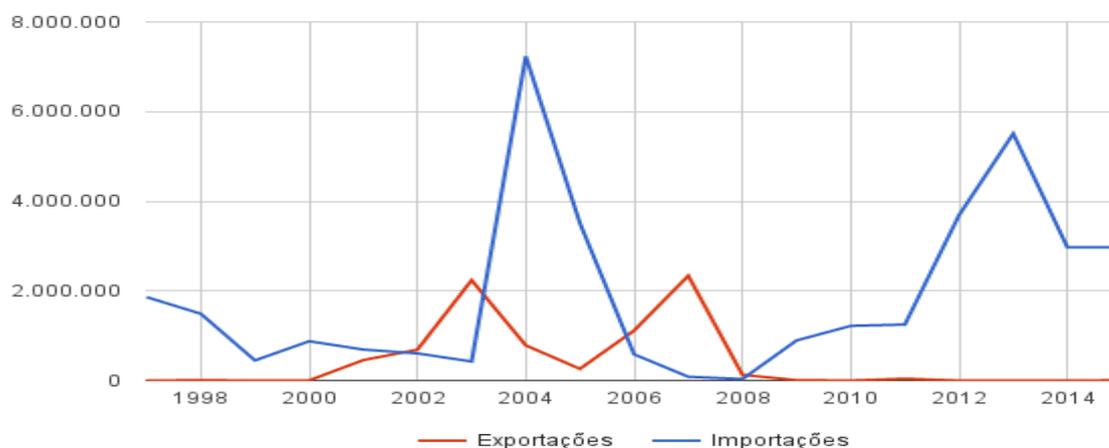
Figura 5. Importações e Exportações de arroz da China, 1996-2015 (em mil kg)



Fonte: UNComtrade

Nos últimos cinquenta anos, a China foi importadora líquida de arroz em apenas quatro anos. Desde 1997, como mostra o gráfico acima, as exportações do país mantinham-se em um nível bem acima das importações. Além disso, até 2011, grande parte das importações era de grãos de arroz de alta qualidade da Tailândia. Entretanto, após 2011, as importações cresceram rapidamente, e passaram a conter também arroz de baixa qualidade do Vietnã (66,7% do total das importações), Paquistão (25 do total) e da Tailândia (7,6% do total). As importações destinam-se, principalmente, para a produção de macarrão e de vinho de arroz (JIXIA et al, 2015).

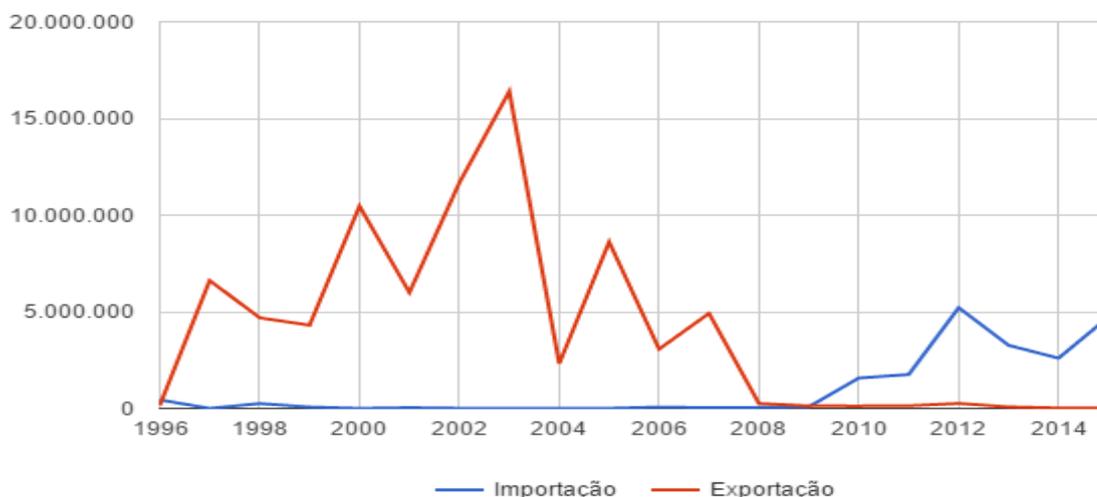
Figura 6. Importações e exportações de trigo da China, 1997-2015 (em mil kg)



Fonte: UNComtrade

A China foi uma importadora líquida de trigo em praticamente toda a série analisada. Entretanto, alguns anos como 2004 e 2013 atingiram um pico nas importações, com 7,2 milhões de toneladas importadas naquele ano, e 5,5 milhões neste. Apesar de o governo manter uma política de preço mínimo para essa cultura (2,360 RMB por tonelada em 2015) e prover subsídios para a compra de sementes e maquinaria, a área cultivada para o plantio dessa cultura não sofre grande expansão. Segundo dados da United States Department of Agriculture (USDA), em 2005 eram plantados 22,8 milhões de hectares para o cultivo de trigo e, em 2015, 24,1 milhões. Os maiores lucros com outras culturas explicam porque o cultivo de trigo no país não ganha força, apesar dos esforços governamentais (WEI et al, 2015). Entretanto, alguns autores como Zhou et al (2012), estimam que, apesar da quase estagnação da produção, o consumo per capita de trigo no país vai sofrer queda nos próximos anos, graças ao contínuo aumento da renda da população, que passa a consumir produtos mais diferenciados e de maior qualidade. A figura a seguir apresenta as importações e exportações de milho do país, entre 1996 e 2015.

Figura 7. Importações e Exportações de milho, 1996-2015 (em mil kg)

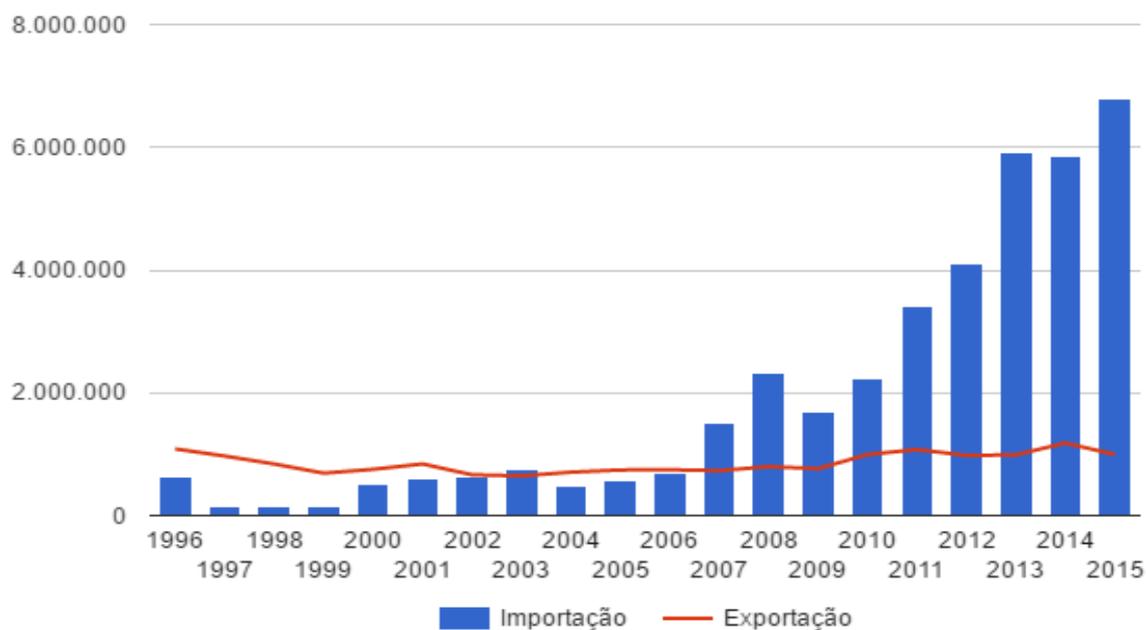


Fonte: UNComtrade

As grandes exportações de milho da China até 2008 contrastavam com a quase nula importação. Entretanto, após 2005, as exportações passaram a cair rapidamente, apresentando leve crescimento apenas em 2007. Já em 2009, o país torna-se um importador líquido do grão, alcançando 5,7 milhões de toneladas em 2012. Segundo o USDA, a projeção de crescimento do consumo de milho da China é de 8 milhões de toneladas por ano até 2024, sendo que o crescimento projetado da produção do grão do país é de 6,7 milhões de toneladas, assumindo a continuidade da substituição de terra do cultivo de outras culturas para o cultivo de milho. O déficit entre produção e consumo, assim, terá que ser compensado pelo aumento das importações. O grande exportador de milho para a China é os Estados Unidos, que correspondem a 97% do total das importações chinesas do grão entre 2010 e 2012. Outros países exportadores são a Ucrânia, Argentina e Brasil (GALE et al, 2014).

De acordo com Wang (2013) apud Jixia et al (2015), são três os principais motivos do aumento das importações de milho da China: (i) graças ao aumento da demanda como alimento para animais; (ii) para aumentar as reservas do país; e (iii) porque o milho importado é mais barato do que o produzido internamente. As reservas de milho da China são as maiores do mundo, com 93 milhões de toneladas no início de 2016 (YANG, 2016). Apesar do aumento das importações para alimentação de animais, a produção interna de carne na China não consegue atender a demanda, fazendo com que as importações cresçam rapidamente nos últimos anos, como mostra a figura a seguir.

Figura 8. Evolução das importações e exportações de carnes e miudezas da China, 1996-2015 (em mil dólares)



Fonte: UNComtrade

Conforme mostra o gráfico, após 2007 houve um crescimento estrondoso nas importações, passando de 1,5 milhões de toneladas, em 2007, para 6,7 milhões, em 2013 sendo que, no último ano, a carne de porco correspondeu a mais de 70% das importações totais. O crescimento das importações ocorreu, principalmente, devido ao aumento da demanda, baixo crescimento na produção doméstica e aumento dos custos de produção (trabalho, terra e alimento para os animais), que aumentaram os preços da produção doméstica de carne nos últimos anos, tornando as importações mais competitivas. Em 2007, a morte de milhões de porcos no país graças a epidemia de um vírus levou ao aumento de 85% nos preços desta carne (Barboza, 2007). A diminuição da oferta e a maior competitividade das importações levou ao início do aumento das importações, que continuou a crescer nos anos seguintes. Entre 2009 e 2013, segundo Gale et al (2015), o preço das carnes de gado e carneiro cresceu 85% no varejo na China, enquanto o preço da carne de porco cresceu cerca de 30%. A produção de carne no país está se transformando da produção tradicional em pequena escala para a grande produção, com maiores custos fixos e desafios na aquisição de terras e pessoal qualificado. Além disso, o aumento dos custos decorre também do aumento do controle ambiental e de regulações de

segurança alimentar que vem ocorrendo nos últimos anos no país.

Todos esses fatores, apesar de merecerem maior detalhamento futuro, contextualizam os problemas enfrentados pela China no que tange à sua segurança alimentar. Com esses problemas em mente, não faltam autores que pregam que o país já está atuando ativamente no exterior para garantir comida para sua população nas próximas décadas. Moyo (2013) destaca que a China não quer depender do mercado internacional para seu sustento alimentício, e que tampouco os líderes chineses acreditam que podem atender às necessidades alimentares do país unicamente com a importação. Dessa forma, os chineses, segundo a autora, estão em busca de terras no exterior onde possam cultivar suas próprias plantações, e passam a ver países africanos e latino-americanos como uma espécie de “cesta básica subsidiária” para o povo chinês.

Na mesma linha, Klare (2013) destaca que a grande perda de terras aráveis na China para a urbanização, expansão industrial e desertificação, além dos efeitos do aquecimento global na produção agrícola, levam os chineses a procurar terras no exterior para garantir sua produção. As empresas chinesas, com apoio da estratégia *Going Global*, passam a lançar-se no exterior em escala cada vez maior, atuando de várias formas, dependendo do país alvo do investimento. O *Beidahuang Land Cultivation Group*, por exemplo, atua na Venezuela e no Zimbábue provendo maquinaria e trabalhadores em troca de parcela da produção; na Austrália, o modelo de negócios baseia-se na aquisição de terras; e no Brasil e na Argentina, predomina o aluguel de terras para o cultivo. Na África, segundo o autor, apesar de empresas chinesas adquirirem grandes quantidades de terras, os detalhes das negociações são ocultos e difíceis de confirmar. Em Moçambique, por exemplo, acredita-se que vastas quantidades de terras foram prometidas a empresas chinesas em troca de milhões de dólares para assistência ao desenvolvimento. No Zimbábue, o governo concedeu 250.000 acres de terra para que a *China International Water and Electric Corporation* plantasse milho na parte sul do país.

A Organização Não-Governamental (ONG) Grain, grande crítica da atuação chinesa no setor agrícola internacional, afirma que “*In its drive for food, China is planting deep roots in foreign fields*” (GRAIN, 2008). Em vários artigos, defende a hipótese de que o crescimento econômico chinês se deu às custas da base agrícola do país, e que, assim, está adquirindo terras no exterior para alimentar sua própria população. O governo chinês atua ativamente no incentivo aos investimentos internacionais em terras para garantir a demanda crescente por comida e matérias-primas e empresas chinesas já plantam arroz, milho, cana de açúcar e borracha na África, América Latina e Austrália. Há, assim, uma grande estratégia nacional,

liderada pelo governo chinês, de expandir a atuação das empresas agrícolas chinesas no exterior, através da compra de terras e futura exportação dos produtos de volta para a China, para garantir a segurança alimentar do país (GRAIN, 2008).

Neste sentido, a seção seguinte será dedicada tanto à análise do debate que permeia a atuação chinesa na agricultura africana quanto à discussão sobre a veracidade dos pontos colocados pelos autores que defendem a tese de que a China está produzindo alimentos na África para garantir sua segurança alimentar.

3.2. PROJEÇÃO CHINESA NA AGRICULTURA AFRICANA: EM BUSCA DA SEGURANÇA ALIMENTAR?

Em 2008, o Diretor da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (*Food and Agriculture Organization of the United Nations*, FAO, em inglês), em reportagem para o *Financial Times* (2008), afirmou que a China planeja alugar vastas extensões de terra na Ásia e na África para plantar cereais e exportar de volta para seu mercado interno. Já em 2011, o coordenador da política da Alemanha para a África, Guenter Nooke, culpou a China pelo aumento da fome na região do Chifre da África. Segundo ele, a compra de terras pelo país asiático na região, com a produção destinada à exportação, pode levar a grandes conflitos sociais na África quando os pequenos fazendeiros africanos perderem suas terras e formas de subsistência (AGENCE FRANCE PRESSE, 2011 apud SMALLER et al, 2012).

Estes são apenas dois casos que exemplificam as críticas à atuação chinesa na agricultura africana, a qual tem ganhado destaque na mídia após a crise de 2008. O aumento da preocupação com esse fenômeno se dá à luz do aumento dos preços dos alimentos e da instabilidade dos mercados que resultaram da crise - os quais são também colocados como os motivos que colocaram o país asiático em sua “corrida por terras”. Uma reportagem do *Inter Press Service* (2009), afirma que o aumento dos preços e da especulação nos mercados de *commodities* fizeram com que os países perdessem a confiança no mercado global. Assim, a compra de terras da China na África faz parte de uma nova disputa pelo continente, com o objetivo de garantir sua própria segurança alimentar e diminuir a dependência das importações.

Desde a percepção desse fenômeno, em 2008, até hoje, são inúmeros os artigos, reportagens de jornal e discursos alertando para as ações chinesas e suas repercussões na agricultura dos países menos desenvolvidos da África - sendo que muitos (se não a maioria)

dessas publicações apresentam dados estratosféricos referente à compra de terras no continente. Uma reportagem do *The Guardian* (VIDAL, 2010), por exemplo, coloca que “A China assinou um contrato com a República Democrática do Congo para produzir 2,8 milhões de hectares de palmeiras para biocombustível”. Já Gray (2008), afirma que “No Zimbábue, a estatal *China International Water and Electric Corp.* recebeu direitos para produzir 101.174 hectares de milho (...)”. Gray (2008) destaca as dificuldades enfrentadas pelo governo chinês para enfrentar sua economia galopante; e que a produção em terras estrangeiras para exportação para a China foi a solução encontrada para garantir a segurança alimentar do gigante asiático.

O primeiro relatório da ONG GRAIN sobre o *land grabbing* foi publicado em 2008 e, segundo Bräutigam (2015), o mesmo contém as palavras “China” ou “chinês” mencionadas 47 vezes. O país asiático foi colocado como um dos países cujo objetivo é “terceirizar sua produção agrícola doméstica ao obter controle de fazendas em outros países” e que a China criou um fundo de US\$5 bilhões para auxiliar suas empresas a “investirem em agricultura na África” (GRAIN, 2008 apud BRÄUTIGAM, p. 3, tradução nossa).

Artigos analisados por Bräutigam e Ekman (2012, p. 484) referentes aos investimentos chineses em Moçambique destacam que Pequim e Maputo (1) assinaram contratos em 2006 ou 2007 para importar dezenas de milhares de fazendeiros chineses para produzirem arroz para exportar para a China; que (2) a indignação popular fez com que o projeto não se concretizasse; mas que (3) o governo chinês acordou em investir US\$ 800 milhões na modernização da produção de arroz do país para abastecer o mercado chinês. Esta história, apesar de nunca ter sido confirmada, teve repercussão global e tornou-se uma referência para estudos sobre a atuação chinesa no continente. A GTZ, uma agência alemã, por exemplo, incluiu a história em sua lista de “*land grabs*”, destacando que o projeto foi descontinuado devido à oposição política (BRÄUTIGAM E EKMAN, 2012).

Outra reportagem destacada por Bräutigam (2015) referente à Moçambique alerta que, devido aos planos do governo chinês de enviar milhares de camponeses para o país, a população está temerosa da volta dos dias de colonialismo. Há inclusive boatos que o governo de Moçambique está planejando tornar o estudo de mandarim obrigatório para todos os alunos do ensino médio. Para finalizar, o autor da reportagem afirma que, devido à insatisfação da população, os governos da China e Moçambique estão fazendo acordos por debaixo dos planos.

A história acima destaca, segundo vários autores, outra “estratégia” do governo chinês: a China está mandando (ou planejando enviar) um grande número de chineses desempregados

para a África. Bräutigam (2015) apresenta algumas notícias divulgadas sobre o tema:

Por exemplo, o *The Economist* divulgou (sem conferir as fontes) que mais de um milhão de fazendeiros chineses estavam cultivando grãos na África. Um canal de televisão francês previu que “a conquista chinesa por terras africanas” seria uma solução para milhões de camponeses chineses que perderam suas terras. O escritor (...) suíço Henning Mankell comentou com um jornalista: “eu li que a China alugou terra no Quênia para levar um milhão de camponeses para a África”. Um jornalista americano escreveu que o Congresso Chinês debateu uma proposta para mandar 100 milhões de chineses desempregados para produzir alimentos (BRÄUTIGAM, 2015, p. 2, tradução nossa).

Uma reportagem que chama a atenção é a do jornal britânico Daily Mail, de 2008, intitulada “*How China’s taking over Africa and why the West should be VERY worried*”. Segundo o autor, está ocorrendo uma invasão chinesa na África: “É o maior movimento de pessoas que o mundo já viu - a China está secretamente trabalhando para transformar o continente em sua nova colônia”. Sem apresentar nenhuma fonte de suas afirmações, afirma que mais de 750.000 chineses já migraram para a África, e que a estratégia de Pequim, segundo um especialista (não especificado) é que “a China eventualmente precisará mandar 300 milhões de pessoas para a África para resolver seus problemas de superpopulação e poluição”. Afirma inclusive que o país asiático está enviando seus criminosos para a África. A China, assim, vê o continente como “crucial para sua sobrevivência no longo prazo” (MALONE, 2008).

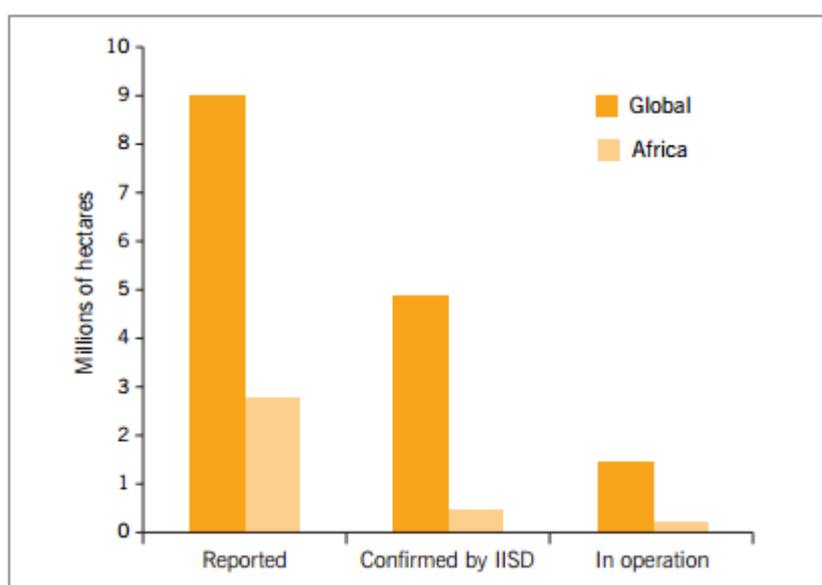
Nesta mesma linha, Insaidoo (2016) destaca a migração em massa de chineses para a África como uma estratégia de Pequim para resolver o problema de superpopulação e desemprego. Para o autor, o imperialismo chinês procura despovoar o continente africano para que os chineses possam colonizar e repovoar a África, como os ingleses fizeram com os índios norte-americanos. Estes são apenas dois exemplos das teses mais radicais dos adeptos da visão da atuação chinesa como “neocolonialista”. Segundo seus defensores, a grande diferença do neocolonialismo daquele do século XX é que agora as elites dos países africanos estão permitindo serem conquistadas, tomando decisões que vão ter grandes repercussões na sua qualidade de vida e oferta de alimentos no futuro (MERSHA, 2009 apud HEES, 2013).

Essas e várias outras reportagens causaram um alerta global sobre a suposta estratégia agressiva de Pequim na busca de terras estrangeiras. E, em 2012, serviram como base para a alimentação de um banco de dados desenvolvido pela *International Land Coalition* (ILC), o *Land Matrix*. O banco de dados tem como objetivo divulgar e sensibilizar a comunidade internacional sobre os acordos envolvendo terras ao redor do mundo e seus riscos para a sociedade dos países onde acontecem. Até 2012, o *Land Matrix* apresenta 86 projetos chineses

em países em desenvolvimento, cobrindo um total de 8,3 milhões de hectares. Na África, apresenta 408 projetos no total (não apenas chineses), cobrindo 17 milhões de hectares (SMALLER et al, 2012). Ele contém acordos chineses como o do Congo e do Zimbábue, citados acima; e um investimento chinês de 2 milhões de hectares na Zâmbia. Entretanto, um especialista em investimentos em agricultura africana que analisou a base de dados afirmou ser “atingido por um horrendo sentimento de desânimo... nos foi prometido dados verificados, mas parece que nenhuma verificação foi feita” - mais de um quarto das entradas relacionadas à África estavam “duplicadas, não verificadas ou simplesmente incorretas” (AGENCE FRANCE-PRESSE, 2011 apud BRÄUTIGAM, 2015, p. 77).

São vários os autores que contestam rigorosamente as acusações que a mídia e ONGs fazem sobre as reais intenções da China na África. Bräutigam (2015), Smaller et al (2012), Buckley (2012), Bräutigam e Ekman (2012), Cotula (2012), Cook et al (2016), Bräutigam e Zhang (2013), Buckley (2013a) e muitos outros autores que realizaram pesquisas de campo e entrevistas tanto na África como em outros países nos quais a China tem atuação no setor agrícola alegam que os investimentos são muito menores do que os divulgados. O gráfico a seguir apresenta os investimentos chineses globais e na África por área, de acordo com o reportado por notícias midiáticas, o confirmado por pesquisas do *International Institute for Sustainable Development* (IISD) e os que estão em operação.

Figura 9. Investimentos chineses em agricultura no mundo e na África até 2012, em milhões de hectares



Fonte: Buckley, 2012, p. 2

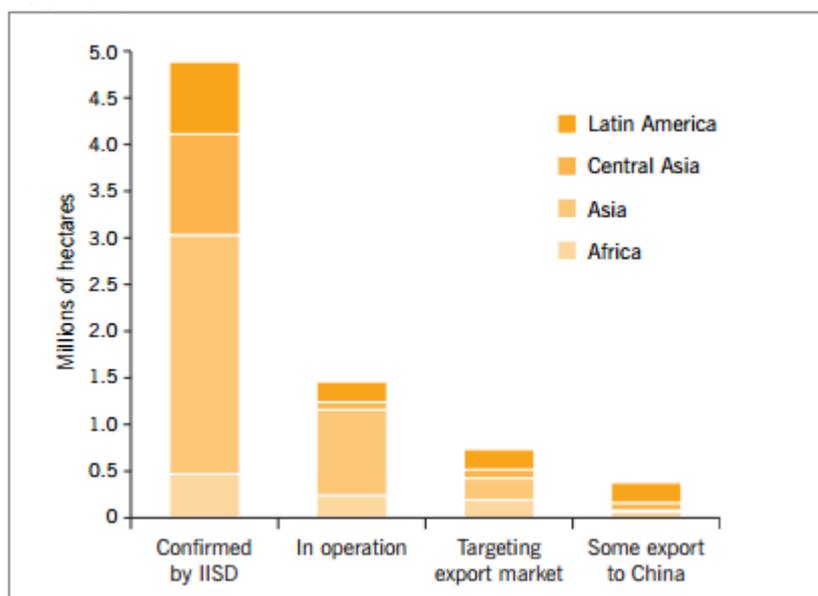
Dos quase 9 milhões de hectares que foram divulgados como adquiridos pela China ao redor do mundo, foram confirmados pelo IISD apenas metade - 4,9 milhões de hectares. É importante destacar que esse valor inclui não apenas investimentos, mas também fazendas de demonstração agrícola¹; abrange tanto a produção de alimentos quanto de produtos não alimentícios, como biocombustíveis; produção destinada ao mercado local e para exportação; e inclui até projetos que são propriedade de empresas e governos de outros países, mas que contam com a participação de chineses². Os dados do IISD apresentam apenas 5 projetos chineses grandes (com mais de 100.000 hectares) em operação ao redor do mundo - entre eles, destaca-se a produção de milho em 530.000 hectares nas Filipinas (BUCKLEY, 2012; SMALLER et al, 2012). Segundo Smaller et al (2012), há 17 projetos chineses em agricultura comprovados, cobrindo 463.800 hectares, sendo que apenas metade (228.792 hectares) estão em operação. O gráfico a seguir evidencia o destino da produção desses projetos confirmados pelo IISD.

Figura 10. Projetos chineses em agricultura: destino da produção dos projetos em operação até 2012,

¹ Trataremos das fazendas de demonstração agrícola construídas pela China no próximo capítulo.

² É o caso do investimento no Mali citado a seguir: foi criada uma *joint-venture* para a produção de arroz entre uma empresa da Líbia, a estatal chinesa *China Geo-Engineering Corporation* e um instituto de pesquisa chinês. A empresa líbia proveria todos os recursos do projeto, enquanto os chineses proveriam as sementes de arroz e enviariam especialistas para planejar e coordenar o projeto.

em milhões de hectares



Fonte: Buckley (2012, p. 3)

O gráfico anterior apresenta, entre o total de projetos chineses confirmados em diferentes continentes, a parcela que é destinada ao mercado local dos países receptores e a parcela que é destinada à exportação. Dos “32 projetos em operação confirmados, apenas 15 têm como destino a exportação (741.880 hectares); e destes, apenas metade (376.613 hectares) tem como destino de exportação a China” (BUCKLEY, 2012, p. 2, tradução nossa). No que tange aos projetos em operação confirmados na África, 119.000 hectares têm alguma parte destinada à exportação - ou seja, 25% do total (SMALLER et al, 2012). Em artigo sobre a atuação chinesa na agricultura na Zâmbia, por exemplo, Chatelard e Chu (2015) destacam que tanto os projetos estatais quanto privados não têm como destino a exportação da produção e que grande parte das matérias que alertam sobre o *land grabbing* são simplistas e não levam em conta o contexto dos investimentos e do país onde os mesmos são realizados.

Smaller et al (2012) destacam apenas 3 projetos comprovados que ultrapassam 100.000 hectares: (i) o investimento da *ZTE International*, uma empresa estatal, na República Democrática do Congo - 100.000 hectares para a produção de biocombustível para o mercado local (projeto em espera/suspensão); (ii) um investimento de uma *joint-venture* composta pela *China Geo-Engineering Corporation* (empresa estatal), *China National Hybrid Rice R&D Center* (instituto de pesquisa) e uma empresa da Líbia, no Mali, cobrindo 100.000 hectares para a produção de arroz e trigo (projeto em operação); e (iii) um investimento no Zimbábue da

China International Water & Electric Corporation (empresa estatal) para a produção de milho e sorgo para o mercado local (contrato assinado).

Os dados acima contestam várias matérias, como Vidal (2010) citada acima, que reportaram a aquisição de 2,8 milhões de hectares na República Democrática do Congo (RDC) pela *ZTE International*. Bräutigam (2015) analisa este investimento. Segundo a autora, em 2006 a *ZTE International*, uma empresa de telecomunicações, declarou suas intenções de engajamento no setor de energias renováveis. Já em maio de 2007, o presidente da empresa reuniu-se com o então Ministro da Agricultura da DRC, Nzanga Mobutu para a discussão de um investimento em biocombustíveis no país. Em uma conferência de imprensa, Mobutu declarou que a China investiria “um bilhão de dólares para produzir óleo de dendê em três milhões de hectares na RDC” (BRÄUTIGAM, 2015, p. 81, tradução nossa). Além da produção, seria instalada uma unidade para a produção de biocombustíveis, que criaria mais de 100.000 empregos (BRÄUTIGAM, 2015).

Entretanto, em novembro do mesmo ano, Mobutu e a *ZTE International* assinaram um acordo através do qual o Ministério da Agricultura cederia pelo menos 100.000 hectares para a empresa iniciar a produção, com um investimento de US\$600 milhões. O acordo teria validade de três anos, durante os quais seria realizado um estudo de viabilidade do investimento. Apenas se o estudo apresentasse bons resultados o investimento seria iniciado - o que não ocorreu. Assim, três anos após a assinatura do acordo, o acordo foi suspenso. A pobreza da infraestrutura da região, os altos custos logísticos e a ameaça de conflitos inviabilizaram o projeto. A empresa inclusive realizou estudos de viabilidade para projetos menores na DRC, que também não demonstraram bons resultados. Como consequência, o investimento foi realizado na Indonésia, onde a empresa passou a cultivar 30.000 hectares para a produção de azeite de dendê (BRÄUTIGAM, 2015).

Bräutigam (2015) também analisa a atuação da *China International Water and Electricity Corporation* (CIWEC) no Zimbábue. Em 2002, o governo do país africano abriu uma licitação para a produção de 100.000 hectares de milho na região Nuanetsi, devido aos surtos de fome ocasionados pela rápida e não bem-sucedida reforma agrária promovida no país. A CIWEC, empresa do ramo de construção que já realizava projetos no Zimbábue, ganhou a licitação para desenvolver a primeira fase do projeto - ou seja, 10.000 hectares -, por um valor de US\$11 milhões. Entretanto, a inflação galopante do país (quase 600%) e a falta de combustível logo trouxeram problemas e inviabilizou o projeto. Um ano depois, após terem

recebido apenas US\$3 milhões e terem sido negados de múltiplos pedidos de pagamento pelo governo do Zimbábue, a CIWEC abandonou o projeto (BRÄUTIGAM, 2015). É importante destacar a divergência da informação levantada por Bräutigam (2015) e Smaller et al (2012) referente a esse investimento, pois os últimos apresentaram o projeto como sendo um investimento chinês em 100.000 hectares para a plantação de milho e sorgo, como exposto anteriormente. Entretanto, Bräutigam (2015) e Bräutigam e Zhang (2013) afirmam que a empresa chinesa ganhou uma licitação para desenvolver parte do projeto e que a plantação seria de propriedade do governo do Zimbábue.

Segundo Buckley (2012) e Smaller et al (2012), apenas outros 4 investimentos superaram 20.000 hectares: um investimento da *Datong Trading Enterprises* em 60.000 hectares para a produção de gergelim em Senegal, utilizando agricultura por contrato e orientado para exportação; e outros três na Etiópia, Madagascar e Mali, para a produção de cana de açúcar e biocombustíveis para os mercados locais e para exportação (principalmente para a África e União Europeia).

Dessa forma, Cotula et al (2009) alertam para o perigo das conclusões simplistas quando se trata dos investimentos em agricultura em países em desenvolvimento, contestando o argumento de que a China está investindo no exterior em geral e na África em particular para garantir sua segurança alimentar. Os autores, ao analisar vários documentos e discursos governamentais chineses, não encontraram nenhuma referência ao fenômeno. Pelo contrário: o documento publicado em 2008 que explicita a estratégia de segurança alimentar para 20 anos declarou explicitamente que a aquisição de terras estrangeiras não é parte desta estratégia (XINHUA NEWS AGENCY, 2008 apud COTULA et al, 2009, p. 55).

Bräutigam (2015) destaca, ao analisar dados de exportação da África para a China, que os principais produtos agrícolas exportados não mudaram nos últimos anos: algodão cru, borracha natural, sementes de gergelim, tabaco e grãos de cacau. E, além da borracha, grande parte desses produtos são cultivados ou por fazendeiros africanos ou por empresas multinacionais não chinesas. As exportações de sementes de gergelim e cacau estão aumentando; mas entre 2004 e 2014 não houve importação chinesa de arroz ou trigo da África, e apenas uma pequena quantidade de milho, soja e mandioca foi importada (UNCOMTRADE apud BRÄUTIGAM, 2015, p. 157).

Assim, segundo Cotula et al (2009), os investimentos são guiados por oportunidades atrativas de negócios e lucros, e não por estratégias governamentais ligadas à garantia da

segurança alimentar. Entre essas oportunidades, destaca-se o aumento da demanda por fontes alternativas de energia, como os biocombustíveis (que são cultivados por várias empresas chinesas na África); expectativa de aumento do valor da terra no longo prazo³; e incentivos políticos e econômicos por parte dos governos, tanto dos países de origem quanto de destino (COTULA et al, 2009). Há três padrões gerais de investimento, segundo Bräutigam (2015):

(...) fazendas de porte pequeno e médio produzindo para o mercado local (vegetais, trigo, milho, arroz, bife, etc); fazendas industriais de grande porte produzindo *commodities* industriais tradicionais, principalmente para exportação (borracha, açúcar, sisal, azeite de dendê); e agricultura por contrato com fazendeiros africanos (tabaco, algodão) (BRÄUTIGAM, 2015, p. 156, tradução nossa).

Esses autores, assim, evidenciam que a realidade da atuação chinesa na agricultura africana - bem diferente do pregado pela mídia. O retrato de fazendas de milhões de hectares produzindo alimentos para exportação para a China dá lugar a fazendas médias e pequenas produzindo para o mercado local e à grandes fazendas produzindo bens não alimentícios destinados à exportação não apenas para a China, mas para outros países, como os da União Europeia. E é para a realidade que nos voltamos agora. No próximo capítulo, trataremos da evolução do engajamento chinês na agricultura africana, analisando as diferentes fases que marcaram o relacionamento sino-africano neste setor. E, para isso, utilizaremos como base apenas autores que realizaram pesquisas de campo e entrevistas em países africanos e na China, buscando evitar distorções e visões errôneas deste engajamento.

³ Para mais detalhes, ver Fairbairn (2014).

4 DESVENDANDO O RELACIONAMENTO SINO-AFRICANO NO SETOR AGRÍCOLA: HISTÓRICO, CARÁTER E OBJETIVOS

As relações sino-africanas na área agrícola iniciaram-se como um instrumento de diplomacia no fim da década de 1950, em grande parte motivadas pela busca chinesa por reconhecimento internacional após a Revolução de 1949. Através de acordos bilaterais, doações de alimentos e construção de fazendas e outras obras de infraestrutura agrícola, a China conseguiu que diversos países africanos aderissem à *One China Policy*, reconhecendo Taiwan como parte da República Popular da China. O engajamento chinês no continente africano foi essencial para que a China obtivesse apoio para substituir Taiwan no assento chinês na Organização das Nações Unidas (ONU), em 1971. Nesse mesmo ano, a China integrou o Conselho de Segurança desta mesma organização (RENARD, 2011 apud BUCKLEY, 2013).

Nos primeiros anos de cooperação em agricultura, a atuação do governo chinês estava focada na construção de grandes fazendas estatais em governos africanos socialistas. São vários os exemplos dessa primeira aproximação chinesa na agricultura africana. Segundo Bräutigam (2015), um dos primeiros projetos foi realizado em Mali, em 1962, a pedido do presidente do país recentemente independente. Iniciou-se com uma parceria entre o governo e alguns empresários chineses para a implantação de uma fazenda produtora de chá, que custou US\$16 milhões e foi financiada por um fundo chinês para ajuda ao país. Em 1968, ainda em Mali, os chineses tinham construído uma fazenda produtora e uma fábrica para processamento de açúcar; em 1978 foi inaugurada outra fazenda para plantação e uma fábrica para processamento de chá; em 1974, novamente a pedidos do governo de Mali, os chineses financiaram a criação de um grande complexo açucareiro no país (BRÄUTIGAM, 2015).

Bräutigam e Zhang (2013) e Bräutigam (2015) citam a ajuda chinesa financeira à construção e absorção dos custos iniciais de operação da fazenda *Ruvu State Farm*, na Tanzânia, em 1965, abrangendo 2.834 hectares e variadas culturas; e o envio de técnicos chineses para a ilha de Zanzibar (Tanzânia) para a construção de uma fazenda de cana de açúcar (*Mahonda State Sugar Cane Farm*). Foram também construídas fazendas estatais para governos da Mauritânia, Guiné e Zaire (hoje República Democrática do Congo). Grande parte das fazendas destinava-se à plantação de arroz, cultura muito desenvolvida tecnologicamente pelos chineses; à combinação de cultivo de grãos, vegetais, frutas, criação de aves e ostras; ou apenas ao cultivo de cana de açúcar, como em Mali e Togo (BRÄUTIGAM, 2015).

Em 1985, Pequim estava apoiando projetos de ajuda agrícola em 25 países africanos (35 ao redor do mundo), os quais cobriam 48.000 hectares de terra arável. Entretanto, o governo chinês tinha dificuldade em manter esses projetos – o próprio Banco Mundial, por exemplo, reportou uma taxa de insucesso de cinquenta por cento nos seus projetos de desenvolvimento rural na África entre 1965 e 1986. Assim, os problemas relacionados ao tamanho das fazendas e as próprias mudanças ocorridas na China no final da década de 1970, com o processo de abertura e reestruturação, contribuíram para a mudança na abordagem chinesa no continente africano (BRÄUTIGAM E TANG, 2009).

Dessa forma, Pequim passou a buscar meios para tornar suas relações econômicas com a África mais sustentáveis e mutuamente benéficas - objetivo que foi anunciado pelo premier Zhao Ziyang em sua viagem para 11 países africanos entre 1982 e 83. O premier destacou que a atuação chinesa não seria apenas no sentido de conceder ajuda financeira aos países do continente. Assim, durante a década de 1980 e 90, a ajuda chinesa para a agricultura africana priorizou dimensões técnicas e econômicas, apesar de estarem inseridas em uma ampla gama de objetivos diplomáticos e comerciais. Isso envolveu a descentralização e a racionalização da estrutura de governança do programa, através da introdução de estudos de viabilidade e de metodologias de gerenciamento de projetos, e do convite a empresas africanas para integrarem os projetos, as quais se responsabilizavam principalmente por operações locais. Também se destaca a participação de instituições financeiras chinesas no apoio ao financiamento e à realização de projetos tripartites com as Nações Unidas. Essas iniciativas e programas priorizaram transferência tecnológica e a reabilitação de dúzias de antigos projetos de ajuda através de *joint-ventures* e contratos (XU et al, 2016).

O antigo complexo açucareiro de Mali, concedido ao governo do país após a construção e os primeiros anos de auxílio operacional e financeiro, é novamente o exemplo dado por Bräutigam (2015) para ilustrar as mudanças ocorridas após esse período. O governo de Mali, no controle das fábricas por mais de 10 anos, sofria com a falta de eficiência do complexo e com a dificuldade em importar peças e componentes para as máquinas chinesas utilizadas no mesmo. Assim, em 1984, convidam os chineses à voltarem ao país e retomarem o controle do complexo açucareiro.

Neste ano, especialistas da empresa estatal *China Light Industrial Corporation for Foreign and Technical Cooperation* (CLETC) voltaram à Mali e foram nomeados gerentes e chefes de departamento dos dois complexos construídos pelo governo chinês nos programas de

ajuda ao país. A produção aumentou após a mudança de gerência em quase 100% (DEPARTMENT OF FOREIGN AID, 1988 apud BRÄUTIGAM, 2015, p. 51), mas as fábricas ainda operavam com perdas. Assim, devido à necessidade de novos investimentos no complexo e sob pressão do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a privatização das empresas estatais do país, em 1996 o governo de Mali fundiu os dois complexos, criando uma *joint-venture* chamada Sukala. A CLETC ganhou 60% das ações da nova empresa e o governo de Mali, 40%. Com isso, o governo chinês concedeu empréstimos para a CLETC fazer novos investimentos para expandir as operações da empresa, resultando na expansão da área cultivada e na construção de uma refinaria de açúcar (BRÄUTIGAM, 2015).

Após esse projeto, o governo de Mali fez campanhas para atrair novos investimentos para o setor agrícola do país, que culminaram em diversos outros investimentos e *joint-ventures* com empresas estatais chinesas. Um exemplo é o caso do investimento de US\$ 3 milhões da *China Overseas Engineering Corporation* em uma fazenda de arroz de 1000 hectares - terra que foi alugada do governo através de um contrato de 30 anos (BRÄUTIGAM, 2015, p. 50-51).

Analisando a nova abordagem chinesa na agricultura africana, que ganhou força durante a década de 1980, Bräutigam e Tang (2009) destacam quatro grandes dimensões:

- a. *Consolidação*: envio de equipes chinesas para reparar e reabilitar pontes, sistemas de irrigação e outras obras públicas construídas entre 1960 e 1970. Os objetivos dessas iniciativas eram relacionados à diplomacia e priorizavam obras visíveis, que chamassem a atenção para a atuação chinesa no continente. Dessa forma, eram financiados por fundos de ajuda chinesa;
- b. *Joint-ventures* e contratos: fundos chineses foram criados para incentivar a criação de *joint-ventures* entre empresas chinesas e africanas. Um exemplo dado pelos autores é a criação, em Serra Leoa, de várias *joint-ventures* para a agricultura (azeite de dendê) e pesca. Empresas chinesas também estabeleciam empresas de construção na África, com o objetivo de serem contratadas para realizarem projetos ou ainda gerenciarem fazendas, tanto públicas como privadas. Essas empresas normalmente tinham prioridade na realização de obras financiadas pelo governo chinês;
- c. *Cooperação tripartite*: no final da década de 1970, a China passou a disponibilizar equipes de especialistas para trabalharem em projetos financiados por fundos de desenvolvimento social das Nações Unidas. Essa iniciativa também tem

grande viés diplomático;

d. Investimento e parcerias público-privadas: após a reforma e abertura do final da década de 1970, empresas estatais chinesas abriram o caminho do investimento externo do país, e um de seus destinos foi a agricultura africana. Algumas tomaram controle de antigos projetos de ajuda do governo chinês, enquanto outras passaram a explorar novas oportunidades de investimento em agricultura, recursos florestais e pesca. Um exemplo é a atuação da *China State Farm Agribusiness Corporation* (CSFAC) em Guiné, onde a empresa expandiu uma fazenda de arroz de 250 hectares, a qual era um antigo projeto de ajuda do governo chinês, transformando-a em um complexo agrícola integrado que abrange 1.800 hectares e dez diferentes empresas agrícolas.

Investimentos externos diretos por empresas chinesas foram autorizados a partir de 1979, mas inicialmente enfrentavam muitos problemas, como um difícil sistema de aprovação de propostas e a falta de experiência das empresas. Entretanto, investimentos aconteciam e foram se expandindo ao longo da década. O primeiro investimento chinês na África foi especialmente no setor agrícola – em Mali, em 1962, como comentado acima. Já em 1984, a empresa *China Agricon* chegou pela primeira vez em Serra Leoa, oferecendo serviços de consultoria para outros investidores do setor agrícola. Sobre os IEDs chineses, um ponto interessante é que a CSFAC já havia alugado pelo menos sete fazendas em seis países africanos antes de que o primeiro investimento chinês no setor petrolífero africano acontecesse no Sudão em 1995 (BRÄUTIGAM, 2015). No começo dos anos 2000, a empresa havia feito investimentos no sudeste e oeste da África, valendo aproximadamente US\$ 35 milhões. Esses investimentos eram destinados à aquisição de fazendas já existentes ou de terras virgens (BRÄUTIGAM E TANG, 2009).

Ao longo dos anos, as quatro iniciativas citadas acima foram revisadas e aprimoradas pelo governo chinês e, no início do século XX, a adoção da política *Going Global* trouxe novas mudanças no relacionamento sino-africano na agricultura. A próxima seção dedica-se à esta nova etapa do relacionamento.

4.1. *GOING GLOBAL*: A CONSOLIDAÇÃO DA CHINA COMO GRANDE PLAYER NA AGRICULTURA AFRICANA

Conforme exposto acima, ocorreram várias mudanças ao longo do relacionamento sino-africano no setor agrícola. Um marco que merece destaque são as mudanças ocasionadas pela política *Going Global*, a qual iniciou-se no fim do século XX e consolidou-se já no início do século XXI:

Essa reforma se desenvolveu na política *Going Global*, durante a década de 1990, e continua a crescer no novo milênio. Mesmo que a diplomacia continue como o grande objetivo da ajuda externa, reformas significativas na década de 1990 e 2000 posicionaram o engajamento oficial da China na África para apoiar a antiga política chinesa de que a ajuda deveria gerar *benefícios mútuos* (BRÄUTIGAM E TANG, 2009, p. 692, tradução nossa)

A estratégia *Going Global* busca encorajar e apoiar firmas a investir no exterior, apresentando uma série de medidas para promover a saída das empresas chinesas, como suporte financeiro e divulgação de informação. O governo concede benefícios para as empresas, como incentivos fiscais, crédito e empréstimos e um regime favorável para importação e exportação (GU et al, 2016). Em 2013, a posição do PCC era de que “a China deve encorajar empresas e indivíduos a investir no exterior, os quais devem fazer o seu melhor para buscar cooperação internacional (...). Nós também encorajamos investimento em terras, fusões, investimentos em *securities* e *joint-investment* no exterior” (XINHUA 2013a apud GU et al, 2016, p. 26, tradução nossa).

Assim, segundo Bräutigam e Tang (2009), nesse período surgiram quatro tendências que passaram a guiar o relacionamento sino-africano na área agrícola. São elas:

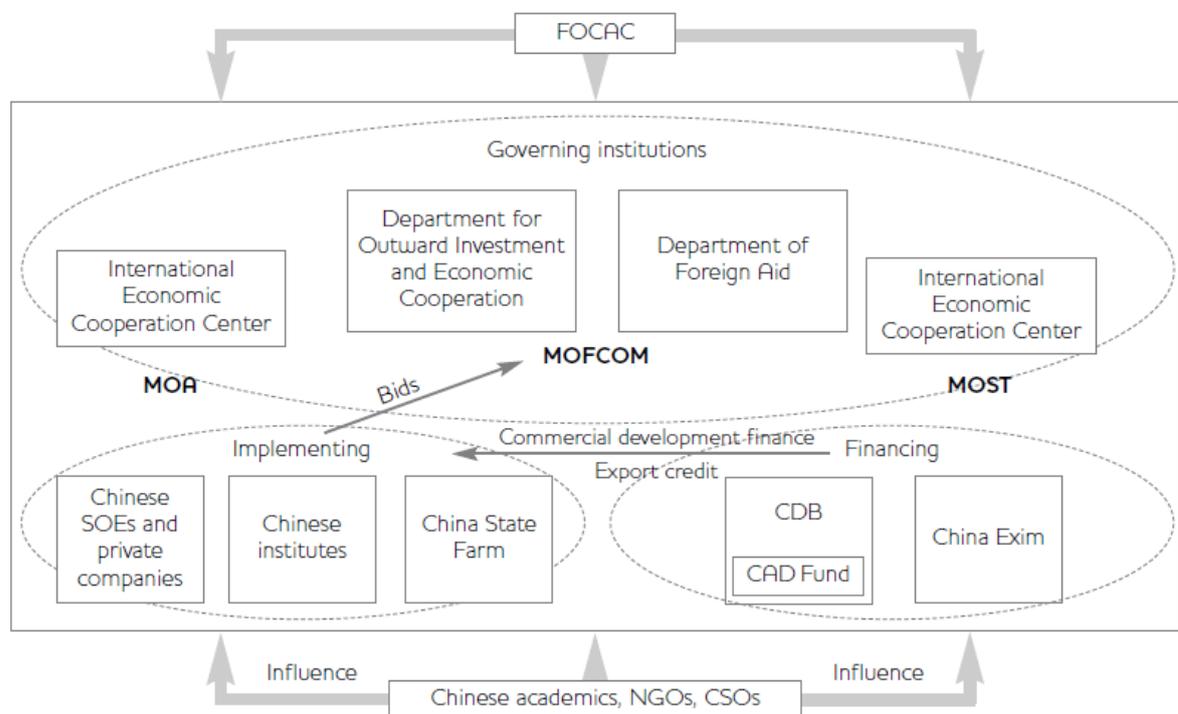
- a. Articulação entre cooperação e negócios: baseada na ideia de que projetos de ajuda teriam maiores chances de serem economicamente sustentáveis se fossem feitos com parceiros guiados pelo lucro, os quais seriam envolvidos no projeto como proprietários ou locatários, e não apenas como fornecedores de assistência técnica ou como gerentes;
- b. *Going Global*: de acordo com a política de benefícios mútuos, o engajamento chinês na agricultura africana deveria apoiar a política *going global*, a qual tinha como objetivo capacitar empresas chinesas a tornarem-se globais;
- c. Elaboração de novas ferramentas: o governo chinês precisava de novas ferramentas para articular a atuação entre ajuda e outras formas de engajamento econômico na agricultura africana. Como exemplo. Os autores apontam o acordo anunciado pelo Banco de Desenvolvimento da China e o Ministério da Agricultura do país para trabalharem juntos e encorajarem projetos que utilizam terra e água no

exterior; e o acordo entre a CSFAC, o Fundo de Desenvolvimento China-África e o Banco de Desenvolvimento da China, assinado em 2007, com o objetivo de explorar novos investimentos em grandes projetos agrícolas na África;

d. Diplomacia: o engajamento agrícola, e a ajuda em particular, ainda deveriam servir aos objetivos diplomáticos chineses.

A estratégia *Going Global* coloca a agricultura como um setor prioritário para o investimento externo chinês, e a agricultura africana aos poucos ganha destaque na promoção dos investimentos. Nesta nova etapa, os principais atores envolvidos no engajamento chinês na agricultura africana são, por exemplo, o MOFCOM, MOA e MOST. A figura a seguir apresenta estes atores.

Figura 11. Principais atores envolvidos no engajamento chinês na agricultura africana



Fonte: Buckley (2013, p. 45)

A partir da figura acima, fica claro que tanto ministérios quanto bancos, empresas e a comunidade acadêmica são atores ativos neste engajamento. Segundo Kragelund (2008) apud Buckley (2013 p. 46) há pelo menos 23 atores envolvidos quando se trata da projeção chinesa na agricultura africana. O MOFCOM, através do *Department of Foreign Aid* e do *Department*

of Outward Investment tem um papel central, pois concede apoio e incentivos às empresas chinesas interessadas em investir no exterior. O MOA, apesar de ter grande peso em questões internas, como garantir o aumento da produção e a segurança alimentar da China, tem grande papel na promoção de investimentos externos, sob a luz da política *Going Global*. Nesta área, auxilia no planejamento, avaliação e apoio à implementação de investimentos externos em agricultura. Tanto o MOFCOM quanto o MOA atuam juntamente ao MOST para planejamento e implantação desses projetos. O Ministério das Relações Exteriores também pode participar da negociação de acordos e no aconselhamento de investidores interessados em investir no exterior (BUCKLEY, 2013; BRÄUTIGAM, 2015; SUN, 2011).

Os projetos serão implementados por institutos chineses, empresas privadas ou empresas estatais. O papel dos bancos chineses no financiamento dos investimentos é essencial. Entre os atores financeiros envolvidos, destacam-se o CDB e o *China EximBank*, sendo que o primeiro criou, em 2007, o *China Africa Development Fund* (CAD Fund), fundo de investimento que iniciou suas atividades com US\$1 bilhão. O CAD Fund tem um acordo com a *China State Farm Agribusiness Corporation* para a criação de investimentos no setor agrícola africano (BUCKLEY, 2013; BRÄUTIGAM, 2015).

A atuação desses e de outros atores é essencial para a atratividade e o sucesso dos investimentos chineses no setor agrícola africano. Por exemplo, em 2004, o MOFCOM e o MOA publicaram o primeiro de uma série de três catálogos que buscariam guiar o investimento externo de empresas chinesas. Estes cobriam cinco setores, incluindo agricultura, e dúzias de países, apresentando áreas específicas em cada país para a atuação de investidores externos - e evidenciando quais seriam de maior interesse por parte do governo chinês. No primeiro catálogo, divulgado em 2004, apenas 13 dos 67 países listados eram africanos; no segundo, de 2005, mais dez países da África foram adicionados; e no terceiro, de 2007, outros dez países africanos passaram a integrar a lista. Os três catálogos mencionavam agricultura ou cultivo de grãos como possíveis investimentos em apenas 12 dos 33 países africanos. A maioria apresentava apenas uma cultura, como tabaco (Zimbábue) ou algodão (Egito), ou grupos, como frutas e vegetais (Gabão) e frutas e castanhas (Nigéria) (BRÄUTIGAM, 2015). Além disso, nos últimos anos foram construídos onze centros de promoção de investimento e comércio em países africanos, com objetivo de prover informações e serviços para empresas chinesas que querem investir no continente. Grandes bancos chineses, como o CDB e o Banco de Construção da China, também estabeleceram operações na África para auxiliar investimentos (GU et al,

2016).

Em 2008, o *China Eximbank* firmou um acordo com o MOA para a criação do *Foreign Agricultural Cooperation Loan Program*, que inicialmente contou com US\$8 bilhões para a auxiliar a globalização de empresas agrícolas chinesas. O programa concedia empréstimos para empresas iniciarem a construção de seus projetos em outros países, inclusive africanos, mas seus recursos não eram destinados à compra de terras. Até 2015, segundo Bräutigam (2015), apenas foram concedidos 80 empréstimos para empresas chinesas, com uma média de US\$10 milhões cada. Um desses empréstimos foi concedido à *Anhui State Farm Agribusiness*, que criou uma *joint venture* com o Ministério da Defesa do Zimbábue para reativação de uma antiga fazenda. A contrapartida do empréstimo se dá pela hipoteca da propriedade ou por uma parte das ações da companhia (no caso de empresas abertas) (BRÄUTIGAM, 2015).

Também merece destaque a atuação dos bancos chineses na oferta de recursos financeiros à governos africanos. Tanto o CDB quanto o *China Eximbank* concedem empréstimos a governos do continente para que eles invistam em seu próprio setor agrícola. Como exemplo, Bräutigam (2015) afirma que tanto o *China Eximbank* quanto o CDB concederam empréstimos para o governo etíope construir fábricas de açúcar no país - o primeiro concedeu US\$123 milhões, para uma fábrica, e o segundo mais de US\$500 milhões, para duas fábricas.

Além disso, são essenciais os estudos de universidades, institutos de pesquisa e ONGs para o melhor entendimento do cenário de países-alvo dos investimentos na área econômica, política, social, etc, e, assim, para o embasamento do auxílio dos Ministérios e o investimento das empresas. Por fim, o FOCAC, estabelecido em 2000, reforça o peso da diplomacia e da cooperação econômica para o desenvolvimento econômico dos países envolvidos. Como exemplo da atuação da FOCAC no setor agrícola, no encontro de 2003, na Etiópia, foi lançado o Plano de Ação Adis Abeba (2004-2006), o qual coloca a agricultura como um setor prioritário nas relações sino-africanas (GU et al, 2016). No encontro de 2006, o então presidente Hu Jintao anunciou o envio de 100 especialistas agrícolas e a construção de dez Centros de Demonstração de Tecnologias Agrícolas para a/na África, como veremos posteriormente (BRÄUTIGAM, 2015).

Já no encontro da FOCAC em 2015, o presidente chinês Xi Jinping declarou que “modernização agrícola é uma das dez áreas prioritárias” (FOCAC, 2015 apud BUCKLEY, 2017, p. 7, tradução nossa) nas relações chinesas com a África. A seguir apresentamos as

diferentes formas através das quais os líderes chineses buscam “quebrar os três gargalos do desenvolvimento – infraestrutura precária, escassez de talento e fundos inadequados – para acelerar a industrialização e modernização agrícola e alcançar desenvolvimento independente e sustentável” (ibidem) dos países africanos, de acordo com Buckley (ibidem):

- a) Encorajar empresas chinesas em agricultura de larga-escala, criação de animais, armazenamento de grãos e processamento na África, com o objetivo de aumentar a renda dos fazendeiros;
- b) Executar projetos de desenvolvimento agrícola em 100 vilas africanas para disseminar o crescimento agrícola chinês, adaptável para condições locais;
- c) Enviar 30 times de especialistas chineses para auxiliar no desenvolvimento agrícola da África, através do planejamento agrícola, experimentação, demonstração e transferência de tecnologia;
- d) Promover cooperação em pesquisa agrícola, com ênfase em reprodução de sementes, melhoramento da avicultura e pecuária, prevenção e tratamento de pestes e doenças e prevenção e controle de epidemias; e
- e) Oferecer doação de alimentos para regiões que enfrentam crises alimentares, em parceria com organizações internacionais.

Estas são algumas das diversas ações empreendidas pelo governo chinês na contribuição do desenvolvimento e modernização da agricultura da África. Elas vão desde a atuação de empresas estatais e privadas no setor agrícola do continente até doação de alimentos em casos de emergência. Destaca-se a ênfase no desenvolvimento e transferência de tecnologia e de conhecimento, o que evidencia a preocupação do governo chinês em promover um desenvolvimento independente para os países africanos.

As diferentes ações apresentadas acima são discutidas nas próximas seções. Trataremos inicialmente dos programas de cooperação e, em seguida, dos investimentos. Destacamos novamente que foram utilizados como referência apenas autores que realizam pesquisas de campo e entrevistas com profissionais chineses e africanos atuantes no engajamento sino-africano no setor agrícola, com o objetivo de aumentar a confiabilidade das informações.

4.2. PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO: DA CONSTRUÇÃO DE GRANDES FAZENDAS AO TREINAMENTO AGRÍCOLA

Iniciaremos a seção tratando dos projetos destinados à ajuda ao desenvolvimento da agricultura africana. Na seção anterior, ao discutirmos a evolução das relações sino-africanas, apresentamos alguns exemplos de como se dava a ajuda chinesa para os países africanos, como em Mali e na Tanzânia. Assim, trataremos mais brevemente deste tópico e nos aprofundaremos em outras formas de engajamento, como os programas voltados ao treinamento de africanos e à construção de Centros de Demonstração de Tecnologia Agrícola (*Agricultural Technology Demonstration Centers*, ATDC, em inglês).

No que tange ao setor agrícola, a ajuda chinesa aos países africanos acontece de várias formas, como auxílio monetário; doação de alimentos; construção de infraestrutura para agropecuária, armazenamento e transporte; treinamentos e bolsas de estudos para estudantes e técnicos africanos. De acordo com informações do MOFCOM analisadas por Buckley (2013) e Sun (2011), até o fim de 2009 a China possuía 142 projetos agrícolas e havia fornecido uma grande quantidade de equipamentos e materiais para a produção em vários países do continente. A tabela a seguir apresenta os projetos mais importantes, de acordo com Bräutigam (2015).

Tabela 2. Maiores projetos de ajuda do governo chinês na agricultura africana (1961-1999)

Ano de início	Ano de término	País	Nome do projeto	Culturas cultivadas	Tamanho (hectares)
1975	1980	Benim	Malanville	Arroz irrigado	516
1975	1976	Benim	Dévé	Arroz irrigado	150
-	1981	Burkina Faso	Banzon	Arroz irrigado	454
1973	1983	DRC/Zaire	Kingabwa	Arroz irrigado	400
1973	1976	DRC/Zaire	N'djili	Arroz irrigado	100
1975	1986	DRC/Zaire	Lotokila	Cana de açúcar	3.000
1979	1983	Gana	Affe	Arroz irrigado	880
1990	1991	Gana	Nobewam	Arroz irrigado	124
1979	1982	Guiné	Koba Fam	Cana de açúcar e arroz	1.800
1981	1987	Libéria	Kpatawee	Arroz	323
1962	1964	Mali	Dougabougou	Cana de açúcar	1.654
1962	1964	Mali	Farako	Chá	402
1970	1974	Mali	Siribala	Cana de açúcar	3.520
1968	1972	Mauritânia	M'pourié	Arroz irrigado	1.000
-	1980	Niger	Séberé	Arroz irrigado	360
1976	1982	Nigéria	Itoikin	Arroz irrigado	170
1972	1977	Serra Leoa	Rolako Farm	Arroz	316
1977	1981	Serra Leoa	Magbass	Cana de açúcar	1.280
1978	1985	Somália	Fanole	Arroz irrigado	440
-	1971	Somália	Bala Weyne	Arroz irrigado	300
1965	1969	Tanzânia (Zanzibar)	Upinja	Arroz e outras culturas	526
1965	-	Tanzânia	Ruvu	Arroz e outras culturas	2.834
1971	1977	Tanzânia	Mbarali	Arroz e outras culturas	3.530
1974	-	Tanzânia (Zanzibar)	Mahonda	Cana de açúcar	1.216
1978	1985	Togo	Anié	Cana de açúcar	1.200
1973	1982	Uganda	Kibimba	Arroz e outras culturas	697
1987	1990	Uganda	Doho	Arroz irrigado	800
Total					27.992

Fonte: Bräutigam (2015, p. 39)

Os principais destinos de grandes projetos de ajuda do governo chinês, de acordo com a tabela acima, são a Tanzânia, Mali e a DRC/Zaire. O cultivo de arroz destaca-se, estando presente na maioria dos projetos; assim como a cana de açúcar, que é cultivada em projetos no Togo, Tanzânia, Mali, Guiné, Serra Leoa e DRC/Zaire. Grande parte dos projetos foram finalizados até o fim da década de 1980, evidenciando a mudança no engajamento chinês na agricultura africana após a reforma e abertura de 1979.

Em seu artigo sobre o engajamento chinês na agricultura tanzaniana, Bräutigam e Tang (2012) abordam alguns desses projetos. A *Mbarali Rice Farm* foi o projeto mais longo e significativo. Em 1964, o governo chinês acordou com o governo da Tanzânia em construir uma fazenda destinada ao cultivo de arroz em Mbarali; entretanto, a construção foi iniciada

apenas em 1977. Após seis anos e um custo em torno de US\$ 13,4 milhões, a construção foi finalizada e a fazenda foi entregue ao governo tanzaniano. Mesmo durante os anos de construção, a produção já foi iniciada e evoluiu de forma significativo durante o período, alcançando em torno de 8 toneladas por hectare. Técnicos chineses permaneceram na fazenda até 1999, auxiliando na operacionalização e gerenciamento da propriedade de 3.530 hectares. A *Mbarali Farm Rice* possuía seu próprio sistema de irrigação e drenagem, barreiras para controle de enchentes, sistema hidrelétrico, chiqueiro, fazenda de gado leiteiro com 100 vacas, fazenda de aves com 50.000 galinhas, moinho de arroz com capacidade anual entre 8.000 e 10.000 toneladas e moradia para os trabalhadores. O sucesso da produção de arroz da fazenda inclusive incentivou a produção em propriedades menores nas redondezas, aumentando a oferta do grão no país (BRÄUTIGAM E TANG, 2012).

Entretanto, o ganho aumento de produtividade alcançado durante os anos de produção da fazenda e nos primeiros anos de auxílio técnico não se sustentaram. Já em 1988, a produção não alcançava mais de 4 toneladas por hectare. Entre as causas dessas dificuldades, destacam-se problemas econômicos enfrentados no país no período e escassez de divisas, que dificultavam a aquisição de máquinas e insumos para a produção. Apesar de o governo chinês conceder empréstimos para a compra de novas máquinas e equipamentos e para a compra de peças de reposição, não foi possível retomar a produtividade anterior da fazenda, que passou a enfrentar grandes problemas financeiros. Assim, na metade da década de 1990, iniciou-se a discussão sobre a privatização da fazenda, inserido em um grande programa de privatização de empresas estatais tanzanianas. Em um discurso do Ministro da Agricultura, foi considerada a privatização de pequenos lotes para pequenos produtores, devido ao grande aumento de propriedades menores dedicada à produção de arroz nos arredores da *Mbarali*. Entretanto, a propriedade foi comprada pela empresa local *Highland Estates Limited* por US\$ 2,2 milhões, que realizou novos investimentos em canais de irrigação e equipamentos, e subalugou 2.500 hectares para cooperativas de pequenos agricultores (BRÄUTIGAM E TANG, 2012).

Após a independência de Moçambique, em 1975, o governo chinês enviou um grupo de pelo menos 120 especialistas em agricultura para ajudar no desenvolvimento de 230 hectares em uma fazenda estatal de 7.000 hectares. Na metade da década de 1980, a China fez uma doação de maquinário agrícola e enviou um novo time de 26 especialistas para auxiliar em projetos de agricultura comunitária na zona urbana da capital Maputo. Entretanto, o início da guerra civil no país levou à saída dos especialistas e descontinuidade dos projetos com a China

(BRÄUTIGAM E EKMAN, 2012). Alguns desses projetos foram mais tarde reativados a partir de investimentos de empresas chinesas no país, como veremos mais adiante.

Outro exemplo é dado por Bräutigam (2015), que analisa o projeto chinês para a construção de uma plantação de cana de açúcar e de uma refinaria de açúcar em Madagascar, na cidade de Morondava. O projeto foi realizado por meio de uma parceria entre uma empresa estatal chinesa (Complant), que realizou a construção da fábrica; e o *African Development Bank* e um programa de cooperação francês, que financiaram a plantação de cana em 6.500 hectares. Após a finalização da construção, a Complant finalizou sua participação no projeto, mas deixou um time de 42 especialistas para treinarem os funcionários locais da fábrica. Nos anos de 1987 e 1988, a produção da fábrica atingiu seu pico histórico, produzindo mais de 21.000 toneladas de açúcar. Entretanto, a cada ano um grupo de especialistas chineses voltavam à China até que, em 1994, todos haviam partido. Após esse ano, a produção começou a recuar; iniciaram-se acusações de desvio de verbas na fábrica; e evidenciou-se a dificuldade dos técnicos locais no entendimento dos manuais das máquinas, escritos em mandarim, o que impedia o reparo e compra de novas peças para os equipamentos. Em 1997, a produção da fábrica limitou-se a 4.213 toneladas de açúcar. As dificuldades enfrentadas pela fábrica levaram o governo de Madagascar a oferecer um contrato de aluguel e gerenciamento da unidade para a Complant (BRÄUTIGAM, 2015), o que será tratado mais adiante.

A ajuda técnica sempre foi vista como essencial para o governo chinês em suas relações com os países africanos e, assim, merece destaque na nossa análise. Nas décadas de 1950 e 60, o envio de técnicos agrícolas chineses para o continente tinha uma relação muito estreita com a diplomacia e a busca de reconhecimento internacional (ALDEN, 2013). Em 1971, a China enviou especialistas agrícolas para 18 países africanos, com o objetivo de ajudar os países a alcançar autossuficiência e resolver problemas de insegurança alimentar. Já em 1986, o governo chinês estava fornecendo assistência técnica para 42 países africanos, focando, entre outros, nas plantações de arroz, vegetais e em aquicultura (ALDEN, 2013).

Já uma das formas recentes de cooperação técnica que se destaca é o programa voltado à treinamentos de servidores públicos de diversos países, analisado, entre outros autores, por Tugendhat e Alemu (2016) e Tugendhat (2014). Segundo estes autores, os treinamentos são voltados à servidores públicos de vários países, incluindo da África, e são promovidos pelo MOFCOM. O programa abrange cursos realizados na China, sendo que o MOFCOM cobre os gastos com passagens e alojamento para os participantes; são ministrados por centros de

pesquisa, departamentos governamentais, universidades ou empresas privadas; e englobam temas diversos, como saúde pública, educação e agricultura. Segundo Tugendhat (2014), relatórios do FOCAC apontam a agricultura como um dos grandes focos para treinamento de recursos humanos e, assim, os cursos voltados ao treinamento agrícola têm ganhado destaque.

Um manual de apoio do MOFCOM usado nos cursos coloca que “o propósito dos cursos é complementar as necessidades de política externa da China, ajudar a treinar o capital humano de países emergentes e impulsionar relações amigáveis e cooperação comercial com países em desenvolvimento” (TUGENDHAT E ALEMU, 2016, p. 76, tradução nossa). Os cursos, assim, são colocados como uma oportunidade para os participantes aprenderem sobre o processo de desenvolvimento chinês, comprarem tecnologia chinesa e formarem relações com o governo e oficiais chineses. Já para a China e instituições chinesas, os cursos promovem oportunidades para se comunicarem com oficiais de altos cargos de governos estrangeiros, para expandir o comércio com estes países e para melhorar a visão que os oficiais estrangeiros têm da China, já que os eventos promovem o melhor conhecimento da cultura, história e realidade chinesas (TUGENDHAT, 2014).

Entre 2012 e 2015, foram oferecidos cursos a 30.000 servidores públicos de países em desenvolvimento, sendo que mais de 10.000 foram de países africanos. Em 2014, dos 494 cursos oferecidos, 84 foram relacionados à agricultura, 7 à pesca, 8 à silvicultura e 5 à criação animal - e desse total (101), 73 envolveram servidores públicos africanos (TUGENDHAT E ALEMU, 2016). Um dos cursos analisados por Tugendhat e Alemu (2016) foi realizado em 2013 e envolveu um treinamento sobre mecanização da agricultura. Durante o curso, foi apresentado um breve histórico do desenvolvimento chinês e de suas conquistas na agricultura, além da demonstração do uso de diferentes máquinas e do debate sobre seus méritos e problemas. As máquinas apresentadas estavam disponíveis à venda para os participantes, assim como sementes, serviços de consultoria na área agrícola, entre outros.

Um dos grandes sucessos dos cursos, além da transferência de conhecimento e tecnologia agrícola, segundo Tugendhat e Alemu (2016), é a criação de *networking* entre servidores e oficiais africanos e chineses. Um professor da *China Agricultural University* destacou que “a comunicação de informação e conhecimento é o nosso grande sucesso, assim como os relacionamentos que criamos durante os treinamentos - porque o treinamento em si não é tudo” (TUGENDHAT E ALEMU, 2016, p. 79). O conhecimento de outras realidades e sistemas socioeconômicos também é essencial, já que para muitos africanos o atendimento ao

curso é a primeira oportunidade para sair do seu país de origem. As experiências adquiridas podem provê-los de conhecimento e inspirações que serão levadas aos seus países e podem ser utilizadas na elaboração de políticas públicas.

Dentre os casos apontados por Tugendhat (2014) e Tugendhat e Alemu (2016) como resultado dos cursos, destaca-se a história de uma especialista em Raízes e Tubérculos do Zimbabwe que compareceu a um curso em 2008 sobre processamento de mandioca e cana de açúcar. Após dois meses de duração do curso, a especialista aprendeu diferentes formas de produzir e processar mandioca e voltou para seu país com a inspiração para introduzir e promover a produção de mandioca no Zimbabwe, o que contou com o auxílio financeiro da FAO para executar um projeto piloto entre 2009 e 2011 para a produção e processamento da raiz. O sucesso do projeto piloto levou o Ministério da Agricultura do Zimbabwe a financiar o projeto, o qual inclui o treinamento de fazendeiros, e hoje a mandioca tem um grande peso na produção agrícola do país (TUGENDHAT, 2014).

Entretanto, várias críticas aos cursos são apontadas por Tugendhat e Alemu (2016). Primeiramente, vários servidores encarregados de comparecerem aos eventos não têm relação com os temas que são estão tratados - por exemplo, um professor de saúde animal foi enviado pelo governo de Gana para atender a um curso sobre plantação de chás. Em segundo lugar, a maior parte dos governos e fazendeiros africanos não têm recursos para aplicar os conhecimentos e para adquirir as tecnologias demonstradas nos cursos. Em um curso sobre utilização de fertilizantes, produtos de alta tecnologia foram demonstrados e colocados à venda para os participantes; entretanto, vários destacaram que os produtos são muito caros e que os agricultores de seus países não têm condições financeiras de adquiri-los. Além disso, há relatos da falta de aplicabilidade das tecnologias demonstradas nos cursos, como é o caso da utilização de estufas na produção agrícola. Essa tecnologia é muito utilizada no norte da China, para manter a temperatura durante os invernos rigorosos; entretanto, sua utilização tem pouca utilidade em países quentes da África, como apresentou o relato de outro servidor de Gana. Finalmente, a falta de continuidade do acompanhamento com os professores chineses que ministraram os cursos pode prejudicar a aplicabilidade dos conhecimentos. Alguns participantes destacaram que, após a finalização do curso, entraram em contato com os professores para sanar dúvidas que surgiram quando retornaram a seus países, mas não obtiveram resposta.

Outra forma de cooperação que prega a transferência de conhecimento é apresentada por Alemu et al (2015), que analisam o caso da Etiópia. Segundo os autores, desde 1994 o governo da Etiópia promove a construção de centros para treinamento técnico em várias áreas, como ciência e saúde animal, agronomia, desenvolvimento de cooperativas agrícolas e gerenciamento de recursos naturais. Um acordo realizado entre o governo da Etiópia e da China passou a promover o envio de técnicos chineses para a ministração de aulas e engajamento nas diferentes atividades dos centros. Entre as vantagens deste engajamento, os autores destacam: (i) transferência de habilidades práticas para alunos e instrutores etíopes; (ii) introdução de novas culturas e tecnologias agrícolas; e (iii) introdução de novas metodologias para treinamento de estudantes. Entretanto, a precária infraestrutura e falta de materiais essenciais para treinamento nos centros dificultam as aulas práticas e, assim, a transferência de conhecimento dos técnicos chineses para os habitantes locais.

Na seção seguinte analisaremos detalhadamente o programa de cooperação voltado à construção de centros de demonstração de tecnologia agrícola em diversos países africanos.

4.2.1 Foco na tecnologia: os Centros de Demonstração de Tecnologia Agrícola

Como exposto anteriormente, a evolução do engajamento chinês na agricultura africana refletiu em grande parte as mudanças internas ocorridas na China. A construção de grandes fazendas estatais com objetivos diplomáticos deu espaço para projetos guiados por estudos de viabilidade técnica e econômica nas décadas de 1980 e 1990. Empresas africanas e chinesas passaram a fazer parte da operacionalização destes projetos, assim como instituições financeiras chinesas no financiamento dos mesmos. Essas mudanças iniciaram a estruturação do que mais tarde seriam chamados os Centros de Demonstração de Tecnologias Agrícolas (XU et al, 2016).

Foi durante o encontro da FOCAC, em 2006, que o então presidente chinês divulgou o envio de especialistas agrícolas para a África e a construção de ATDCs. Essas iniciativas estão de acordo com o pronunciamento do então Vice-Ministro encarregado pela ajuda externa, Wei Jianguo, em 2002: “[A] cooperação sino-africana no novo século deve ser conduzida por empresas e deve ser orientada ao mercado” (BRÄUTIGAME ZHANG, 2013, p. 1681, tradução nossa). Assim, o modelo de ajuda mudou. O programa passa a

(...) prioriza[r] o aumento da produtividade e desenvolvimento econômico a partir de soluções tecnológicas, destaca[r] o papel essencial do Estado na agenda de

desenvolvimento nacional e incentiva[r] parcerias entre Estado e empresas privadas para alcançar o desenvolvimento sustentável (XU et al, 2016, p. 84, tradução nossa).

O programa é considerado inovador na cooperação agrícola sino-africana, e distancia-se dos modelos de cooperação que buscam resolver o problema de insegurança alimentar na África através da doação de alimentos. O governo chinês, através dos ATDCs, acredita na transferência de tecnologia e conhecimento como meio para promover o desenvolvimento agrícola no continente. E, para isso, julga essencial a participação de empresas privadas para alcançar a sustentabilidade dos projetos no longo prazo. O modelo operacional dos ATDCs é dividido em três etapas, de acordo com Xu et al (2016) e Tang et al (2015): (i) de um a dois anos para a construção da infraestrutura do Centro; (ii) três anos de cooperação técnica; e (iii) passagem do Centro para uma condição sustentável financeiramente, fazendo com que os custos sejam cobertos por seus negócios. As duas primeiras fases contam com o apoio financeiro do governo chinês, que disponibiliza entre US\$5-6 milhões de dólares para cada Centro, e do governo do país africano onde o Centro é localizado, que disponibiliza a terra para a instalação do projeto. Companhias e entidades chinesas são contratadas para conduzirem desde a primeira fase do projeto e para operarem os Centros durante os três anos de cooperação técnica. Durante esse tempo, devem buscar negócios que tragam renda para o Centro, para conseguirem sobreviver sozinhas após o fim da ajuda do governo chinês e seguirem provendo bens, treinamento e demonstração de tecnologias para a sociedade na qual estão inseridas. Exemplos de negócios oferecidos pelo Centro na terceira fase são a venda de produtos agrícolas cultivados na fazenda e a venda de serviço de arado e colheita para fazendeiros locais (Tang et al, 2015). Em alguns casos, como o Centro na Etiópia (*Ethio-China Agricultural Technology Demonstration Center*), na terceira fase o projeto é passado para o governo do país africano onde está localizado - na Etiópia, o Ministério da Agricultura será o responsável pelo projeto no fim do período de cooperação técnica (ALEMU E GUBO, 2015).

Em 2006, na reunião do FOCAC, como exposto acima, o governo chinês declarou a construção de 10 ATDCs no continente. Entretanto, o programa chamou a atenção dos governantes africanos, que passaram a solicitar a instalação de Centros em seus países. Assim, ainda em 2006, foi anunciado que seriam construídos 14 Centros em diferentes países da África (TANG et al, 2015, p. 4). Até 2016, segundo Xu et al (2016), foram construídos 21 Centros no continente, com tamanho médio de 75 hectares cada e que contam, no geral, com trabalhadores chineses e locais. A tabela 1 apresenta alguns dos Centros construídos até hoje na África.

Tabela 4. Centros de Demonstração de Tecnologias Agrícolas na África.

País	Província/Empresa responsáveis pelo projeto
Moçambique	Hubei/Lianfeng Overseas Agricultural Development Co.
Sudão	Sudan Shangdong/Academy of Agricultural Science
Tanzânia	Chongqing/Agricultural Tech Co.
Etiópia	Guangxi/Bagui Agricultural Tech Co.
Camarões	Shaanxi/Nongken Agricultural Co.
Togo	Jiangxi/Huachang Infrastructure Construction Co.
Zâmbia	Jilin/Agricultural University
Libéria	Hunan/Yuan Longping High-Tech Co.
África do Sul	China National Agricultural Development Corporation
Uganda	Sichuan/Huaqiao Fenghuang Group
Zimbábue	Research Institute of China Agricultural Mechanization

Fonte: Bräutigam e Tang (2009, p. 702)

A tabela anterior evidencia a estreita ligação empresa-Estado priorizada no programa pelo governo chinês. Grande parte dos Centros é operada por uma parceria entre um governo provincial e uma empresa privada, um instituto ou uma universidade chinesa. Os 21 Centros construídos até hoje na África são ligados à 19 províncias chinesas, sendo que 2 são operados por universidades agrícolas, 2 por institutos de pesquisa agrícola e 17 por empresas (8 estatais e 9 privadas) (XU et al, 2016). A escolha das companhias para operarem os Centros envolve negociações entre os governos central e provinciais da China, além de negociações entre o governo central e empresas e institutos. Além disso, como requerido no programa, devem ser feitos estudos de viabilidade econômica dos projetos, os quais levam em conta critérios como vantagem regional, nível de desenvolvimento da tecnologia agrícola, dotação de recursos agrícolas e estabilidade política (CHINESE ACADEMY OF SOCIAL SCIENCES, 2013, apud XU et al, p. 85).

Os Centros têm três requisições para seu funcionamento: (i) devem atrair o interesse dos produtores locais e fazer a demonstração de tecnologias agrícolas; (ii) precisam fazer

treinamentos para os moradores locais; e (iii) devem ser autossustentáveis financeiramente (BÄUTIGAM E TANG, 2009), ou seja, devem ligar cooperação agrícola com oportunidades de negócios para empresas e entidades do setor. A tabela a seguir apresenta o foco de atuação de diferentes ATDCs.

Tabela 5. Foco de atuação de diferentes ATDCs na África

País	Foco do ATDC
Benim	Demonstração de cultivo de grãos e treinamento em tecnologia agrícola
Camarões	Pesquisa, demonstração e treinamento de/em tecnologias agrícolas
Etiópia	Cultivo de plantas hortícolas e demonstração e treinamento de/em tecnologias para a pecuária
Libéria	Treinamento e transferência de tecnologia para o cultivo de arroz e milho
Moçambique	Treinamento em cultivo e processamento de soja e milho
DRC	Treinamento em cultivo de grãos
Ruanda	Treinamento em cultivo de arroz e amora; treinamento em conservação de solo e água
África do Sul	Pesquisa, demonstração de tecnologia e treinamento em aquicultura
Sudão	Demonstração e treinamento de/em tecnologias para cultivo e irrigação de grãos
Tanzânia	Demonstração de cultivo de grãos, desenvolvimento de novas variedades de plantas e treinamento
Togo	Pesquisa e treinamento em tecnologia agrícola
Uganda	Demonstração e treinamento de/em tecnologias para aquicultura
Zâmbia	Pesquisa e treinamento em tecnologia agrícola
Zimbábue	Demonstração e treinamento de/em tecnologias para cultivo de grãos

Fonte: Sun (2011, p. 18)

A tabela anterior evidencia que um dos maiores focos dos ATDCs na África é o treinamento e demonstração de tecnologias agrícolas e de cultivo de grãos. O arroz é um grão

que ganha destaque nas demonstrações nos centros, em especial o arroz híbrido chinês. O arroz híbrido foi desenvolvido na China, em 1979, pelo cientista Yuan Longping, e foi a primeira patente agro-tecnológica registrada pela China nos Estados Unidos. Hoje, o país é líder na produção de sementes de arroz híbrido e essa vantagem competitiva é explorada nos Centros na África (BRÄUTIGAM E TANG, 2009). Em Morogoro, na Tanzânia, por exemplo, Xu et al (2016) compareceram à um treinamento voltado à produção de arroz híbrido chinês de alta produtividade. No treinamento, foi discutida a importância da produção de arroz no continente, seguida por uma comparação entre os níveis de produtividade da Tanzânia e da China na produção dessa cultura: aquele país alcança um máximo de três toneladas por hectare, enquanto esse alcança 6-12,5 toneladas por hectare. A seguir, foram expostos os procedimentos técnicos do cultivo de arroz, da semeadura à colheita. Os autores destacam o sentimento de orgulho dos técnicos chineses ao falar das conquistas chinesas na área agrícola em geral, e no cultivo de arroz híbrido, em particular. O treinamento tem possibilidade de ajudar a aumentar a oferta de arroz no continente africano e diminuir a necessidade de importações - o continente importa mais de cinco milhões de toneladas anualmente (BRÄUTIGAM E TANG, 2009)

Tang et al (2015) fazem um estudo de campo no Centro de Zimbábue, o qual é operado por uma empresa chinesa produtora de máquinas agrícolas. O Centro, localizado em Gwebi e com área de 74 hectares, é utilizado para cultivo de batatas, soja e trigo, e conta com trabalhadores chineses e locais. Com relação às atividades ligadas à cooperação, realiza:

- (i) Demonstração de cultivo de produtos agrícolas, como cultivo de diferentes tipos de batata, em parceria com um instituto de pesquisa local;
- (ii) Exibição e apresentação, que incluem a apresentação de máquinas agrícolas;
- (iii) Recepção de visitantes, como estudantes de universidades agrícolas; e
- (iv) Organização de treinamentos.

Já as operações de negócios incluem:

- (i) Vendas de máquinas agrícolas;
- (ii) Venda de produtos cultivados no Centro; e
- (iii) Serviços de arado e colheita para fazendeiros locais (é raro os fazendeiros do país terem suas próprias máquinas agrícolas, então eles contratam o centro e pagam pelo serviço).

Dessa forma, os trabalhadores chineses contratados pela empresa no ATDC do

Zimbábue têm um duplo papel, tendo que atuar tanto como *aid workers* quanto homens de negócio, o que pode criar confusão e tensão entre os trabalhadores, como veremos na próxima seção.

O Centro da Etiópia é um dos focos do trabalho de Alemu e Gubo (2015). As duas primeiras fases da operação (construção da infraestrutura e cooperação técnica) ficaram a cargo da *Guangxi Bagui Agricultural Science and Technology Co. Ltda.*, e, como exposto acima, na terceira fase o Ministério da Agricultura da Etiópia se tornará o responsável pelo projeto. Localizado a 85km da capital Adis Abeba, o Centro conta com área de 52 hectares e é gerenciado por 14 técnicos chineses. O acordo inicial com o governo da Etiópia previa a contratação de 3 técnicos etíopes nas duas primeiras fases, entretanto ainda não há nenhum trabalhador local no Centro. A demonstração de cultivo inclui grãos e vegetais, gado, aves, suínos, peixes, patos e fungos comestíveis. A produção agrícola do Centro é destinada à venda e o lucro obtido destina-se à manutenção do programa e à realização de treinamentos, os quais são ofertados quatro vezes por ano, para turmas de 45 pessoas e duram em média 30 dias.

Xu et al (2016) também estudam o Centro de Zimbábue e da Etiópia, além dos da Tanzânia e Moçambique. Segundo os autores, o tamanho dos centros varia de 52 a 120 hectares, e as culturas cultivadas normalmente são variedades familiares aos chineses, mas isso não impede que variedades locais sejam experimentadas. Máquinas agrícolas chinesas ganham espaço na demonstração e são aplicadas na fazenda, enfatizando o grau tecnológico que a agricultura da China alcançou. O número de funcionários chineses varia de 5 a 13, os quais são recrutados pelas empresas que operam os Centros e vêm de institutos de pesquisa agrícola, universidades, empresas privadas e estatais e de órgãos do governo. Cada membro é multifuncional e deve atuar tanto na área de cooperação quanto de negócios para poupar custos ao Centro.

Em 2015, a Divisão de Pesquisas do *Foreign Economic Cooperation Centre of the Chinese Ministry of Agriculture* realizou a primeira pesquisa com técnicos agrícolas chineses que trabalharam nos ATDCs. A pesquisa foi realizada porque, apesar do sucesso da assistência técnica na área agrícola na África, há a percepção de que “ainda existe o problema de que algumas tecnologias não atendem as demandas dos países receptores em termos de variedade, modelo de cultivo e demanda de mercado” (FECC, 2016 apud BUCKLEY et al, 2017, p. 10, tradução nossa). O objetivo foi, assim, analisar três pontos-chave:

- a) Como os técnicos chineses percebem as necessidades de assistência agrícola? Há

uma distorção entre o que é necessário e o que é entregue?

- b) Como os programas podem ser aprimorados para garantir que a assistência futura atenda as demandas dos países africanos?
- c) Como o gerenciamento da assistência técnica na área agrícola pode ser aprimorado e otimizado?

Buckley et al (2017) obtiveram acesso aos resultados da pesquisa e realizaram uma interessante análise dos pontos principais. Os autores destacam a necessidade de entendimento das condições agrícolas, climáticas, de fauna e flora e socioeconômicas dos países receptores como um ponto-chave para os entrevistados. Este entendimento deve ser feito antes da construção do Centro, para que as tecnologias que serão apresentadas sejam compatíveis e, quando necessário, adaptadas às necessidades de cada país. Como exemplo destaca-se a demonstração de arroz híbrido no Centro de Uganda: esta variedade de arroz provocava danos à saúde de um pássaro nativo do país, que se alimentava do grão. Entretanto, apesar da necessidade de inovação e adaptação das tecnologias para cada país, o *design* dos projetos não abre muito espaço para este processo.

Destaca-se também a importância da demonstração de tecnologias simples e práticas, que promovam uma base para o entendimento de tecnologias mais avançadas no futuro. Os entrevistados destacaram que tecnologias que requerem altos investimentos e/ou entendimento técnico avançado são de difícil adoção pelos fazendeiros locais, em grande parte devido à baixa condição financeira dos mesmos. Além disso, deve ser aprimorado o modo que estas tecnologias são apresentadas para os fazendeiros. Segundo os entrevistados, o modo mais eficiente para a transferência de tecnologia é a interação direta com fazendeiros na lavoura. Para isso é necessário, entretanto, resolver os problemas existentes de linguagem entre o lado chinês e africano (BUCKLEY et al, 2017).

Em relação ao entendimento de qual deve ser o grupo alvo da demonstração e treinamento das tecnologias, há uma grande discrepância entre os entrevistados. Apenas 30% dos mesmos acreditam que o treinamento de pequenos agricultores, é essencial para aumentar a segurança alimentar no continente. O restante acredita que pequenos fazendeiros não necessitam de tecnologias devido à baixa quantidade de terra cultivada. Além disso, muitos destes fazendeiros são conservadores em relação à adoção de tecnologia, devido aos riscos que podem acompanhar a adoção de tecnologias incompatíveis com a sua propriedade. Assim, grande parte dos entrevistados destacou que o foco dos ATDCs deveria ser a demonstração e

treinamento de tecnologias para grandes fazendeiros africanos, devido à maior capacidade de investimento e possibilidade de aprimoramento das fazendas deste grupo (BUCKLEY et al, 2017).

Em resumo, 95% dos entrevistados consideram a assistência técnica promovida pelos ATDCs como positiva para os países receptores. As principais forças do programa são, de acordo com as entrevistas analisadas por Buckley et al (2017):

- a) A integração do programa chinês com estratégias nacionais e locais para desenvolvimento da agricultura nos países receptores; e
- b) Os técnicos chineses esforçam-se para trabalhar diretamente com os fazendeiros, devido à percepção de importância do *learn by doing*.

Por outro lado, as grandes críticas incluem:

- a) A falta de adequação do projeto às necessidades locais de cada país;
- b) Os técnicos chineses muitas vezes vão à África sem um conhecimento prévio sobre a realidade e cultura do país onde irão atuar;
- c) A falta de suporte de governos locais para a cooperação agrícola;
- d) Alguns técnicos (10% dos entrevistados) consideram o período de cooperação técnica insuficiente para a adaptação e transferência das tecnologias agrícolas; e
- e) A infraestrutura precária da área de alguns Centros, como cortes frequentes na energia, prejudica as atividades dos técnicos;

Como conclusão da pesquisa, destaca-se que devem ser feitos estudos prévios à construção dos ATDCs, para garantir a compatibilidade das tecnologias demonstradas com as condições de cada país. Também deve haver um treinamento dos técnicos chineses anterior à ida à África, tanto para entendimento do país de destino quanto para definição de cargos e funções dentro do Centro. O aumento da participação dos governos locais também é destacado, tanto no aprimoramento das infraestrutura e segurança da região onde o Centro é localizado, quanto na facilitação da importação de máquinas e insumos necessários na operacionalização dos ATDCs (BUCKLEY et al, 2017).

Além da pesquisa oficial com técnicos agrícolas chineses que participaram do programa, outros autores analisam as contribuições dos Centros para os países receptores. Segundo Tugendhat e Alemu, (2016), Tang et al (2015) e Xu et al (2016), os modelos de cooperação chineses ligados à transferência de conhecimento e tecnologia são inovadores e

diferem dos modelos de cooperação que priorizam a doação de alimentos. O programa de ATDCs, caracterizado pela dupla identidade (ajuda e negócios), aumenta as chances de sustentabilidade no longo prazo, garantindo a continuidade dos projetos e treinamentos oferecidos pelos Centros. Além disso, como a terra ocupada pelos Centros fica na mão do governo africano, eles não fazem parte da polêmica da “corrida por terras” chinesas na África.

O Ministro da Agricultura do Zimbábue, em uma entrevista para Tang et al (2015), ressalta as qualidades do centro como plataforma para transferência de conhecimentos. Segundo ele, os treinamentos direcionados à técnicos agrícolas, professores e estudantes universitários contribui para o desenvolvimento agrícola do país. Além disso, quem recebe os treinamentos passa o conhecimento adquirido para outros profissionais e estudantes, o que amplia a difusão do aprendizado. O Ministro também elogia as fazendas de demonstração, que cultivam, entre outras culturas, batata - que ganha destaque no país graças à popularidade das *batatas chips*. Segundo ele, um fazendeiro viajou 300 quilômetros para conhecer o Centro e aprender novas técnicas de cultivo de batatas e novas maquinarias que pudessem ser alocadas em sua fazenda. Além disso, o Ministro ressalta que tem esperanças que a China também ajude o país a desenvolver as atividades de pecuária, avicultura, suinocultura e aquicultura, e a entrar em elos mais altos das cadeias de valor de produtos agrícolas, como processamento de alimentos e indústria curtidora.

Por outro lado, Xu et al (2016) também apontam a necessidade de adaptação das tecnologias chinesas para a realidade dos países africanos e que a baixa condição financeira dos pequenos agricultores inviabiliza a aquisição de muitas tecnologias demonstradas nos ATDCs, o que diminui o impacto das demonstrações e ainda pode prejudicar a sustentabilidade do programa. As máquinas que os fazendeiros locais adquirem são as pequenas e baratas, deixando as maiores e mais sofisticadas apenas para demonstração e uso no próprio Centro (TANG et al, 2015).

As diferentes percepções sobre como deve ser o trabalho nos Centros são exploradas por Xu et al (2016) e Tang et al (2015), que afirmam que a dupla identidade do Centro causa confusão e tensão entre seus funcionários. Para eles, a experiência, habilidades e interesses dos funcionários determinam qual atividade, se de cooperação ou negócios, vai ser priorizada por eles. O diretor do ATDC do Zimbábue, por exemplo, dá mais peso para as atividades que geram lucros ao Centro, já que seu salário e bônus dependem da lucratividade das operações. Já outros funcionários chineses acreditam que o Centro deveria focar nas atividades de ajuda, priorizando

o desenvolvimento agrícola dos países africanos. Há, inclusive, casos de resistência por parte destes funcionários na realização de atividades comerciais que sejam destinadas à lucratividade do Centro.

Uma questão que pode gerar atritos com os trabalhadores africanos contratados pelos Centros é o salário, como é o caso do Centro do Zimbábue. Há 22 trabalhadores locais fixos e, na época de pico da fazenda, há a contratação de mais 100 trabalhadores para auxiliarem nas atividades de plantio, capinagem e colheita. No Zimbábue, funcionários públicos são os que recebem o maior salário e agricultores recebem o menor. Como os trabalhadores consideram os Centros um programa governamental, eles acreditam que deveriam ganhar altos salários, e não ficam satisfeitos com o que o Centro paga - salário equivalente à de um trabalhador rural. A resposta do Centro é que não é o governo chinês que contrata esses trabalhadores, mas sim a empresa que o opera - dessa forma, eles não recebem os altos salários reservados ao funcionalismo público, o que cria confusão e insatisfação. Há casos em que os trabalhadores tentam compensar os baixos salários roubando batatas, soja e outros bens do Centro (TANG et al, 2015).

O caso da Tanzânia, reportado por Xuili et al (2016), também merece destaque. Como exposto acima, nesse Centro foram realizados treinamentos envolvendo arroz híbrido chinês de alta produtividade. O grande crescimento da produção era um motivo de orgulho aparente dos treinadores chineses. Entretanto, não foi aceito como era esperado pelos agricultores locais. Na Tanzânia, segundo os autores, o arroz tem um papel especial em cerimônias culturais e está enraizado na cultura do país. Para os tanzanianos, a variedade local de arroz tem maior qualidade e uma fragrância especial e única, e é consumida principalmente pela classe média e alta do país, que aceita pagar um maior preço por maior qualidade. Para a classe baixa, o milho é o alimento mais importante, e o arroz só é consumido em feriados e datas especiais. Dessa forma, eles não aceitaram a demonstração de arroz híbrido chinês de menor qualidade, mesmo que seja mais produtivo, o que criou certo conflito entre os técnicos do Centro e os agricultores locais.

Além dos programas de cooperação, os investimentos de empresas estatais e privadas chinesas ganham espaço na agricultura africana desde a permissão, por parte do governo, da realização de investimentos externos na década de 1980. É para estes investimentos que nos voltamos na próxima seção.

3.3. INVESTIMENTOS CHINESES NA AGRICULTURA AFRICANA

O processo de reforma e abertura permitiu e, posteriormente, a política *Going Out* incentivou empresas estatais e privadas a realizarem investimentos no exterior. Como exposto anteriormente, o setor agrícola aos poucos ganhou destaque na promoção destes investimentos. Ao analisar a base de dados do MOFCOM, Bräutigam e Zhang (2013) relatam que, de 2.372 investimentos de médio e longo prazos aprovados em países africanos até março de 2013, 212 estão relacionados à agricultura (plantio de grãos, criação de animais, pesca, plantação florestal, agro-processamento e comércio de *commodities*), em 37 países. Mas apenas 86 dos 2.372 investimentos são especificamente relacionados à agricultura (produção de grãos e criação de animais), em 27 países africanos. Os cinco principais destinos de investimentos em agricultura aprovados (por número de iniciativas, não por valor) são: Zâmbia (16), Zimbabwe (7), Moçambique (6), Nigéria (6) e Sudão (6). Entretanto, o fato de estarem aprovados não quer dizer que seus projetos entrarão necessariamente em operação. Até junho de 2013, por exemplo, dos 16 projetos aprovados pelo Mofcom na Zâmbia, apenas 8 estavam em operação, e alguns eram extremamente pequenos. Outras grandes aquisições não são apresentadas nos dados sobre a África, já que foram aprovadas como investimentos não africanos⁴. Assim, Bräutigam e Zhang (2013) calculam que o valor de investimentos chineses aprovados em agricultura na África está entre US\$172 milhões e US\$488,5 milhões, destacando que o menor patamar deve ser mais realista.

Entre 1987 e 2003, segundo Bräutigam (2015), dezesseis investimentos significativos foram feitos na África. A CSFAC é a empresa com maior atuação nesse período, conforme demonstrado na tabela a seguir.

⁴ Um exemplo é o da aquisição da GMG Global, empresa singapurense produtora de borracha, pela estatal chinesa *Sinochen*. A GMG tem acordos de locação de longo prazo em plantações de borracha em Camarões e Costa do Marfim, sendo que a maior concessão pertencente a empresa abrange 41.900 hectares em Camarões - mas apenas metade, ou menos, está sendo cultivada (Bräutigam e Zhang, 2013).

Tabela 3. Maiores investimentos chineses no setor agrícola africano (1987-2003)

Pais	Ano	Nome	Tamanho original (hectares)	Empresa	Antigo projeto de ajuda chinês?
Togo	1987	Anié Sugar Complex	1.400	Complant	Sim
Zâmbia	1990	China-Zambia Friendship Farm	667	CSFAC	Não
Zâmbia	1993	Zhongken Estates Ltd.	3.573	CSFAC	Não
Mali	1995	Farako Tea Complex	100	CSFAC	Sim
Guiné	1996	Koba Farm	1.800	CSFAC	Sim
Mali	1996	Sukala Sugar Complex	5.174	CLETC	Sim
Gana	1997	CALF Cocoa In'l Co.	0	CSFAC	Não
Madagascar	1997	Morandava Sugar Complex	6.506	Complant	Sim
Gabão	1998	Eastern Agricultural Dev. Co.	300	CSFAC	Sim
Zâmbia	1999	Zhongken Friendship Farm	2.600	CSFAC	Não
Mauritânia	1999	Zhongnog/M'Pourié Farm	638	CSFAC	Sim
Zâmbia	1999	Zhonghua	1.400	JSFAC	Não
Tanzânia	1999	Rudewa and Kisangata	6.900	CSFAC	Não
Serra Leoa	2003	Magbass Sugar Complex	1.280	Complant	Sim
Benim	2003	Savè Sugar Complex	5.200	Complant	Não
Togo	n/d	Nongken Ag. Dev. Co.	300	CSFAC	n/d

Fonte: Bräutigam (2015, p. 97)

Conforme demonstra a tabela, metade dos grandes investimentos chineses foram destinados à reativação de antigos projetos de ajuda do governo chinês. A Zâmbia se destaca pelo número de investimentos, seguida por Mali e Togo. Um importante investimento chinês na Zâmbia foi a aquisição de uma fazenda existente pela CSFAC e uma empresa provincial, a *Jiangsu State Farm Agribusiness Corporation (JSFAC)*. Localizada em uma região rica em água e outros recursos, a chamada *China-Zambia Friendship Farm* apresenta uma extensão de 630 hectares e conta com aproximadamente 40 funcionários locais. Antigamente, a fazenda produzia vegetais e criava porcos, aves e vacas leiteiras; entretanto, com o aumento da produção local desses produtos, a empresa decidiu mudar a produção e não competir com os produtores locais. Dessa forma, hoje a produção limita-se a trigo (estação seca) e milho e soja (estação chuvosa) e é lucrativa, segundo o gerente da fazenda, em entrevista a Bräutigam (2015). Entretanto, os lucros gerados não são enviados de volta para a China; são utilizados para o investimento em novas máquinas e sistemas de irrigação. A produção é escoada apenas no mercado local: segundo o gerente, não é viável produzir alimentos na Zâmbia para exportar para a China, pois neste último país os alimentos são muito mais baratos (Bräutigam, 2015).

O exemplo anterior apresenta uma de várias “*chinese friendship farms*” construídas na África. O termo “*friendship*” é utilizado quando o projeto se inicia por pedido de um governo

africano interessado na realização de um empreendimento agrícola com a China. Por exemplo, a criação da *Mozambique Hubei-Gaza Friendship Model Farm* foi solicitada pelo governo do país africano em 2004, com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento da produção de arroz no país. Após a finalização do acordo, a *Hubei State Farm Agribusiness Corporation* criou uma subsidiária em Moçambique, a *Hubei Lianfeng*, para a construção e operacionalização da fazenda, com um investimento inicial de US\$1,2 milhões. Entretanto, apesar de o time responsável pela fazenda considerar o pedido político como razão de sua existência e permanência em Moçambique, é grande o interesse comercial em suas estratégias e ações: “(...) apesar de *Lianfeng* ter sido estabelecida por um motivo político específico, nós ainda somos uma empresa” (ZHANG, sem data, apud Bräutigam e Ekman, 2012, p. 489, tradução nossa). Assim, além da produção de arroz e outros grãos, eles testam a viabilidade econômica e comercial de soja, tabaco e vegetais orgânicos (BRÄUTIGAM E EKMAN, 2012).

O projeto de Madagascar, discutido anteriormente como um projeto do programa de cooperação do governo chinês, realizado a partir de uma empresa estatal, é apresentado na tabela 3. Este é um de vários exemplos da retomada de antigos projetos de ajuda do governo chinês por empresas estatais, agora guiados pelo lucro. Como apresentado anteriormente, após a saída dos técnicos chineses da unidade fabril em Morondava, a fábrica passou a enfrentar inúmeros problemas, que ocasionaram a queda contínua da produção. Quando o governo de Madagascar ofereceu um contrato de aluguel e gerenciamento da fábrica para a Complant, esta criou uma subsidiária no país, a *Complant Sugar Complexo of Madagascar* (Sucoma) para realizar o investimento. Ao longo dos anos, foram investidos mais de US\$ 24 milhões no aprimoramento da fábrica e reduziram-se o número de funcionários para 500 (antes 1.000), sendo que 28 dos gerentes que permaneceram eram malgaxes. A fábrica alcançou uma produção anual em torno de 16.000 toneladas, mas iniciaram-se diversas reclamações relativas à baixos salários entre os funcionários locais (BRÄUTIGAM, 2015).

Uma crise política em Madagascar levou a um golpe de estado em 2009. Às tensões políticas e violência após o golpe foram adicionados sérios problemas com a população local. A gerência da Sucoma, que havia permitido que alguns de seus cortadores de cana morassem na periferia da fazenda, deparou-se com um aumento da população ao redor de suas plantações, que chegou a alcançar 5.000 pessoas. Estes moradores passaram a desviar água do sistema de irrigação da fazenda para a plantação de arroz e a permitir que seu gado se alimentasse da cana de açúcar. A empresa passou a chamar a polícia periodicamente para ajudar com os moradores

ilegais; que, como retaliação, colocavam fogo nas plantações. A violência aumentou até que a os chineses e gerentes malgaxes tiveram que ser evacuados da fábrica durante um protesto, no qual a fábrica foi incendiada e sua produção roubada. Mais de 95% da fábrica foi destruída, assim como seus tratores e caminhões, ocasionando o fechamento da fábrica e a saída dos chineses do país (BRÄUTIGAM, 2015).

Em pesquisas de campo na Nigéria, Jiao (2015) analisa a empresa *Green Agricultural West Africa Ltd.* (GAWA), formada em 2006 pela filial nigeriana da empresa estatal chinesa *China Geo-engineering Construction Overseas Corporation* (CGCOC), que opera em setores como construção, comércio e consultoria em mais de dez países africanos. Em 2006, a CGCOC assinou um contrato de aluguel de 99 anos de 2.025 hectares com o governo do estado de Kebbi e, assim, fundou a GAWA e passou a atuar no setor agrícola do país. Já em 2008, firmou uma parceria com a empresa *Yuan Longping High-Tech Agriculture Co. Ltd.* e passou a produzir sementes, realizar comércio de produtos agrícolas e o comércio internacional e instalação de equipamentos agrícolas. Em 2010, foi registrada no Conselho Nacional de Sementes Agrícolas da Nigéria, tornando-se qualificada a se engajar na produção, processamento e *marketing* de sementes no país, após anos de pesquisas e testes. Além disso, dedica-se ao cultivo de arroz (400 hectares na estação chuvosa e 100 hectares na estação seca) e está iniciando a experimentação de cultivo de milho e painço. Nos últimos anos, a empresa que criou parcerias com universidades e institutos de pesquisa chineses para desenvolvimento de painço híbrido. Adicionalmente, adquiriu 54 hectares de terra para a construção de um parque industrial agrícola, que será dedicado, entre outros, à demonstração de cultivo de arroz e milho híbridos, horticultura e agricultura ecológica (JIAO, 2015).

GAWA é baseada na cooperação entre o governo da China e da Nigéria, envolvendo programas de suporte agrícola africanos, empresas agrícolas chinesas, fazendeiros locais e empresas chinesas de engenharia já instaladas na África. Essas parcerias originaram e influenciaram os três negócios principais da empresa, que são, segundo Jiao (2015):

- a. GAWA vende suas sementes de arroz para o governo do estado de Kebbi, que subsidia a compra dessas sementes por fazendeiros locais cadastrados em um sistema governamental. Posteriormente, a empresa realiza treinamentos relacionados à produção de arroz para os fazendeiros que adquiriram essas sementes, em vários centros de treinamento, e compra a produção final. Finalmente, processa e empacota o produto e vende nos mercados locais;

- b. O segundo negócio dedica-se à pesquisa, desenvolvimento e reprodução de arroz híbrido, milho híbrido e painço híbrido - este último trazido da China;
- c. Por fim, o último negócio refere-se ao *marketing* dos equipamentos de processamento agrícola chineses. A parceria da GAWA, empresa familiar com o mercado africano, com outras empresas e institutos chineses instalados tanto na África quanto na China, auxilia na divulgação desses equipamentos e no treinamento para sua utilização, inserindo outras empresas chinesas no mercado africano através da exportação de tecnologias e, assim, auxiliando na estratégia *Going Global*.

Jiao (2015) destaca que a parceria entre a GAWA e o governo nigeriano é essencial para o sucesso da empresa e diminui possíveis conflitos referentes à propriedade de terra entre chineses e nigerianos. A atuação da empresa tem um importante impacto social na comunidade, pois diminui os custos de aquisição de sementes, oferta emprego, produtos agrícolas e contribui com a transferência de tecnologia e conhecimento para a comunidade local. De acordo com o gerente da empresa, em entrevista para o autor, a CGCOC planeja replicar esse modelo de negócios em outros países do continente (JIAO, 2015).

Em seu artigo sobre investimentos chineses no Zimbábue, Lixia et al (2015) analisa três empresas chinesas que investiram no setor agrícola do país: uma fundada por uma empresa provincial chinesa, produtora de soja, milho e trigo; uma estatal, produtora de tabaco; e outra privada, que se dedica à produção de algodão. As três empresas atuam na produção agrícola no Zimbábue, mas seus modelos de negócio são variáveis. Primeiramente, a *Wanjing Company*, produtora de trigo, soja e milho, foi fundada em 2010 através de uma parceria entre a *Anhui Farming* e o Ministério da Defesa do Zimbábue, o qual auxiliou a empresa a encontrar fazendeiros dispostos a alugar suas terras para a empresa e, em contrapartida, receber aluguel e participar do gerenciamento das fazendas. Cada fazenda da empresa possui entre 700 e 800 hectares, sendo que a área total sob controle da *Wanjing Company* apresenta aproximadamente 3000 hectares; e a produção é destinada ao mercado local. A empresa concede todo o maquinário e equipamento agrícolas para a produção, assim como auxílio de capital; o retorno constitui-se por 50% dos lucros obtidos com a produção. Entrevistas concedidas para Lixia et al (2015) destacam que, sem a participação chinesa, as fazendas não estariam em operação, devido aos altos investimentos necessários e às dívidas dos fazendeiros com bancos locais (LIXIA et al, 2015).

Em segundo lugar, a empresa *Tianze Company* foi fundada pela estatal chinesa *China National Tobacco Corporation (CNTC)*⁵, para engajar-se na produção de tabaco no Zimbábue, país conhecido pela alta qualidade das folhas. A empresa atua no país de duas formas: através da compra do produto de outras empresas e produtores em leilões e de agricultura por contrato com fazendeiros locais, concedendo os insumos e equipamentos necessários à produção. *Tianze* possui 378 acordos de agricultura por contrato, sendo que 255 estão ativos atualmente; e a área total contratada pela empresa na safra de 2013/2014 foi de 8764 hectares. Dos 378 fazendeiros, 161 recebem apoio da empresa para obtenção dos insumos e equipamentos para todas as safras, o que inclui sementes, pesticidas, combustível, fertilizantes e até o pagamento pela energia elétrica da fazenda. O contrato também inclui a realização de cursos para capacitação dos fazendeiros. A produção é destinada ao mercado chinês (LIXIA et al, 2015).

Por fim, a *China-Africa Cotton Company (CAC)* foi fundada em 2008, através de uma *joint-venture* entre a *Qingdao Ruichang Cotton Industrial Corporation Ltda*, a *Qingdao Huiifu Textile Corporation Ltda*. e o Fundo de Desenvolvimento China-África, e iniciou a produção de algodão no Zimbábue em 2013. A empresa atua através de agricultura por contrato e possuía 29120 fazendeiros contratados já no primeiro ano de atuação. O contrato com a empresa inclui o fornecimento de insumos com menor preço do que disponibilizado no mercado, treinamentos e cursos para os fazendeiros e assistência técnica. A produção é destinada tanto ao mercado local como à China (LIXIA et al, 2015).

A Tanzânia, conforme exposto anteriormente, recebeu vários projetos de ajuda agrícola do governo chinês. No que tange à investimentos, destaca-se a atuação da CSFAC na produção de sisal no país, iniciada em 1999 com o auxílio financeiro do *Eximbank* para a compra de duas fazendas, que estavam desativadas há anos. Após anos de investimento com a reconstrução da infraestrutura, compra de equipamentos e expansão da produção, em 2013 a fazenda tornou-se a segunda maior produtora de sisal da Tanzânia, com 1200 hectares em produção e mais de 1000 trabalhadores locais. Segundo os administradores da fazenda, em entrevista à Bräutigam e Tang (2012), metade da produção é vendida no mercado local e metade é exportada para a

⁵ A CNTC é uma das mais importantes empresas estatais chinesas. O mercado chinês de fumo é controlado pelo *State Tobacco Monopoly Administration*, responsável pela regulação, oferta, distribuição e comércio externo de fumo. e que opera através da CNTC. A CNTC é a maior empresa do mundo da indústria de fumo e é responsável por 7% da renda total do governo chinês todos os anos. Em 2013, segundo Martin, 2014 *apud* Lixia et al (2015, p. 7), a empresa produziu 2,5 trilhões de cigarros, enquanto a Phillips Morris, sua maior competidora, produziu 880 bilhões. A empresa tem atuação internacional, mas seu grande mercado concentra-se na China, onde encontra-se um terço da população fumante mundial (Lixia et al, 2015).

China e o Oriente Médio. Ainda segundo Bräutigam e Tang (2012) há investimentos chineses em outros elos da cadeia do agronegócio no país, como a *Shuzhou Guoxin Pesticide Factory*, empresa fundada em 2005 na Tanzânia para a fabricação de pesticidas, herbicidas e outros agroquímicos; e a *Boleyn International*, empresa com vários empreendimentos no país, incluindo produção de mel em parceria com pequenos produtores e áreas para plantação de eucalipto.

Há vários investimentos chineses na produção de cana-de-açúcar em países como Togo, Mali e Benim, muitos deles empreendidos pela estatal Complant. O investimento em Mali foi discutido anteriormente. No Togo, a produção de cana-de-açúcar também foi iniciada através de um projeto de ajuda do governo chinês, em uma área de 1.700 hectares. Quase imediatamente após o projeto passar para as mãos do governo togolês, este solicitou ajuda à China para encontrar uma empresa para operar o complexo Anié através de um contrato de aluguel de 10 anos, renovável. Com isso, a Complant instrumentou para que uma firma de Guangdong gerenciasse a fazenda, a qual obteve um financiamento do governo e, através de políticas de corte de salários e outros custos, conseguiu reduzir os custos de produção em 50% e aumentar a produtividade. Já em 1993, a Complant tomou o controle da fazenda e, em 2011, a empresa contava com 450 funcionários locais permanentes e 20.000 temporários durante a estação de pico. A empresa inclusive atuou na cidade de Anié, construindo uma escola primária e participando de obras de infraestrutura (BRÄUTIGAM, 2015).

Outro investimento da Complant em cana-de-açúcar aconteceu em Serra Leoa. Ainda segundo Bräutigam (2015), a Complant passou a gerenciar o *Magbass Sugar Complex* após a finalização do período de cooperação com o governo chinês, em 1982. Entretanto, com o início da guerra civil em 1991, a empresa finalizou sua operação no país. A Complant foi uma das primeiras empresas a revitalizar suas instalações após o fim da guerra, em 2002. Para atrair os investimentos e iniciar a reconstrução do país, o governo leonês concedeu vários benefícios a empresas como a Complant. Para a empresa chinesa, foi oferecido um aluguel de 30 anos, com preço quase irrisório; o governo reconstruiu as estradas que ligavam o complexo aos grandes centros; concedeu tarifas de importação e impostos locais nulos; e o governo negociou tarifas de importação nulas para o açúcar do país entrar na Europa. Isso resultou que, já em 2007, a empresa tivesse um quadro de funcionários permanentes de cerca de 500 pessoas, alcançando quase 1000 nas estações de pico de produção, e estivesse exportando 7.000 toneladas de açúcar para a Europa

O investimento em infraestrutura para a produção agrícola dos países africanos é destacado por Sun (2011). Citando dados do MOFCOM, a autora apresenta a construção de 12 grandes unidades de armazenamento de grãos na Zâmbia por empresas chinesas. A construção, que terá 30.000 metros quadrados de área, armazenará 100.000 toneladas de grãos, com o objetivo de aumentar a capacidade de armazenamento do país e, assim, sua segurança alimentar. Além disso, foram construídos sistemas de irrigação e estradas conectando áreas rurais, como na Tanzânia (BRÄUTIGAM E TANG, 2012). O MOFCOM, segundo Sun (2011, p. 17), assinou acordos com 35 países africanos para a construção de obras de infraestrutura agrícola, sendo que 70% dos investimentos são na Nigéria, Angola, Sudão e Etiópia.

Além dos investimentos de empresas chinesas estatais e privadas, Cook e Alemu (2015), Cook et al (2016) e Chatelard e Chu (2015) destacam a migração de chineses para a África, os quais engajam-se individualmente no setor agrícola africano, sem ligações com o governo chinês, empresas privadas ou programas de cooperação bilaterais. Esses indivíduos migram para a África em busca de novas oportunidades para empreender e de estilos de vida diferentes do que conheciam na China, e estabelecem pequenas fazendas para a produção de grãos, cereais e gados para o mercado doméstico. Estes indivíduos normalmente não têm experiência em agricultura e sua produção evolui a partir de tentativas e erros - o que faz com que um grande número de fazendas vá à falência. Os três autores analisados destacam que a maior parte das fazendas apresenta menos de 100 hectares, opera com baixo nível de capital e mecanização e, logo, sua produção é trabalho-intensiva. Ou seja, estes empreendimentos contrastam radicalmente com o discurso chinês relacionado à cooperação agrícola, focado em um setor agrícola moderno e mecanizado (COOK et al, 2016).

O número desses migrantes chineses é, segundo os autores, maior do que o das grandes empresas estatais e privadas na Zâmbia (CHATELARD E CHU, 2015) e na Etiópia (COOK E ALEMU, 2015). Sua produção é focada no mercado interno, principalmente para outros migrantes chineses e asiáticos. Cook e Alemu (2015) destacam a produção de tofu, porco e vegetais, pois grande parte dos asiáticos vivendo na Etiópia preferem estes alimentos em detrimento das comidas locais. Essas fazendas, assim, não competem com produtos das fazendas dos etíopes, que produzem alimentos tradicionais do país⁶. Além disso, contribuem para a geração de emprego, impostos e para aumentar a diversidade da produção agrícola no

⁶ Os autores destacam, por exemplo, a baixa demanda dos etíopes por carne de porco por questões culturais e religiosas. A maior parte do consumo deste alimento no país vem, assim, de estrangeiros, como asiáticos, cubanos e russos (Cook e Alemu, 2015).

país, promovendo um impacto positivo na economia local (COOK E ALEMU, 2015; CHATELARD E CHU, 2015).

Uma das fazendas analisadas por Cook et al (2016) localiza-se em Gana e destina-se à produção de vegetais asiáticos em seus 5 hectares de extensão. Gerenciada por um chinês que migrou para o país em 2005, a fazenda possui uma lista de 60 consumidores que adquirem os produtos diretamente pelo telefone. Essa alternativa torna os produtos mais baratos do que quando comprados em um supermercado chinês, mas os produtos ainda são caros para os habitantes locais. A grande contribuição para a economia local, segundo os autores, é novamente a geração de emprego para etíopes e a diversificação da produção agrícola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento econômico explosivo da China nas últimas décadas alterou profundamente a estrutura econômica do país e retirou milhares de pessoas da pobreza. A atividade industrial alçou voos e colocou a China no centro da produção mundial; cidades mastodônticas surgiram e passaram a abrigar grande parte da população; empresas estatais e privadas chinesas ganham espaço no cenário mundial, atuando na e modificando a estrutura econômica de diversos países; e o papel do país nas relações internacionais ganha cada vez mais destaque. Estes são apenas alguns exemplos dos êxitos alcançados pela reforma e abertura do fim da década de 1970.

Estas mudanças tiveram profundo impacto na demanda chinesa por recursos, colocando o país entre os maiores consumidores de, entre outros, petróleo, metais e carvão mineral, para atender as necessidades crescentes do setor industrial e de consumo do país. O crescimento econômico também trouxe grandes consequências para a disponibilidade e qualidade de recursos não renováveis, como água e terras aráveis. Grande parte das reservas hídricas e de terras sofrem com a poluição, contaminação por dejetos industriais e desertificação. Soma-se a este problema o aumento populacional e as mudanças nos hábitos alimentares dos chineses, que passam a buscar alimentos mais saudáveis, como vegetais e frutas, e ricos em proteínas. Neste cenário, os líderes chineses voltam sua atenção para a garantia destes recursos, essenciais tanto para preservar o crescimento econômico, quanto para garantir a estabilidade social e política do país.

A chamada “corrida chinesa por recursos” ganha, assim, destaque na academia, política e mídia mundiais. Autores destacam esta busca incansável por recursos da China como predatória e neocolonialista. Em relação ao setor agrícola, a atuação chinesa ganha destaque principalmente após a crise, sendo acusada de investir avidamente em terras no exterior para garantir sua própria segurança alimentar. Na África, continente rico em terras aráveis não utilizadas e com graves crises de fome, o suposto *land grabbing* é ainda mais condenado e explorado em artigos, discursos e notícias midiáticas.

Entretanto, conforme discutido ao longo do trabalho, autores que realizaram pesquisas de campo na África chegaram à conclusão de que os investimentos são muito menores do que os apresentados pela mídia e que grande parte da produção agrícola não é exportada. O trabalho, assim, buscou evidenciar como realmente se dá o relacionamento sino-africano na

agricultura, apresentando as diversas formas em que este se materializa e seus objetivos. Merecem destaque os diversos programas de cooperação empreendidos pelo governo chinês através de empresas estatais, privadas e outras instituições, com o objetivo de promover a transferência de tecnologias agrícolas em diversos países africanos.

De qualquer forma, mesmo que os chineses não estejam lançando-se na África para garantir sua segurança alimentar no futuro, o relacionamento ainda é marcado por problemas e tensões. Consideramos essencial, para título de conclusão, analisar brevemente os méritos e problemas da atuação do gigante asiático na agricultura de diferentes países africanos.

Um relatório publicado em parceria entre a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a FAO destaca que, apesar da queda na percentagem de pessoas com subnutrição nos países da África Subsaariana de 33% em 1990-92 para 23% em 2014-16, a região ainda apresenta a maior taxa entre os países em desenvolvimento. O aumento populacional de 2,7% ao ano inclusive aumentou o número total de subnutridos no continente no mesmo período, de 44 milhões para 128 milhões de pessoas. As grandes dificuldades para o alcance da segurança alimentar no continente são ligadas à baixa produtividade da agricultura, alto crescimento populacional, instabilidade política e conflitos civis. A importância do setor agrícola para diminuição da pobreza e garantia da segurança alimentar no continente é evidenciado na priorização do mesmo nas agendas para o desenvolvimento (OCDE/FAO, 2016).

As exportações dos países africanos são em grande parte de *commodities*, como algodão, borracha, tabaco e café. Entretanto, para cada dólar que o continente ganha em exportações agrícolas, gasta dois dólares com importações agrícolas, principalmente de alimentos. Em 2011, o continente gastou mais de US\$ 30 bilhões em importações de grãos. A demanda de arroz do continente, por exemplo, foi suprida em mais de 40% por importações, principalmente da Ásia (WORLD BANK, 2008 apud BRÄUTIGAM, 2015, p. 27). Assim, apesar de o continente possuir 60% das terras cultiváveis que não estão sendo utilizadas no mundo (400 milhões de hectares), gasta as escassas reservas internacionais com importações de alimentos e, ao mesmo tempo, 33 milhões de pequenos fazendeiros não produzem suficiente para alimentar suas famílias (WORLD BANK, 2009). Camarões, por exemplo, importou mais de 552.000 toneladas de arroz em 2011; entretanto, um estudo apontou que 90% das terras aptas para o cultivo de arroz não estavam sendo cultivadas por ninguém (BUSINESS IN CAMEROON, 2012 apud BRÄUTIGAM, 2015, p. 36).

Analisando o porquê das massivas importações de alimentos em um continente com grandes extensões de terras ainda não cultivadas, Bräutigam destaca, além da baixa utilização das terras cultiváveis, a precária tecnologia agrícola do continente como limitante do aumento da produtividade. Segundo a autora,

Aproximadamente 65% das operações de arado, cultivo e colheita são realizadas por trabalho braçal – não são utilizados animais nem máquinas. Mais de 20% da colheita é perdida devido ao armazenamento precário ou à pestes, comparada com apenas 2% nos Estados Unidos (...). Poucos países possuem engenharia e aptidões técnicas básicas para subirem na cadeia agrícola, inclusive para simples processamento de grãos (BRÄUTIGAM, 2015, p. 27, tradução nossa)

A autora ainda destaca o discurso de um professor chinês sobre o potencial agrícola africano. Segundo ele, apesar das terras e climas de vários países africanos serem adequados para o cultivo de milho, soja e açúcar, por exemplo, a produção é prejudicada por infraestrutura precária, falta de tecnologia e ineficiente gerenciamento das fazendas. O baixo investimento em pesquisa e desenvolvimento para o setor agrícola, tanto de atores privados quanto do governo dos países africanos, impede a saída desta situação. A China, assim, destaca-se no cenário africano pelas iniciativas de transferência de conhecimento, experiência e tecnologia agrícola para a África (BRÄUTIGAM, 2015).

Dessa forma, os autores para quem a atuação chinesa na agricultura africana é essencial para o desenvolvimento do continente enfatizam que os chineses levam capital e novas tecnologias agrícolas para os países-alvo, seja por meio de investimentos ou programas de cooperação. Estas tecnologias contribuem para o aumento da produtividade do setor, através da utilização de máquinas para cultivo e colheita, por exemplo; para a introdução de novas variedades de sementes e insumos; e para a elevação das atividades para elos de maior valor agregado na cadeia agrícola, como no processamento de grãos e cereais. A atuação de empresas chinesas em Madagascar é o foco do estudo de Chen e Landry (2016), que destacam os benefícios promovidos pela inserção do arroz e algodão híbridos chineses na agricultura do país, através da empresa responsável pela operacionalização do ATDC, a *Hunan Agri*. O gerente da empresa chinesa destacou que o aumento da produção agrícola não estava acompanhando o aumento populacional: em 1980 o país era um exportador líquido de alimentos, mas atualmente apresenta déficits anualmente. Assim, se não houver esforços para o aumento da produtividade, pode haver uma grave crise alimentar no futuro. O Ministro da Agricultura de Madagascar enfatizou o aumento da produtividade alcançada pelas sementes

chinesas quando utilizadas por fazendeiros locais: os grãos introduzidos pela empresa apresentam um rendimento de 7 ou 8 toneladas por hectare, ou seja, de três a quatro vezes o rendimento das propriedades malgaxes que utilizam as variedades tradicionais (CHEN e LANDRY, 2016).

Além disso, em alguns contratos há o comprometimento das empresas chinesas em melhorar a infraestrutura do país-alvo, tanto aquela relacionada à própria produção agrícola, como sistemas de irrigação, quanto em meios de efeitos indiretos, como estradas e portos. No Mali, por exemplo, contratos de arrendamento de terra só são assinados com investidores que se comprometem a investir em irrigação na propriedade cobiçada (Cotula et al, 2009). Esses investimentos em irrigação são essenciais: apenas 5 milhões de hectares de terras africanas apresentam sistemas de irrigação, ou seja, 4,9% do total de terras; enquanto na China essa percentagem chega a 49,6% (60 milhões de hectares) (Hees, 2013, p. 52).

Destaca-se também o aprimoramento gerencial das propriedades promovido pelas empresas chinesas. Vários exemplos apresentados durante o trabalho evidenciaram que os próprios governos africanos oferecem contratos para empresas chinesas, tanto para compra de empreendimentos com dificuldades como para o gerenciamento dos mesmos e que, após o início da atuação chinesa, houve uma retomada das atividades e aumento da produção. Várias destas propriedades eram antigos projetos de empresas chinesas que passaram a enfrentar problemas após a entrega para o governo do país africano onde se localiza.

A atuação chinesa ganha força em um cenário de queda da ajuda externa de países desenvolvidos para a agricultura no mundo, em geral, e no continente africano, em particular. Segundo Bräutigam (2015, p. 29), no final da década de 1970 os países da OCDE destinavam 18% de seus fundos para ajuda para o setor agrícola; já em 2004, esta participação caiu para 3,5%. No que tange ao Banco Mundial, no final da década de 1970 32% dos fundos de ajuda para a África foram destinados à agricultura; e, no final da década de 1990, apenas 12%. Por fim, em 1980 o setor agrícola recebia 25% dos fundos para ajuda dos Estados Unidos; em 2008, caiu para menos de 1%. Estas quedas deveram-se em grande parte ao fim da Guerra Fria e da preocupação com a expansão do comunismo em países pobres. Destaca-se que, em 2003, os EUA gastaram mais com doação de alimentos para um país, a Etiópia, do que gastaram em todos seus projetos de cooperação ao desenvolvimento agrícola ao redor do mundo (BRÄUTIGAM, 2015). A China, assim, coloca-se como um país que pode solucionar essa escassez de ajuda ao desenvolvimento do setor agrícola africano.

O engajamento chinês na agricultura africana também é um meio de transferência da experiência chinesa em desenvolvimento para os países africanos. O capítulo um evidenciou a incrível evolução econômica da China e o sucesso obtido no setor agrícola, através de políticas públicas sólidas, instituições estatais fortes e uma liderança comprometida com a redução da pobreza. Apesar das grandes diferenças de contextos entre a China e os países africanos, há lições importantes a serem tiradas, como os efeitos que o aumento da renda dos agricultores pode ter em toda a economia. Segundo Li (2013, p. 93), as lições mais importantes relacionadas à agricultura são:

- a) Promover altas taxas de crescimento do setor agrícola através do aumento da produtividade, garantindo um excedente para os camponeses e diminuindo os preços dos alimentos para os consumidores e para a indústria;
- b) Utilizar o aumento da renda dos agricultores como um incentivo para o aumento dos investimentos em outros setores da economia e alocar os trabalhadores excedentes devido à mecanização da agricultura como força de trabalho para a indústria;
- c) Buscar o alcance de elos mais altos na cadeia agrícola, como o agro processamento;
e
- d) Garantir o acesso viável dos pequenos camponeses ao mercado de insumos e serviços, como sementes, fertilizantes, sistemas de irrigação, etc.

A criação de fortes vínculos entre os países envolvidos também aumenta as oportunidades de novos projetos, não só na área agrícola, mas nas áreas social, de infraestrutura, comercial, etc. A China é um dos principais, se não o principal, parceiro comercial de grande parte dos países africanos, e uma ligação estreita com o país asiático pode render oportunidades de investimento e comércio necessárias para o desenvolvimento do continente. O aprendizado cultural sucedido dos programas pode também facilitar futuras inversões.

Por outro lado, um dos problemas destacados pelos críticos do engajamento chinês na África é o não cumprimento, por parte dos investidores, das cláusulas dos contratos referentes à transferência de tecnologia, ao suporte aos agricultores familiares, aos investimentos em infraestrutura, entre outros aspectos. Assim, de acordo com um estudo do Banco Mundial, muitos dos projetos falham em alcançar as expectativas propostas, e, em vez de gerar benefícios, acabam deixando os habitantes locais em situação pior do que estariam sem os investimentos (DEININGER E BYERLEE, 2011 apud KLARE, 2013, p. 205).

Além disso, as terras adquiridas são as melhor dotadas em disponibilidade de água e potencial de irrigação, fertilidade do solo, proximidade dos mercados ou presença de infraestrutura. No Senegal, por exemplo, o foco de interesse são as áreas altamente irrigadas pelo Rio Senegal (COTULA, 2012, p. 655). Dessa forma, os agricultores locais não têm acesso a essas terras, tendo que produzir em terras de qualidade inferior, o que, junto com outros problemas técnicos e financeiros, prejudica ainda mais a produtividade do trabalho.

Outro importante ponto de crítica é relacionado à posse de terras. Um estudo do Banco Mundial estimou que somente entre 2 e 10% das terras aráveis africanas estão sob posse formal. Em Camarões, por exemplo, apenas 3% das terras estão formalmente registradas e sob propriedade privada (COTULA et al, 2009, p. 75). Isso prejudica o controle das terras, pois muitas daquelas consideradas virgens ou inabitadas não estão inutilizadas – muitas vezes estão ocupadas por pastores ou por algumas tribos, que podem não ter posse formal da terra, mas estão lá vivendo há gerações e utilizando-a para sua subsistência (KLARE, 2013). A posse de terra é uma das questões sensíveis que podem levar à grande insatisfação social relativa aos investimentos chineses. Além da posse, destaca-se a insatisfação com os salários, como no caso do Zimbábue. O exemplo de Madagascar discutido anteriormente apresenta com clareza as consequências da insatisfação social, que podem levar a sérios conflitos em países já marcados pela instabilidade política.

Moyo (2012) ainda destaca que, em razão de o crescimento econômico chinês não ter sido orientado pela sustentabilidade ambiental, as empresas que investem no exterior são marcadas por esta experiência e, assim, atuarão no exterior sem levar em conta os danos ambientais de seus investimentos. Como consequência, a poluição do ar e degradação do solo e de recursos hídricos poderão aumentar a pressão por estes recursos e levar, em um futuro não distante, à conflitos nacionais e regionais.

Além disso, a falta de transparência das negociações e contratos prejudica o pleno conhecimento dos habitantes do país-alvo dos investimentos e pode ser fonte de corrupção por parte de seus governos. Vários críticos das relações sino-africanas afirmam que a China contribui para a corrupção e sustentação de governos autoritários na África e, assim, para a violação de direitos humanos em vários países.

No que tange aos problemas enfrentados especificamente pelos investidores chineses, destacam-se a precária infraestrutura dos países receptores, instabilidade política, problemas nas relações trabalhistas e furtos da produção e insumos. Em entrevista à Bräutigam (2015), um

funcionário de alto cargo da CAAIC ressaltou:

O ambiente de investimento apresenta grandes desafios: trabalho, água, eletricidade. Governos africanos estão permitindo investimentos estrangeiros em agricultura, mas é difícil de encontrar boas oportunidades. Empresas chinesas têm enfrentado muitas dificuldades. É bem ruim, na verdade. Nós conversamos com empresas brasileiras e europeias, e poucas parecem estar realmente investindo (BRÄUTIGAM, 2015, p. 163, tradução nossa)

Assim, devido às grandes dificuldades enfrentadas pelos investidores e com a realização, muitas vezes, de que os lucros esperados não seriam concretizados, várias empresas chinesas encerraram sua presença na África e destinaram-se à regiões próximas à China: Rússia, Ásia Central e Sudeste Asiático (BRÄUTIGAM, 2015).

Como conclusão, assim, destacamos que são vários os pontos que merecem maior atenção e detalhamento futuro quando se trata do engajamento chinês na agricultura africana. Para que uma análise real dos impactos deste engajamento seja feita, entretanto, deve-se realizar pesquisas de campo e entrevistas, buscando aumentar a confiabilidade das informações disponíveis na academia e política internacionais. Assim, buscamos destacar rigorosamente as informações exageradas e simplistas que acusam as ações da China como neocolonistas e predatórias, buscando retirar o véu que cobre os reais motivos e formas com que a China atua no continente. Apenas assim será possível auxiliar no alcance da sustentabilidade econômica, social e ambiental do engajamento chinês na agricultura africana e atender ao desejo do presidente Xi Jinping de quebrar os gargalos ao desenvolvimento africano, alcançando um “(...) crescimento independente e sustentável” (FOCAC, 2015 apud BUCKLEY, 2017, p. 7, tradução nossa).

REFERÊNCIAS

ACIOLY, L. China: uma Inserção Externa Diferenciada. *Economia Política Internacional: uma análise estratégica*, n. 7, out-dez, 2005.

ALEMU, D.; COOK, D.; GUBO, Q. Chinese Agricultural Expertise Support in Ethiopia: Approaches, Motives and Perspectives. *Future Agricultures*, Working paper n. 114, 2015.

ALMEIDA, M. *Elaboração de Projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva*. São Paulo: Atlas, 2011.

ARRIGHI, G. A Ascensão do Leste Asiático e a Desarticulação do Sistema Político Mundial. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, pp. 99-131.

BARBOZA, D. Virus Spreading Alarm and Pig Disease in China. *New York Times*, agosto de 2007.

BRÄUTIGAM, D. *Will Africa Feed China?* Oxford University Press, Nova Iorque: 2015.

BRÄUTIGAM, D.; EKMAN, S. Rumours and Realities of Chinese Agricultural Engagement in Mozambique. *African Affairs*, 111/444, pp. 483-492, 2012.

BRÄUTIGAM, D.; ZHANG, H. Green Dreams: Myth and Reality in China's Agricultural Investment in Africa. *Third World Quarterly*, v. 34, n. 09, pp. 1676-1696, 2013.

BRÄUTIGAM, D.; TANG, X. China's Engagement in Africa's Agriculture: Down to the Countryside. *The China Quarterly*, v. 199, pp. 689-706, 2009.

BRÄUTIGAM, D.; TANG, X. An Overview of Chinese Agricultural and Rural Engagement in Tanzania. *IFPRI Discussion Paper*, n. 01214, 2012.

BROWN, L. Can the World Feed China? *Plan B Updates*, New Brunswick, NJ, EUA: Earth Policy Institute. Disponível em: <earth-policy.org/plan_b_updates/2014/update121>. Acessado em 01 de outubro de 2016.

BUCKLEY, L. Chinese Agriculture Goes Global: food security for all? *IIED Briefings*, 2012.

BUCKLEY, L. Chinese Agriculture Development Cooperation in Africa: narratives and politics. *IDS Bulletin*, v. 44, n. 4, 2013a, pp. 42-52.

BUCKLEY, L. Narrativas of China-Africa Cooperation for Agricultural Development: new paradigms? *Future Agricultures*, Working Paper 053, 2013b.

BUCKLEY, L.; RUIJIAN, C.; YANFEI, Y.; ZIDONG, Z. Chinese Agriculture in Africa: Perspectives of Chinese Agronomists on Agricultural Aid. *IIED Discussion Paper*, 2017.

CHATELARD, S.; CHU, J. Chinese Agricultural Engagements in Zambia: a grassroots analysis. *Policy Brief of China Africa Research Initiative*, n. 04, 2015.

CHEN, J. Rapid urbanization in China: a real challenge to soil protection and food security. *Catena*, n. 69, 2007, pp. 1-15.

CHEN, Y.; LANDRY, D. Where Africa Meets Africa: Chinese Agricultural and Manufacturing Investment in Madagascar. *China Africa Research Initiative Working Paper*, n. 5, 2016.

COOK, S.; ALEMU, D. Jumping Into the Sea: Chinese migrants's engagement in non-traditional agricultural commodities in Ethiopia. *Future Agricultures*, Working Paper n. 121, 2015.

COOK, S.; LU, J.; TUGENDHAT, H.; ALEMU, D. Chinese Migrants in Africa: facts and fictions from the agri-food sector in Ethiopia and Ghana. *World Development*, vol. 81, pp. 61-70, 2016.

COTULA, L. The international political economy of the global land rush: a critical appraisal of trends, scale, geography and drivers. *The Journal of Peasant Studies*, Vol. 39, No. 3-4, p. 649-680, 2012.

COTULA, L.; VERMEULEN, S.; LEONARD, R.; KEELEY, J. *Land Grab or Development Opportunity? Agricultural Investments and International Land Deals in Africa*. IIED/FAO/IFAD, 2009. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/011/ak241e/ak241e00.htm>>. Acesso em abril de 2017.

EIA. *Updated Data Series*. Disponível em: <<https://www.eia.gov>>. Acesso em novembro de 2016.

FAIRBAIRN, M. "Like Gold with Yield": evolving intersections between farmland and finance. *The Journal of Peasants Studies*, n. 41, v. 5, pp. 777-795, 2014.

FENBY, J. *History of Modern China: the fall and rise of a great power (1850-2009)*. Penguin Books, Londres: 2009.

FINANCIAL TIMES. *UN warns of food "neo-colonialism"*. 2008. Disponível em <<https://www.ft.com/content/3d3ede92-6e02-11dd-b5df-0000779fd18c>>. Acesso em 02 de outubro de 2016.

FUNG, M.; LAM, H.; SUN, S. Food supply and food safety issues in China. *The Lancet*, vol. 831, 2013.

GALE, F.; JEWISON, M.; HANSEN, J. Prospects for China's Corn Yield Growth and Imports. *Economic Research Service, USDA*, 2014.

GALE, F.; JEWISON, M.; HANSEN, J. China's Growing Demand for Agricultural Imports. *Economic Research Service, USDA*, 2015.

GIL, A. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GRAIN. *China Farms Abroad*. 2008. Disponível em <<http://www.farmlandgrab.org/post/view/2435>>. Acessado em 02 de outubro de 2016.

GRAIN. Who will feed China: agribusiness or its own farmers? 2012. Disponível em <<https://www.grain.org/article/entries/4546-who-will-feed-china-agribusiness-or-its-own-farmers-decisions-in-beijing-echo-around-the-world>>. Acessado em 02 de outubro de 2016.

GRAY, D. *China Farms the World to Feed its Ravenous Economy*. Associated Press, maio de 2008.

GU, J.; ZHANG, C.; VAZ, A.; MUKWEREZA, L. Chinese state capitalism? Rethinking the Role of the State and Business in Chinese Development Cooperation in Africa. *World Development*. V. 81, pp. 24-34, 2016.

HEES, S. Chinese Agribusiness in Sub-Saharan Africa: development or exploitation? 2013. Disponível em: <<http://dspace.library.uu.nl/bitstream/handle/1874/288170/Chinese%20Agribusiness%20in%20Sub-Saharan%20Africa.pdf?sequence=2>>. Acesso em janeiro de 2017.

HUCHET, J. The Emergence of Capitalism in China: an historical perspective and it's impact on the political system. *Social Research*, Vol 73; No 1: Spring 2006.

INSAIDOO, K. *China: the new imperialist and neo-colonialists in Africa?* AuthorHouse, 2016.

INTER PRESS SERVICE. *The second scramble for Africa starts*. 2009. Disponível em <<http://www.ipsnews.net/2009/04/development-the-second-scramble-for-africa-starts/>>. Acessado em 02 de outubro de 2016.

JACQUES, M. *When China Rules the World: the end of a western world and the birth of a new global order*. The Penguin Press, Nova Iorque: 2009.

JIANG, W. Fuelling the Dragon: China's rise and its energy and resources extraction in Africa. *The China Quarterly*, 199, 2009, pp. 585-609.

JIAO, Y, Chinese agribusiness entrepreneurship in Africa: case studies in Ghana and Nigeria. *Policy Brief*, China-Africa Research Initiative at John Hopkins University. N, 05, janeiro/2015

JIXIA, L.; XIAOJUN, L.; GONGHUA, F. The Challenges of China's Food and Feed Economy. *Future Agricultures*, Working Paper 131, 2015.

KLARE, M. *The race for what's left: the global scramble for the world's last resources*. Nova Iorque: Picador, 2013.

LEMOINE, F. *FDI and the Opening Up of China's Economy*. CEPPII, 2000.

LI, X. What can Africa Learn from China's Agricultural Miracle? In: *Development Co-operation Report*, OCDE, 2013.

LIXIA, T.; WENJIE, Z.; MUKWEREZA, L.; XIAOYUN, L. Mixed Starts and Uncertain Futures: case studies of three chinese agricultural investments in Zimbabwe. *Future Agricultures*, Working Paper n.125, 2015.

MALONE, A. *How China's taking over Africa and why the West should be VERY worried*. Daily Mail, 18 de julho de 2008.

MEDEIROS, C. Notas sobre o desenvolvimento econômico recente na China. *Instituto de Estudo Avançados*, USP, 1998.

MEDEIROS, C. A China e as Matérias-Primas. In: *Brasil e China no Reordenamento das Relações Internacionais: Desafios e Oportunidades*. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2011.

MOFCOM. *Reading of Trade and Economic Contents in the Tem Cooperation Plans Announced at the Johannesburg Summit and the 6th Ministerial Conference of the Forum on China-Africa Cooperation*. 2016. Disponível em: <<http://ke2.mofcom.gov.cn/article/chinanews/201602/20160201251228.shtml>>. Acesso em dezembro de 2016.

MOISES, E. *Modern China*. 3ª edição. Editora Routledge, Nova Iorque: 2013.

NBS. National Bureau of Statistics of China. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/english/>>

NONNENBERG, M. China: estabilidade e crescimento econômico. *Revista de Economia Política*, vol. 30, nº 2 (118), pp. 201-218, abril-junho/2010.

NONNENBERG, M.; LEVY, P.; NEGRI, F.; COSTA, K. O crescimento econômico e a competitividade chinesa. *IPEA: Texto para discussão*, n. 1333, 2008.

OCDE/FAO. Agriculture in Sub-Saharan Africa: prospects and challenges for the next decade. In: *OECD-FAO Agricultural Outlook 2016-2025*. OECD Publishing, Paris, 2016.

RIBEIRO, V. *A expansão chinesa e seus impactos na África na primeira década do século XXI*. Tese, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

SMALLER, C.; WEI, Q.; YALAN, L. Farmland and Water: China invests abroad. *IISD Report*, 2012.

SUN, H. *Understanding China's Agricultural Investments in Africa*. China in Africa Project, South African Institute of International Affairs. Paper n. 12, Novembro, 2011.

SZAMOSSZEGI, A.; KYLE, C. An Analysis of State-owned Enterprises and State Capitalism in China. *U.S.-China Economic and Security Review Commission*, 2011.

TUGENDHAT, H. Chinese Training Courses for African Officials: a “win-win” engagement? *Policy Brief of China-Africa Research Institute*, n. 03, 2014.

TUGENDHAT, H; ALEMU, D. Chinese Training Courses for African Officials: between power and partnerships. *World Development*, n. 81, pp. 71-81, 2016.

OLIVEIRA, C. Reformas econômicas na China. *Economia Política Internacional: Análise Estratégica*, n. 5, abril-jun, 2005.

OLIVEIRA, G. O Estado e a Inserção Ativa na Economia: a estratégia de desenvolvimento econômico da China. *Revista de Economia*, v. 34, n. 3 (ano 32), pp. 61-88, set-dez, 2008.

PAUTASSO, D.; OLIVEIRA, L. A segurança energética da China e as reações dos EUA. *Contexto Internacional*, v. 30, n. 2, 2008, pp. 361-398.

UNCTAD. Unctad Statistics. Disponível em: <<http://unctad.org/en/Pages/statistics.aspx>>.

UNCOMTRADE. International Trade Statistics Database. Disponível em: <<https://comtrade.un.org/>>.

VALOR ECONÔMICO. *Brasil cai de 4º para 7º maior mercado automotivo do mundo*. 07/07/2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/4125556/brasil-cai-de-4>>. Acesso em outubro de 2016.

VIDAL, J. *How Food and Water are Driving a 21st Century African Land Grab*. The Guardian, março de 2010.

WEI, J.; ANDERSON-SPRECHER, A.; LIWEN, C. China Grain and Feed Annual. *Global Agricultural Information Network*, USDA, 2015.

WORLD TRADE ORGANIZATION. Documents, data and resources. Disponível em: <https://www.wto.org/english/res_e/res_e.htm>.

WORLD BANK. *World Development Report: Agriculture for development*. 2008.

WORLD BANK. *Awakening Africa's Sleeping Giant?* Washington, 2009

XU, X.; LI, X.; QI, G.; MUKWEREZA, L. Science, Technology and the Politics of Knowledge: the case of China's Agricultural Technology Demonstration Centers in Africa. *World Development*, v. 81, 2016.

YANG, T. China producing more grain than ever, but imports and shortfall still a problem. *South China Morning Post*, 07 de março de 2016.

YERGIN, D. *A Busca: energia, segurança e a reconstrução do mundo moderno*. Intrínseca, Rio de Janeiro: 2014.

ZHOU, Z.; TIAN, W.; WANG, J.; LIU, H.; CAO, L. Food consumption trends in China. *Australian Government Department of Agriculture, Fisheries and Forestry*, 2012.